



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 283/2015**

Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX- as disposições transitórias; e
- X- as demais disposições.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2016 a 2019, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2015.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades na forma do caput deste artigo.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em municípios com menor relação de receita própria por habitante.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**CAPÍTULO II**  
**DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA**  
**RECEITA PARA O EXERCÍCIO**

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2016, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2016, estão estimadas no valor de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão reestimadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2016, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2015, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e o respectivo índice de dezembro de 2015.

**CAPÍTULO III**  
**DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS**  
**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as transferências ao FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

I - PODER LEGISLATIVO .....	5,0%
II - PODER JUDICIÁRIO .....	9,5%
III - MINISTÉRIO PÚBLICO .....	4,1%



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

§ 1º Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

§ 2º A Defensoria Pública do Paraná, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016 e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de programas, projetos e atividades, para garantir a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando à plena eficácia para manter e aprimorar programas junto a Defensoria Pública.

Art. 9º A proposta orçamentária será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos na revisão anual do Plano Plurianual (2016-2019) e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, correspondendo para 2016 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

  
3  
R.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 35 desta Lei; e  
XIII - ao PASEP, nos termos da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1999.

Art. 11. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2016 à Assembleia Legislativa.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I- Unidade Orçamentária;
- II- Função;
- III- Subfunção;
- IV- Programa;
- V- Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI- Categoria Econômica da Despesa;
- VII- Grupo de Despesa;
- VIII- Modalidade de Aplicação;
- IX- Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 04 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**DESPESAS CORRENTES**

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

**DESPESAS DE CAPITAL**

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias e pode ser alterada de acordo com as necessidades de execução, observada a seguinte classificação:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 40 - Transferências aos Municípios;
- 41 - Transferências aos Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 50 - Transferências as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 - Transferências as Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 - Transferências as Instituições Multigovernamentais;
- 71 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 74 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;

5  
K



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- 75 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 76 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 80 - Transferências ao Exterior;
- 90 - Aplicações Diretas;
- 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 96 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 99 - A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;

*[Assinaturas manuais e rubrica]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- Fonte 119 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais;  
Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;  
Fonte 123 - Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN (Instituído pela Lei nº 4.955, de 1964, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;  
Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;  
Fonte 127 - Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP (Instituído pela Lei nº 823, de 1951, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;  
Fonte 129 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD (Instituído pela Lei nº 17.244, de 2012, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 130 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON (Instituído pela Lei 14.975, de 2005, vinculada através da Lei 18.375, de 2014);  
Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 de 16 de maio de 1995;  
Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;  
Fonte 134 - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Instituído pela Lei 16.732, de 2010, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 135 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo de Previdência;  
Fonte 138 - Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA (Instituído pela Lei nº 12.945, de 2000, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;  
Fonte 144 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo Financeiro e Fundo Militar;  
Fonte 146 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI (Instituído pela Lei nº 12.726, de 1999, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);  
Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:**

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;  
Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;  
Fonte 148 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:**

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;  
Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;

*[Assinaturas manuscritas]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operação de Crédito Interna;  
Fonte 142 - Operação de Crédito Externa.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;  
Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;  
Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;  
Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;  
Fonte 255 - Transferências da União – SUS;  
Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;  
Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;  
Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;  
Fonte 270 - Aumento de Capital Social;  
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;  
Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;  
Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**Art. 13.** O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas estatais independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada, indicando em seu programa de trabalho a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

**Art. 16.** O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma

R

1

V

8

R





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

**Art. 17.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2016, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere os incisos I e II do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o inciso III do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere ao:
  - a. Poder Legislativo;
  - b. Poder Judiciário;
  - c. Ministério Público;
  - d. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
  - e. Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
  - f. Ciência e Tecnologia.
- IX - Anexo VII - contendo o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado;

4

5

6

7

8

9

10



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- X - Anexo VIII – contendo as proposições parlamentares relativas as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XI - Anexo IX – contendo as proposições parlamentares relativas as emendas ao conteúdo programático que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XII - Anexo X – contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa; e
- XIII - Anexo XI – contendo as proposições parlamentares relativas as emendas coletivas que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO**

**Art. 18.** A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 19.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

**Art. 20.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

**§ 1º** Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública.

**§ 2º** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
10  
*[Assinatura]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 11 de setembro de 2015, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública, não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I- fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II- incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III- incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal e do § 2º do art. 135 da Constituição Estadual;
- IV- classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V- incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI- fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII- incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Art. 26. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de Recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, criada pela resolução conjunta SEFA/PGE nº001/2003, até o dia 20 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2015, para serem incluídos no orçamento de 2016, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2015, conforme o § 5º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná);





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

§ 3º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, unidade, espécie e por fontes.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Universidades e Faculdades Estaduais do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 7% (sete por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 excetuando-se as situações previstas no referido projeto de lei.

Art. 37. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2016:

13



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- 1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;  
2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2016, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA**  
**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 38.** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2015, em especial:

- I- as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II- a concessão e redução de isenções fiscais;
- III- a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV- aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina inciso I do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS**  
**SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

**Art. 39.** No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;

d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 40. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE**  
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 41. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 42. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2016, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 43. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação serão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2016 – 2019 e, por consequência, na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I- impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II- ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III- fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

- IV- prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V- promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI- fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII- fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII- à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX- fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X- os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

**CAPÍTULO IX**  
**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**CAPÍTULO X**  
**DEMAIS DISPOSIÇÕES**

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 48. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 49. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas, voltadas ao combate do trabalho infantil (prevenção e erradicação), a proteção à criança em situação de risco como forma de enfrentamento à violência e a profissionalização de adolescentes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**Art. 51.** Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder e do Ministério Público e a Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**Art. 52.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas ao Centro de Referência no combate e na proteção da mulher em situação de risco, como forma de enfrentamento à violência.

**Art. 53.** A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 54.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, reforço de dotação na Secretaria de Estado da Educação, no programa Renova Escola para melhoria da infraestrutura física das Escolas Públicas Estaduais do Paraná.

**Art. 55.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias, para consignar no Orçamento de 2016, na programação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, reforço de dotação para o Projeto Paraná sem Lixões, provenientes do excesso de arrecadação da Receita com Impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 56.** Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

**Parágrafo único.** Ficam as Metas Fiscais relativas ao exercício financeiro de 2015 alteradas conforme o Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 57.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento a pessoa com necessidades especiais e aos idosos, facilitando-lhes os acessos a educação, trabalho, moradia e saúde proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar.

**Art. 58.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado.

 18



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Art. 59. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 60. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Agricultura Familiar.

Art. 62. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de programas, projetos e atividades, recursos e operações de crédito aos municípios para atender as demandas micro e mesoregionais, que contemplem uma integralização nas regiões do Paraná.

Art. 63. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Regularização Fundiária.

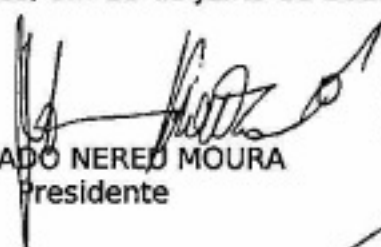
Art. 64. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de proporcionar meios de incentivo para implementação do Palcoparaná.


Art. 65. Fica o Poder Executivo autorizado a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado.

Art. 66. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para incentivo do Transporte Urbano para as Regiões Metropolitanas.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 2015

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
Presidente

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
Relator



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**ANEXO I - METAS FISCAIS**

**1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

A execução orçamentária do exercício de 2014 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 10.406, de 18 de março de 2014. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 17,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, decresceu 139,93%.

As Tabelas 1 e 2 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2012 a 2014 e reprogramadas para 2015:

**Tabela 1 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Correntes**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	981.537	1.136.622	2.339.690	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	634.392	2.909.031	-934.245	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-347.145	1.772.409	-3.273.935	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	671.371	700.243	986.004	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.655.317	2.131.034	1.033.479	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.326.688	1.430.791	47.475	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

**Tabela 2 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Constantes**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	1.170.782	1.280.960	2.489.664	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	756.706	3.278.444	-994.130	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-414.076	1.997.485	-3.483.794	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	800.814	789.166	1.049.207	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.974.470	2.401.651	1.099.725	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.775.284	1.612.485	50.518	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais**

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2012 a 2018.

**Tabela 3 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2012-18**

VARIÁVEIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB do Brasil (variação %)	0,90%	2,28%	0,00%	-0,70%	1,40%	2,00%	2,30%
PIB do Paraná (variação %)	0,90%	5,01%	0,80%	1,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Inflação (IPCA) (variação %)	5,84%	5,91%	6,41%	8,16%	5,64%	5,16%	5,02%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	2,04	2,27	2,65	3,20	3,20	3,17	3,24

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2015 a 2018, a preços correntes e constantes de 2015.

**Tabela 4- METAS FISCAIS - 2015-18**

DISCRIMINAÇÃO	Preços Correntes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	46.490.015	12,72%	50.657.991	12,73%	53.994.031	12,48%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	49.316.008	13,49%	51.936.086	13,05%	54.203.594	12,53%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.825.993	-0,77%	-1.278.094	-0,32%	-209.564	-0,05%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	17.743.714	4,85%	19.066.016	4,79%	20.156.467	4,66%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.302.821	0,36%	1.322.302	0,33%	1.090.451	0,25%

Fonte: SEFA

**Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2015-18**

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	41.981.188	10,37%	43.500.317	9,39%	43.450.231	8,08%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	40.520.064	10,01%	44.597.824	9,62%	43.618.872	8,12%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.551.915	-0,63%	-1.097.507	0,24%	-168.641	0,03%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	16.022.843	3,96%	16.372.101	3,53%	16.220.370	3,02%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.176.467	0,29%	1.135.469	0,25%	877.511	0,16%

Fonte: SEFA



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**3. Evolução do Patrimônio Líquido**

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2012 a 2014. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
ATIVO FINANCEIRO	6.302.294	5.925.899	4.800.833
ATIVO PERMANENTE	20.361.352	22.655.537	25.837.457
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>26.663.646</b>	<b>28.581.436</b>	<b>30.638.291</b>
PASSIVO FINANCEIRO	5.207.384	5.361.541	4.317.667
PASSIVO PERMANENTE	19.015.025	20.038.667	21.716.511
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>24.222.409</b>	<b>25.400.208</b>	<b>26.034.178</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>2.441.237</b>	<b>3.181.227</b>	<b>4.604.113</b>

Fonte : SEFA

Pelo Balanço Patrimonial do Estado do Paraná constata-se o valor Patrimônio Líquido no encerramento de cada exercício. Em 2012, houve Ativo Real Líquido de R\$ 2.441,2, milhões, decorrentes da diferença entre o Ativo Real de R\$ 26.663,6 milhões e o Passivo Real de R\$ 24.222,4 milhões. Em 2013, ocorreu Ativo Real Líquido de R\$ 3.181,2 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 28.581,4 milhões e o Passivo Real de R\$ 25.400,2 milhões. Em 2014, ocorreu igualmente Ativo Real Líquido de R\$ 4.604,1 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 30.638,2 milhões e o Passivo Real de R\$ 26.034,1 milhões.

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, de 2012 para 2013, houve uma variação positiva de R\$ 739.990,3 milhões produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2013 para 2014 houve uma variação positiva de R\$ 1.422.885,8 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2012 a 2014, houve uma variação credora positiva que determinou o total favorável de R\$ 2.162.876,2 milhões representando o Patrimônio Líquido do Estado.

**4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná**

Os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS são apresentados na Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 22/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº 403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.717, de 1998.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei nº 17.435, de 2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, conforme critérios descritos a seguir:

**FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP:** servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21 de dezembro de 2012, data da publicação da Lei nº 17.435, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

**FUNDO FINANCEIRO - FF:** servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21 de dezembro de 2012, data da publicação da Lei nº 17.435, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

**FUNDO MILITAR - FM:** todos os militares do Estado e seus dependentes.

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei nº 17.435, de 2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

**2. FUNDO FINANCEIRO - FF:** servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21 de dezembro de 2012, data da publicação da Lei nº 17.435, de 2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

 23



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do Ministério da Previdência Social - MPS são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

**3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.**

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95

São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

**COMENTÁRIOS FINAIS**

De certa forma, projeções e avaliações atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei nº 17.435, de 2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

**5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente poderão ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2016.

**TABELA 07 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2016**

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.179.627
(-) Transferências Constitucionais	580.447
(-) Transferências ao FUNDEB	237.196
Saldo	1.361.984
Despesas Comprometidas	1.361.985
Margem de Expansão	0



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### ANEXO II – RISCOS FISCAIS

Considerando que a finalidade primordial do Estado é promover o bem estar das pessoas, exercendo de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Considerando que as obrigações financeiras do Estado apresentam-se como um ramo da atividade financeira do Estado que engloba os compromissos governamentais destinados ao funcionamento da Administração Pública.

Considerando que os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Estado.

O § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, determina que a Lei de Diretrizes contemple o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2016.

#### RISCOS FISCAIS NA RECEITA

Verificou-se, na aplicação do modelo, a necessidade de reavaliar os valores aprovados para Orçamento 2015 – Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014. O impacto desta reavaliação é uma redução de 3,2% no valor previsto para a rubrica Receitas Correntes. Este ajuste representa R\$ 925,6 milhões a menos no total das Receitas Correntes em comparação com o valor inicial do Orçamento – cujos valores não seguiram as projeções realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Nesta revisão estão incluídos os impactos da Lei nº 18.371, de 2014 (ICMS - R\$ 1,0 bilhão; IPVA - R\$ 633,0 milhões), do reajuste dos preços administrados – energia elétrica e combustíveis (ICMS - R\$ 1,53 bilhão) e da prorrogação do recolhimento decendial.

Levando-se em consideração que tais ações têm por objetivo causar um impacto permanente na arrecadação de tributos, para concluir esta previsão foram utilizados os percentuais de crescimento apontados pelo modelo para o período 2016 a 2019, tomando-se por base os valores de 2015. Percebe-se um forte crescimento na rubrica IPVA 100%, impulsionado pela Lei nº 18.371, de 2014. A partir de 2016 o crescimento da estimativa de arrecadação de IPVA retoma seu curso normal, o qual inclui a renovação da frota e a atualização dos preços de veículos usados.

Contudo, para a estimativa de ICMS 100% do exercício 2016, ainda foi necessário recalcular o impacto da Lei nº 18.371, de 2014, pois sua eficácia trouxe reflexos para a arrecadação a partir do mês de maio/2015. Desta forma, o impacto residual da legislação foi de um incremento estimado em R\$ 539,3 milhões. Em contrapartida foram deduzidos da arrecadação do exercício R\$ 439,0 milhões relativos aos recolhimentos decendiais, cujo término se dará em dezembro/2015, transferindo este montante para 2015. Como resultado há um crescimento irregular do ICMS no período 2015 a 2017.

Como houve um número significativo de alterações é de se esperar que a margem de erro seja maior do que a registrada em exercícios anteriores. Serão necessárias pelo menos 24 observações após a implantação das medidas para que a série possa ser reavaliada, o que compromete a acurácia das previsões nos próximos dois anos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Para o IPVA e para o ITCMD, bem como para seus respectivos acessórios, cuja arrecadação conjunta representou 9,9% do total de Receitas Tributárias próprias em 2014, optou-se por aplicar, na previsão das receitas, a média de crescimento verificada no período 2011 a 2014 – excluídas receitas extraordinárias.

**Despesa**

**Precatórios**

Outro evento que afetará o equilíbrio das contas públicas refere-se a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Segundo a decisão, recentemente tomada pelo Superior Tribunal Federal em questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, fica mantido parcialmente o regime especial criado pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009 pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016.

Foi ainda fixado um novo índice de correção monetária (IPCA-E) e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

Portanto, para os próximos exercícios financeiros, o Estado do Paraná deverá se enquadrar neste novo regramento até um novo entendimento da Superior Corte, haja vista que a decisão proferida possui caráter provisório.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

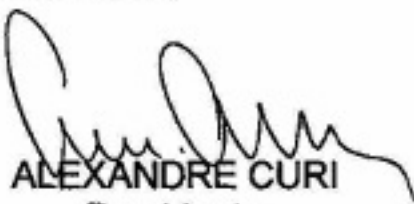
### Redação Final ao Projeto de Lei nº 400/2015 (Autoria do Deputado Paulo Litro)

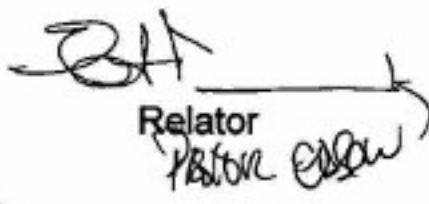
Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Flor da Serra do Sul, com sede no Município de Flor da Serra do Sul e foro no Município de Marreleiro.

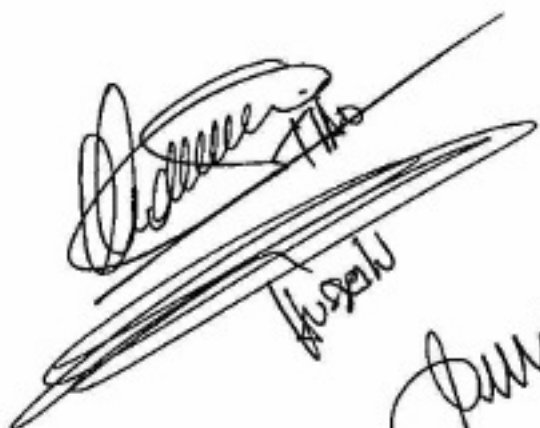
**Art. 1º** Concede Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Flor da Serra do Sul – Apae de Flor da Serra do Sul, com sede no Município de Flor da Serra do Sul, e foro no Município de Marreleiro.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator  
Paulo Litro

  
José Carlos







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 18 MAR. 2015  
*Assinatura*  
1º Secretário

Projeto de Lei nº 194/2015

Concessão de título de Cidadão  
Honorário do Estado do Paraná ao  
Senhor Tairiku Okada.

**Art. 1º** Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao  
Senhor Tairiku Okada.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de Março de 2015.

*Assinatura*  
**FERNANDO SCANAVACA**  
Deputado Estadual - PDT



## JUSTIFICATIVA

O Professor Dr. **Tairiku Okada** é de nacionalidade japonesa nascido em 23 de outubro de 1947.

**Escolaridade** – Ph.D. pela Universidade Midanao State University, em 2006; Doutor Honorário de Filosofia pela "Assumption University", em 2005; Graduado em Literatura pela Kokugakuin University Japão, em 1970.

**Títulos** – Presidente do Conselho de Diretores do Hikaru Memorial Museum; Cônsul Honorário da República do Kasaquistão; Presidente Interino do "Instituto de Pesquisas Yoko das "Civilizações" ou do "Desenvolvimento Humano"; Membro do "Instituto Japonês de Educação Ambiental", Professor convidado do "Colégio de Arte Pura ou Fina da Universidade de Shanghai"; Consultor do "Sankei International Calligraphy Association" (Associação Internacional de Caligrafia Sankei); Membro da "Associação francesa de Amigos do Museu National de Chagal" desde 2002.

**Prêmios** – Cidadão Honorário da Cidade de Culver, Califórnia, em 2006; Prêmio do "Paris Picasso Museum" pelo trabalho de caligrafia vencedora "SUI", em 2006; Prêmio pela Associação Francesa de Arte, em 2001; Cidadão Honorário do Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo.

Por essas qualificações destacadas em seu Curriculum Vitae e extensos serviços prestados à cultura japonesa, com seus efetivos reflexos para o Brasil já reconhecidos nas mais importantes regiões do país, apresentamos o presente Projeto de Lei esperando acolhimento de todos.

**FERNANDO SCANAVACA**  
Deputado Estadual – PDT



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 194/2015**

**Projeto de Lei n.º 194/2015**

**Autor:** Deputado Estadual Fernando Scanavaca

**SÚMULA:** Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Tairiku Okada.

**EMENTA:** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tairiku Okada.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança, através de ofício (anexo), o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

Por Fim, em relação à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2015.

NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI

PRACA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/Nº, GABINETE 802, CENTRO CIVICO, 80530-914, CURITIBA, PR +55 41 3350-4298

**APROVADO**

02.06.15



Presidência

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

447/2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 09 JUN. 2015

1º Secretário

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública ao Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de Junho de 2015.



Ademir Luiz Traiano

Deputado Estadual

Presidente da ALEP/PR



Presidência

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

O Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social e afins, e tem como objetivos sociais a promoção da assistência social e promoção do voluntariado.

Para alcançar suas finalidades o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida presta serviços médicos, ambulatoriais, hospitalares e outros complementares, através de consultas médicas eletivas e atendimento emergencial, exames complementares de diagnósticos e de tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, internamentos eletivos e emergências clínicas, cirúrgicas, obstétricos e pediátricos, bem como a prestação de serviços de diagnóstico por imagem Mamografia, radiologia e ultrassonografia, entre outras atividades de relevante interesse público.

Assim sendo, em razão da sua prestação de serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo estatuto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente Projeto de Lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 447/2015**

Projeto de Lei nº. 447/2015

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

***EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.***

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo conceder Título de Utilidade Pública ao Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, com sede e foro no Município de Coronel Vivida





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pag. 55f

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.



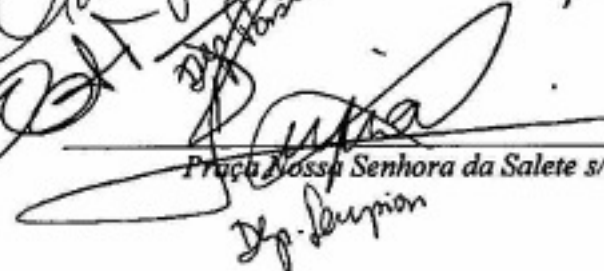
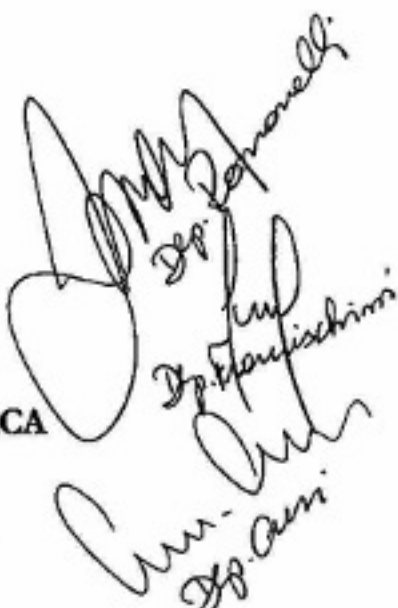
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Curitiba, 30 de junho de 2015.

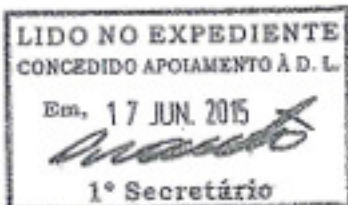
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PROJETO DE LEI Nº 462/2015**



DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE "2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - CABO JORGE LUIZ DA FONSECA" ORA DENOMINADA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA.

**Art. 1º** - A Companhia da Polícia Militar, sito no município de Medianeira, região oeste do estado do Paraná, ora denominada 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar, passa a ter a seguinte denominação:

I - 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar - Cabo Jorge Luiz da Fonseca.

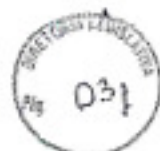
**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2015.

  
**ADEMIR BIER**  
Deputado Estadual

Justificativa anexa





### **Justificativa**

Jorge Luiz da Fonseca era natural de Corbélia, Paraná, nascendo em sete de outubro de 1985, graduado em Processos Gerenciais, estava cursando o terceiro período de Direito, filho de Maria José da Fonseca e José Airton da Fonseca, casado com a Senhora Daniele Dal Moro da Fonseca.

No ano de 2006, o Cabo Jorge Luiz da Fonseca ingressou como soldado na Polícia Militar do Estado, exercendo suas funções na 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar, do município de Medianeira.

Em quatro de agosto de 2014, sua trajetória na Polícia Militar foi interrompida brutalmente após uma abordagem a um suspeito, em Medianeira. Cabo Jorge e outro colega de corporação foram mortos na ação.

Ressalta-se que durante o período em que atuou na Polícia Militar do Paraná, o Cabo Jorge recebeu vários elogios pela sua conduta, conquistou o respeito de seus superiores, por sua forma idônea e ponderada, sempre agindo dentro da legalidade, prezando pela ética e pelo zelo em proteger o ser humano e o patrimônio público.

A propositura para homenagear o Cabo Jorge Luiz da Fonseca é amparada no reconhecimento dos relevantes serviços prestados à comunidade e ao Estado, salientando que este é o anseio dos colegas da corporação e população medianeirense.



# CERTIDÃO DE ÓBITO Nome **JORGE LUIZ DA FONSECA**

Matrícula

083923 01 55 2014 4 00018 199 0006917 57

Sexo <b>Masculino</b>	Cor <b>Branca</b>	Estado civil e idade <b>Casado, 28 anos **</b>						
Naturalidade <b>Corbélia-PR **</b>	Documento de identificação <b>8.688.918-8/SSP/PR **</b>	Eleitor <b>Sim</b>						
Filição e residência <b>JOSE AIRTON DA FONSECA e MARIA JOSE DA FONSECA, residente e domiciliado Rua Sete de Setembro, 1790, bairro Parque Independência, em Medianeira-PR **</b>								
Data e hora do falecimento <b>Quatro de agosto de dois mil e quatorze, às 21h 15min **</b>		<table border="1"> <tr> <td>Dia</td> <td>Mês</td> <td>Ano</td> </tr> <tr> <td><b>04</b></td> <td><b>08</b></td> <td><b>2014</b></td> </tr> </table>	Dia	Mês	Ano	<b>04</b>	<b>08</b>	<b>2014</b>
Dia	Mês	Ano						
<b>04</b>	<b>08</b>	<b>2014</b>						
Local do falecimento <b>Rua Alagoas s/n, centro, em Medianeira-PR **</b>								
Causa <b>TCE, ferida transfixante de crânio, lesão de projétil de arma de fogo **</b>								
Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido) <b>Cemitério da linha Laranjeira em São Miguel do Iguaçu-PR **</b>		Declarante <b>DENILSON DAL MORO **</b>						
Nome e número do documento do médico que atestou o óbito <b>Dr. Carlos Alberto Martins Araujo, CRM nº 18573, legista **</b>								
Observações / Atestações <b>Nascido em 07 de outubro de 1985. Pelo declarante foi-me dito, que o falecido deixou bens a inventariar e não deixou testamento, sabendo que o mesmo era eleitor. Deixou a mulher DANIELE DAL MORO DA FONSECA e não deixou filhos. Apresentado a Declaração de Óbito do Ministério da Saúde nº 18984025-0, CPF/MF nº 051.355.979-56, C.N.H. nº 03122557586 DETRAN/PR, Certidão de Casamento Matrícula 083923.01.55.2011.2.00031.099.0008082-15, lavrada neste Ofício, Título de Eleitor nº 0809514806-55 Zona 114 Seção 0037 Custas: Isentas (Face a Lei Federal 9.534/97). **</b>								
<p>O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.</p> <p>Medianeira-PR, 05 de agosto de 2014.</p> <p><i>Marina Vonijone Teti</i> Escrevente</p>								

Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Declarante
Geany Vonijone
Município
Medianeira - Estado do Paraná
Endereço
Rua Paraguai, 2029
CEP: 85.884-000 - Fone: (45)3264-1288



PROJETO DE LEI 501/2015

Prorrogação do mandato dos atuais  
Conselheiros representantes da  
sociedade civil organizada no  
Conselho Estadual dos Direitos da  
Criança e do Adolescente do Estado  
do Paraná.

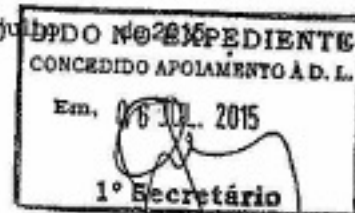
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Os mandatos dos atuais Conselheiros representantes da sociedade civil organizada, efetivos e suplentes, no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes do Estado do Paraná – CEDCA/PR, de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, ficam prorrogados pelo período de até seis meses contados a partir do término do mandato.

**Art. 2º** Os mandatos de que trata o art. 1º desta Lei ficarão automaticamente extintos na data da publicação do Decreto de nomeação dos novos conselheiros eleitos em processo eleitoral para este fim.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2015



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar os mandatos dos atuais Conselheiros representantes da sociedade civil organizada, efetivos e suplentes, no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - CEDCA/PR, de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, pelo período de até seis meses contados a partir do término do mandato.

Na reunião do CEDCA do mês de maio do corrente ano, o Pleno daquele Conselho deliberou pela prorrogação do mandato pelo período de até seis meses no intuito de ampliar os prazos para a realização do processo eleitoral, devendo a comissão eleitoral apresentar os novos prazos para a eleição.

Neste sentido, a comissão eleitoral procedeu as adequações e o Pleno do CEDCA aprovou, na reunião de 19 de junho, os novos prazos do processo eleitoral e a prorrogação do mandato pelo período de até seis meses, findando o mandato atual quando da conclusão do processo eleitoral e emissão do decreto de nomeação dos novos conselheiros.

Considerando que a ampliação dos prazos do processo eleitoral foi entendida como fundamental para a ampliação da participação da sociedade civil, bem como considerando que já houve uma ampliação de mandato pelo período de 12 meses (de junho de 2014 a junho de 2015), o entendimento aprovado pelo Pleno foi pela prorrogação do mandato até que se conclua o processo eleitoral, para que não haja prejuízo nas deliberações da política da criança e do adolescente em nosso Estado.

Importante mencionar que o mandato atual dos conselheiros finda em 30 de junho de 2015 e que, sem a prorrogação de seus mandatos, o referido Conselho ficará impossibilitado de se reunir. Por este motivo encaminho o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.634.729-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salete, 100 | 81120-000  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3354 7345



I - À DAP para leitura no expediente;

II - À DL para providências.

Em, 03 JUL 2015

Presidente

1448 06/07/2015 08:57:21 PM ASSINADA EM 03/07/2015



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 9579 - 22 de Março de 1991

Publicado no Diário Oficial nº. 9579 de 2 de Abril de 1991

Súmula: Regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:~~

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e do disposto no artigo 216 da Constituição Estadual.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

I - O secretário de Estado cuja pasta é responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente;

II - (01) um representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;

III - (01) um representante da secretaria de Estado da Educação;

IV - (01) um representante da secretaria de Estado da Saúde;

V - (01) um representante da secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - (01) um representante do Ministério Público;

VII - (01) um representante do Poder Judiciário;

VIII - (01) um representante da Fundação Centro Brasileira Para a Infância e Adolescência;

IX - (01) um representante da Legião Brasileira de Assistência;

X - (01) um representante das Universidades Públicas existentes no Estado do Paraná;





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XI - (01) um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

XII - (11) onze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento a crianças e adolescentes, legalmente constituídas, em funcionamento há pelos menos um ano.

Art. 2º São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

Art. 2º O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à Infância e à Juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à Infância e a Juventude, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, é composto pelos seguintes membros:

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

I - Formular a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal; 165 e 216 da Constituição Estadual; e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

I - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

I - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Governo;

(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)

I - um representante da Casa Civil;

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do governo do Estado, indicando ao secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;

(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

II - um representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir aplicação dos recursos públicos estaduais destinados à assistência social, especialmente para o atendimento de crianças e adolescentes;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

V - Advogar, quando entender necessário, o controle das ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

VI - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das crianças e adolescentes;

VII - 01 (um) representante do Secretário Especial do Esporte e Turismo;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;  
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)

VII - um representante da PARANA ESPORTE;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

VII - um representante da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo;  
(Redação dada pela Lei 18129 de 03/07/2014)





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

IX - Promover intercâmbio com entidades públicas particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;

IX - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

IX - um representante da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

X - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

X - 01 (um) representante das Universidades Públicas existentes no Paraná;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;  
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)

XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes e que pretendam integrar o conselho;

XI - 10 (dez) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano;  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XI - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano;  
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995) (vide Lei 11361 de 12/04/1996)

XI - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por descumprimento aos direitos assegurados às crianças e ao adolescente;



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XII - 01 (um) representante do Poder Legislativo Estadual;  
(Redação dada pela Lei 11136 de 18/07/1995)

XII - um representante da Secretaria de Estado do Turismo;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

XII - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;  
(Redação dada pela Lei 18129 de 03/07/2014)

XIII - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;

XIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;  
(Redação dada pela Lei 11136 de 12/04/1995)

XIII - doze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas a defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano;  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente.

**Art. 3º** As organizações da sociedade civil interessadas em participar do conselho se habilitarão, entre os dias 1º e 31 de janeiro dos anos ímpares, perante a secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

**Art. 3º** ... vetado ...  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

§ 1º A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º A secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à criança e ao adolescente encaminhará ao governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de dez dias, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 3º Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do conselho.



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 4º Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

~~Art. 4º Os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Fundação Centro-Brasileira para a Infância e Adolescência, da Legislação Brasileira de Assistência, das Universidades Públicas existentes no Paraná, e da Associação dos Municípios do Paraná, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, após indicação da respectiva instituição e observados os prazos estabelecidos no artigo anterior.~~

~~Art. 4º ... vetado ...~~

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/05/1992)

~~Art. 5º Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos estaduais, cuja participação no conselho não poderá exceder quatro anos consecutivos, serão nomeados livremente pelo governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.~~

~~Art. 5º São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:~~

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/05/1992)

I - Formular a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/05/1992)

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado competentes as modificações necessárias à execução da política formulada;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/05/1992)

III - Deliberar sobre as prioridades de atuação na área da criança e do adolescente, de forma a garantir que ações de Governo contemplem de forma integral a universalidade de acesso aos direitos preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/05/1992)

IV - Controlar as ações de execução da Política Estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/05/1992)

V - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/05/1992)





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

VI - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

VII - Incentivar e apoiar a realização dos eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da Infância e da Juventude;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

VIII - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

X - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o conselho;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XI - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XII - Gerir seu respectivo Fundo, aprovando planos de aplicação;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XIII - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

XIV - Autorizar a divulgação, por escrito, das ações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e propor publicações promocionais de matéria relativa à Infância e Juventude.

(Incluído pela Lei 12458 de 16/01/1999)

**Art. 6º** O presidente, o vice-presidente e o secretário-geral serão eleitos, em sessão com quorum mínimo de dois terços, pelos próprios integrantes do conselho.

**Art. 6º** As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho se habilitarão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um)





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente;

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, comprovando por documentos suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como o Registro de Utilidade Pública no âmbito do Estado e, ainda, a indicar seu representante e respectivo suplente;

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, indicando então seu representante e respectivo suplente, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

(Redação dada pela Lei 17506 de 11/01/2013)

a) comprovarem por documentos suas atividades há pelo menos um ano;

(Incluído pela Lei 17506 de 11/01/2013)

b) ... Vetada...

(Incluído pela Lei 17506 de 11/01/2013)

§ 1º. A seleção das organizações representativas da Sociedade Civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

§ 2º. A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês indicado, a relação de entidades que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes e suplentes por elas indicados para a devida nomeação.

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

§ 2º. A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês indicado, a relação de entidades que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes e suplentes por elas indicados para a devida nomeação.

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

§ 3º. ... vetado ...

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 4º. Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observando o mesmo processo previsto neste artigo.  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 7º O secretário de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente ficará encarregado de fornecer apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado.

Art. 7º Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos governamentais, cuja participação não poderá exceder a 04 (quatro) anos consecutivos, serão nomeados livremente, pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 7º Os Conselheiros e suplentes representantes dos órgãos governamentais serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.  
(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

Art. 8º O desempenho da função de membro do conselho, sem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do conselho.

Art. 8º O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral serão escolhidos e nomeados pelo Governador do Estado entre os membros efetivos do conselho.  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Art. 8º O Presidente e o Vice-Presidente serão nomeados pelo Governador do Estado, após eleitos pelo Conselho, dentre os membros titulares, em sessão plenária específica, por maioria de dois terços, para mandato de um ano.  
(Redação dada pela Lei 13278 de 10/10/2001)

Parágrafo único. Em cada mandato, a Presidência e a Vice-Presidência serão preenchidas de forma alternada entre representantes dos órgãos governamentais e organizações não governamentais.  
(Incluído pela Lei 13278 de 10/10/2001)

Art. 9º As demais matérias pertinentes ao funcionamento do conselho serão devidamente dispostas pelo seu regimento interno.

Art. 9º ... vetado...  
(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**Art. 10.** O Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente deverá ser instalado em fevereiro de 1991, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à infância e à juventude adotar as providências necessárias para tanto;

**Art. 10.** O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário em relação ao labor público, justificáveis as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

**Art. 11.** A comissão estadual de estudos sobre o menor em situação irregular, com a colaboração da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social adotará as medidas necessárias à realização da primeira seleção das entidades representativas da sociedade civil, interessados em integrar o conselho;

**Art. 11.** As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu Regimento Interno, que será elaborado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de instalação do mesmo.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

**Art. 12.** Fica criado o fundo para a infância e adolescência, administrado pelo conselho e com recursos destinados ao atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, assim constituído;

**Art. 12.** O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente será instalado até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da presente Lei.

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho;

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho.

(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010)

I - dotação consignada no orçamento do Estado para a assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - outros recursos que lhe forem destinados.

~~Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Art. 13. ... vetado ...

(Redação dada pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Parágrafo único. Após a formação do primeiro conselho, fica revogado o decreto estadual nº 1.232/87, que instituiu a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular.

Art. 14. Fica criado o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, de acordo com o que dispõe o artigo 88, inciso IV da Lei Federal 8.069/90, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das crianças e dos adolescentes, assim constituído:  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Parágrafo único. Fica autorizado o procedimento de repasse dos recursos financeiros do fundo estadual para os fundos municipais da infância e adolescência - FIA's, independentemente da fonte de receita, de modo a financiar as ações de caráter continuado de proteção e de socioeducação, a ser implementado após a devida regulamentação por ato próprio do Governador do Estado.

(Incluído pela Lei 16631 de 22/11/2010)

I - Dotação a ele consignada no orçamento do Estado;  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

II - Recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

V - Outros recursos que forem destinados;  
(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

VI - ... vetado ...

(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992)

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22 de março de 1991.

Aníbal Khury  
Presidente





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

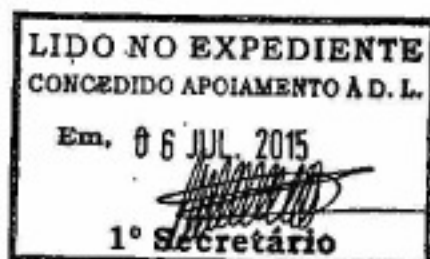


## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº.

29/2015



Aprovação da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2015.

ART. 1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009, referente ao mês de maio de 2015.

ART. 2º.-

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 24 de junho de 2015.

DEPUTADO ELIO LINO RUSCH  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
Relator

14:55 06/07/2015 00:36:02 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

### Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nu



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

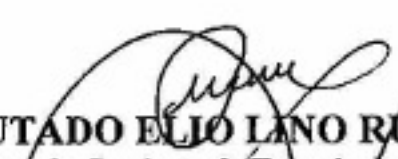
PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 012/2015-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição supracitada, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de maio de 2015, conforme Resolução nº.003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

As despesas, constantes nos documentos entregues a este Relator, conforme Proposição nº. 012/2015-CTC, que tratam das verbas indenizatórias para atender despesas dos Senhores Deputados, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação, transformando esta Proposição em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 24 de junho de 2015

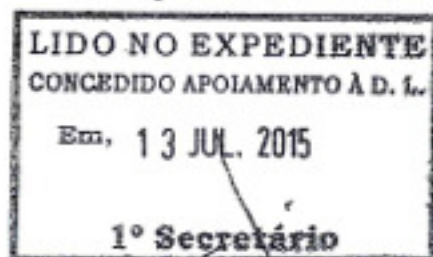
  
**DEPUTADO ELIO LINO RÜSCH**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
Relator

  
  
  
  
Dep. Ricardo Altuda  
Dep. Ricardo Altuda  
Dep. Ricardo Altuda  
Dep. Ricardo Altuda



Projeto de Resolução nº 030/2015



Aprovação do Relatório Final da Comissão Especial para análise e reforma das regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para análise e reforma das regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, constituída pelo Ato do Presidente nº 3/2015, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 819, de 9 de março de 2015, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de julho de 2015.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Presidente da Comissão Especial

  
Deputado PASTOR EDSON PRACZYK  
Relator da Comissão Especial

JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos Nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial para análise e reforma das regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Pedro Lupion, protocolado sob nº 454/2015-DAP, de 23 de fevereiro de 2015, e constituída pelo Ato do Presidente nº 3/2015, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 819, de 9 de março de 2015.

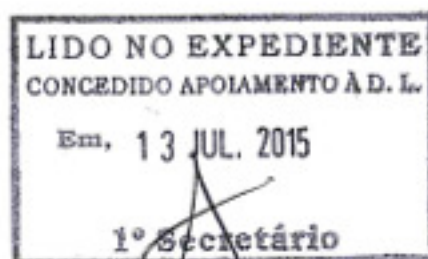




# RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL REGIMENTO INTERNO

PRESIDENTE: PEDRO LUPION

RELATOR: PASTOR EDSON PRACZYK





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa*

**RELATÓRIO FINAL**

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE MUDANÇAS NO REGIMENTO  
INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Em vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze, durante a Sessão Plenária Ordinária, foi protocolizado sob nº 454/2015, requerimento de autoria do Deputado Pedro Lupion, requerendo a constituição de Comissão Temporária Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que foi lido e aprovado no expediente do dia 12/02/2015.

No dia dois de março de 2015, foi protocolizado sob nº 727/2015, novo requerimento de autoria do Deputado Pedro Lupion solicitando a alteração do número de parlamentares integrantes da Comissão de 7 para 11, que foi lido e aprovado na sessão do mesmo dia.

A presente Comissão foi constituída pelo Ato do Presidente nº 3/2015, publicado no DOA nº 819, de 9/3/15, com a seguinte composição:

PARTIDO/BLOCO	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
DEMOCRATAS	PEDRO LUPION	NELSON JUSTUS
PDT	FERNANDO SCANAVACA	NELSON LUERSEN
PSDB	EVANDRO JUNIOR	BERNARDO RIBAS CARLI
PMDB	NEREU MOURA	ARTAGÃO JUNIOR
PSD	CHICO BRASILEIRO	LUIZ CARLOS MARTINS
PSC	CLAUDIA PEREIRA	WILMAR REICHEMBACH
PSC	MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA	EVANDRO ARAÚJO
PT	TADEU VENERI	PROFESSOR LEMOS
PRB/PSL/PV/PPL	PASTOR EDSON PRACZYK	RASCA RODRIGUES
PP/PMN/SD	MARIA VICTÓRIA	FELIPE FRANCISCHINI
PSB/PPS/PTB	TIÃO MEDEIROS	TERCÍLIO TURINI

Em dez de março de 2015 foi realizada a sessão de instalação da Comissão Especial para análise das propostas de alteração do Regimento Interno. Nessa oportunidade foi eleito Presidente da Comissão o Deputado Pedro Lupion, vice-presidente a Deputada Maria Victória e Relator o Deputado Pastor Edson Praczyk, bem como foram estabelecidas as diretrizes, os assuntos e as



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa*

extensão dos trabalhos a serem realizados pela Comissão. A Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 820, de 10 de março de 2015.

A **segunda reunião** da Comissão Especial foi realizada em dezessete de março de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 831, de 25 de março de 2015. Nessa reunião foram discutidos os critérios e a metodologia para a análise do Regimento Interno, bem como a condução e execução dos trabalhos. Ainda, ressaltou-se a necessidade de todos os membros e respectivas assessorias receberem o arquivo do Regimento Interno a ser discutido nas reuniões.

A **terceira reunião** da Comissão Especial foi realizada em 24 de março de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 839, de 07 de abril de 2015. Nessa reunião foi de destacado mais uma vez os principais objetivos da Comissão. Após, foi realizada a discussão dos artigos 230 ao 247, sendo que ao final foi acolhida a sugestão da Diretoria Legislativa de apresentação de PEC para sanar questões constitucionais, solicitando que a Diretoria Legislativa encaminhe aos Membros da Comissão cópias dos julgados do STF sobre o tema discutido. Ainda foi solicitado que as propostas de alterações referentes aos artigos 233, 235 e 237, que dispõem sobre projetos orçamentários, bem como as demais sugestões sejam encaminhadas à Comissão para inclusão na pauta da sessão seguinte.

Em seis de abril de dois mil e quinze, em Sessão Plenária Ordinária, foi protocolizado sob nº 1573/2015 requerimento de autoria do Dep. Pedro Lupion (DEM), Presidente da Comissão, requerendo a ampliação do objeto da Comissão para Análise e Reforma das Regras do Regimento Interno acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa, oportunidade em que foi lido e aprovado na Sessão do mesmo dia.

Após, foi realizada a **quarta reunião ordinária** da Comissão Especial em 07 de abril de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa*

Assembleia nº 846, de 16 de abril de 2015. Nessa reunião foram discutidas as novas redações dadas aos artigos 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 37, 1, 17, 30, que foram aprovadas. Nesta oportunidade o Sr. Presidente ainda comunicou a todos os membros da Comissão acerca a apresentação do requerimento supra mencionado requerendo a ampliação do objeto da Comissão.

A **quinta reunião ordinária** da Comissão Especial foi realizada em 14 de abril de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade. Nessa reunião foram discutidas e aprovadas a nova redação ao art. 36 e seus respectivos parágrafos, bem como a nova redação dos artigos 61 e 62 do Regimento Interno, versando respectivamente sobre a Competência e outras disposições referentes à Comissão de Constituição e Justiça, a Constituição e funcionamento das Comissões Especiais e a Constituição e outras disposições acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A **sexta reunião** da Comissão Especial em vinte e sete de maio de 2015, cuja Ata foi publica no Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade. Nessa reunião foi discutida a nova redação dos artigos 71, 100, 110, 117, 125, §2º do artigo 139, 146, §9º do artigo 147, 160 e 174, sendo todas devidamente aprovadas.

A **sétima reunião ordinária** da Comissão Especial foi realizada em 10 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade. Nessa reunião foi discutia e aprovada a nova redação do art. 265 do Regimento interno, bem como rejeitadas outras propostas apresentadas. Ainda, foi informado pelo Sr. Presidente que solicitou um estudo à Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Legislativa com o intuito de viabilizar uma proposta de alteração do trâmite dos Projetos na Casa e passando pelo crivo da CCJ somente ao final.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa*

A **oitava reunião ordinária** da Comissão Especial foi realizada em 24 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade, Nessa reunião foi analisada a proposta apresentada pela Diretoria de Assistência ao Plenário em relação a inversão do rito processual legislativo, passando a CCJ como comissão final. Após os debates dos Senhores membros, contando inclusive com a participação do Deputado Nelson Justus, atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a proposta foi REJEITADA pela maioria, mantendo-se a forma original. Ainda, foi discutida a nova redação dos artigos 211 e 261, sendo ambas aprovadas.

A **nona reunião ordinária** da Comissão Especial foi realizada em 30 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade foi discutida a regulamentação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, oportunidade em que foi decidido pela apresentação de um Regulamento próprio ao Conselho de Ética, na forma do art. 260 do Regimento, utilizando-se para tanto a proposta apresentada pelo Sr. Relator, que será submetida a análise da Comissão na reunião seguinte.

A **décima reunião ordinária** da Comissão Especial foi realizada em oito de julho de 2015, cuja ata será regularmente publicada no Diário Oficial da Assembleia. Nessa oportunidade foi discutida e aprovada proposta de Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Após, foram encerrados os trabalhos e aprovado este Relatório Final da Comissão Especial.

## CONCLUSÕES

Finalizado o trabalho da Comissão Especial destinada a analisar propostas de reformas no Regimento Interno, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Relatório Final acompanhado dos Projetos de Resolução (anexados), sendo um referente ao Regimento Interno e o outro ao Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

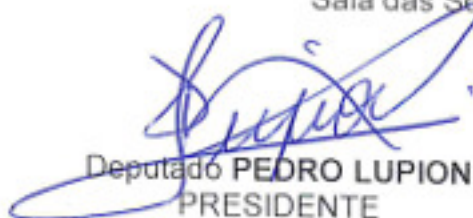




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa*

E, conforme determina o Regimento Interno, seguem (anexadas) todas as Atas das reuniões e suas respectivas publicações no Diário Oficial da Assembleia.

Sala das Sessões, 08 de julho de 2015.

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PASTOR EDSON PRACZYK**  
RELATOR

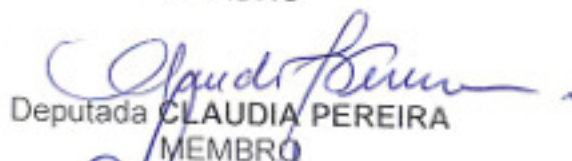
Deputada **MARIA VICTÓRIA**  
VICE-PRESIDENTE

  
Deputado **FERNANDO SCANAVACA**  
MEMBRO

  
Deputado **EVANDRO JUNIOR**  
MEMBRO

Deputado **NEREU MOURA**  
MEMBRO

  
Deputado **CHICO BRASILEIRO**  
MEMBRO

  
Deputada **CLAUDIA PEREIRA**  
MEMBRO

  
Deputado **MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA**  
MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TIO MEDEIROS**  
MEMBRO



# PROJETO DE RESOLUÇÃO REGIMENTO INTERNO



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº     /2015**

Instituição do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adoção de outras providências.

Art. 1º Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constante no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

Curitiba,     , de     de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



## **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

#### **Seção I Sede**

**Art. 1º** A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede no Município de Curitiba, está instalada no Palácio Dezenove de Dezembro, integrante do Centro Legislativo Anibal Khury.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembleia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa Executiva, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso, no âmbito do território estadual.

#### **Seção II Sessões Legislativas**

**Art. 2º** A Assembleia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinárias, quando as mesmas forem convocadas.

• Constituição Estadual - art. 61

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho enquanto não for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.





§ 4º Convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização dessas sessões.

• Constituição Estadual - § 5º do art. 61

## Seção III Sessões Preparatórias

### Subseção I Posse

Art. 3º O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou através de seu partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º O nome parlamentar, salvo, a juízo do Presidente, quando houver necessidade para evitar confusões, será composto de dois elementos:

I - um prenome e o nome;

II - dois nomes; ou

III - dois prenomes.

§ 2º Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados em ordem alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias, devendo estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

Art. 4º O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura, declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controladas.

Art. 5º No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, às 15h00, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado em sessão preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

• Constituição Estadual - art. 61





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

fl. 3

§ 1º Presidirá a Sessão Preparatória o último Presidente da Assembleia Legislativa, se reeleito Deputado, ou, em sua ausência, o Deputado mais idoso dentre aqueles com o maior número de legislaturas.

§ 2º Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o § 2º do art. 3º deste Regimento.

Art. 6º A Mesa da sessão preparatória declarará instalada a legislatura e, com a relação nominal de Deputados, tomará o compromisso solene destes, obedecendo as seguintes formalidades:

I - de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

*Prometo manter, defender, cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promovendo o bem de meu Estado.*

II - ato contínuo, será feita a chamada pelo Presidente e cada Deputado, em pé, ratificará o compromisso dizendo "assim o prometo" e assinará o termo de posse.

Parágrafo único. O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados.

Art. 7º O Presidente fará publicar no Diário Oficial a relação de Deputados constante no § 2º do art. 3º deste Regimento para o registro do comparecimento, verificação do quórum necessário à abertura da sessão, à composição das Comissões e às votações.

Parágrafo único. Havendo modificações posteriores, a relação de Deputados deverá ser atualizada e republicada.

Art. 8º O Deputado deve ser empossado pessoalmente, sendo vedada a posse mediante:

I - apresentação de declaração oral ou escrita; ou

II - procurador.



Art. 9º Quando algum Deputado tomar posse, suceder ou substituir outro em sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, o Presidente nomeará Comissão para recebê-lo e acompanhá-lo até a Mesa quando, antes de empossá-lo, tomar-lhe-á compromisso regimental, seguido da assinatura do termo de posse.

§ 1º Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse descrita no *caput* deste artigo dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogável por igual tempo a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar, por convocação do Presidente.

§ 2º Durante o recesso da Assembleia Legislativa a posse será perante o Presidente, com o compromisso regimental e a assinatura do termo de posse.

§ 3º Tendo prestado o compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

## Subseção II Eleição da Mesa

Art. 10. A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa, às 15h do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior e nos termos do § 1º do art. 5º deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

• Ato da Comissão Executiva nº 1.262/2012

§ 2º A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 3º Depois de proclamar os eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finalizada sua incumbência.

• Constituição Estadual - art. 54



Art. 11. Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares formados até o dia da posse, no início de cada legislatura.

Art. 12. A partir do dia 10 de outubro do segundo ano de cada Legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa, após ouvir o Colégio de Líderes, designará, com antecedência mínima de cinco dias, o dia e a hora para que se proceda, sob coordenação da Comissão Executiva, à eleição da Mesa Diretora para as 3ª e 4ª sessões legislativas da mesma legislatura.

Parágrafo único. O prazo para inscrição de chapas para a composição da Mesa é de dois dias contados da convocação de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 13. A eleição dos membros da Mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o painel eletrônico de votação, exigida a maioria absoluta de votos.

§ 1º Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado com as duas chapas mais votadas, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

§ 2º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e, se ainda assim persistir o empate, a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

Art. 14. Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, o preenchimento do mesmo será da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente;

III - no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que tratam os incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco sessões ordinárias, a contar da data da vacância, observado no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.





**Seção IV**  
**Bancadas e Blocos Parlamentares e Temáticos**

**Art. 15.** As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir blocos parlamentares, sob liderança comum.

§ 2º O bloco parlamentar terá o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º As lideranças dos partidos que formarem bloco parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º Não será admitida a formação de bloco parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do número mínimo fixado no § 4º deste artigo, extingue-se o bloco parlamentar.

§ 6º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 7º O requerimento de requisição de liderança partidária ou bloco parlamentar integrado por partido novo deve vir acompanhado de certidão da Justiça Eleitoral atestando o registro e regular funcionamento do novo partido.

**Art. 16.** A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

§ 1º No caso de renúncia ou de cassação de mandato de parlamentar que importar para o bloco a perda do número mínimo de funcionamento, os Deputados remanescentes têm até trinta dias, contados da renúncia ou da data da cassação do mandato, para se reorganizar em novo bloco.

§ 2º Decorrendo o prazo mencionado no § 1º deste artigo sem que os parlamentares ingressem em novo bloco, só poderão fazê-lo na sessão legislativa seguinte.

§ 3º A agremiação integrante de bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.



**Art. 17.** Autoriza a criação de até três blocos parlamentares temáticos destinados a tratar de assuntos de interesse da sociedade paranaense, que não sejam objeto das atribuições das Comissões Permanentes.

**Seção V**  
**Líderes**

**Art. 18.** Os Deputados poderão ser agrupados por representações partidárias ou blocos parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º A escolha de líder e vice-líderes será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação do bloco parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º O partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a sua posição quando da votação de proposições, ou fazer uso da palavra uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

**Art. 19.** O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se o período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão apenas sobre a matéria em debate e votação;

II - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por vice-líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III - participar, pessoalmente ou por vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

fl. 8

Parágrafo único. Cada líder de bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

Art. 20. O Governador do Estado e os Deputados pertencentes à bancada da oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do art. 19 deste Regimento.

Parágrafo único. No horário das lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos improrrogáveis.

## Subseção I Colégio de Líderes

Art. 21. O Colégio de Líderes é um órgão decisório, integrado por todas as lideranças de partidos e blocos parlamentares, além da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição.

Art. 22. O Colégio de Líderes será convocado pelo Presidente quinzenalmente para discutir matérias em tramitação na Assembleia e as suas decisões conjuntas deverão ser lavradas em ata.

§ 1º Os líderes ficam encarregados de distribuir aos respectivos liderados cópia da ata contendo as decisões conjuntas do Colégio de Líderes e da Presidência.

§ 2º A maioria dos líderes pode dispensar a realização da reunião ou convocá-la em casos extraordinários, caso o Presidente não o faça.

§ 3º As decisões do Colégio de Líderes serão tomadas por maioria.

## CAPÍTULO II ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA

### Seção I Mesa

Art. 23. A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembleia Legislativa é composta de:



- I – Presidente;
- II – 1º Vice-Presidente;
- III – 2º Vice-Presidente;
- IV – 3º Vice-Presidente;
- V – 1º Secretário;
- VI – 2º Secretário;
- VII – 3º Secretário;
- VIII – 4º Secretário; e
- IX – 5º Secretário.

§ 1º Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º Durante a sessão, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica, quando ausentes os Vice-Presidentes.

§ 3º A convite do Presidente, verificada a ausência dos titulares, qualquer Deputado poderá assumir as funções de Secretário.

§ 4º Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a cinco sessões ordinárias consecutivas sem causa justificada.

Art. 24. As Mesas eleitas para as primeira e terceira sessões legislativas servirão também nas extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo único. As funções dos membros da Mesa da Assembleia somente cessarão:

I - ao findar a legislatura, no início das sessões preparatórias da legislatura seguinte;



II - nos demais anos de legislatura, com uma nova eleição e posse da Mesa.

Art. 25. Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Temporária.

Art. 26. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - dirigir os trabalhos legislativos;

II - administrar a Assembleia Legislativa;

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - apresentar à Assembleia, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório;

V - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecer as instituições democráticas;

VI - iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos dispostos nos incisos I, II e IV do art. 55 da Constituição Federal e do art. 59 da Constituição Estadual;

VII - declarar perda de mandato de Deputado Estadual nas situações aludidas nos incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição Federal, observando o disposto no § 3º desse mesmo artigo bem como os termos constantes do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

VIII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma do § 3º do art. 53 da Constituição Federal;





IX - emitir parecer e expedir resolução da Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

X - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

XI - conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembleia, tornando-os cogentes para a administração;

XII - expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências;

XIII - expedir resolução da Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIV - decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembleia;

XV - aprovar a proposta orçamentária da Assembleia;

XVI - requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVII - fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVIII - estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa;

XIX - administrar e aparelhar a polícia e serviços de segurança da Assembleia;

XX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XXI - promulgar emendas à Constituição;

XXII - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXIII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



**Subseção I  
Presidente**

Art. 27. O Presidente é o representante da Assembleia quando esta houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, em conformidade com este Regimento.

Art. 28. São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento:

- I - dirigir e representar a Assembleia;
- II - presidir as sessões plenárias da Assembleia;
- III - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;
- IV - fazer ler, quando necessário, o expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;
- V - conceder a palavra aos Deputados nos termos deste Regimento;
- VI - dar posse aos Deputados;
- VII - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;
- VIII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar com a consideração aos poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;
- IX - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;
- X - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;
- XI - submeter à discussão e à votação a matéria assim destinada;
- XII - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;
- XIII - anunciar o resultado da votação;
- XIV - nomear, por autorização da Assembleia, Comissões Externas;





XV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XVI - promover e regular a publicação dos debates, de todos os trabalhos e atos da Assembleia, bem como das proposições promulgadas;

XVII - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVIII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XIX - informar à Assembleia qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XXI - levantar a sessão;

XXII - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembleia;

XXIII - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral, ao Tribunal de Contas e às Assembleias de outros Estados;

XXIV - convocar sessões extraordinárias;

XXV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos em conjunto com o primeiro e segundo secretários;

XXVI - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVII - promulgar leis, resoluções, decretos e emendas à Constituição;

XXVIII - resolver todas as questões de ordem que ocorram durante as sessões;

XXIX - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXX - zelar pelo prestígio da Assembleia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;



XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os líderes e os Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII - nomear os membros titulares e suplentes das Comissões, mediante indicação por escrito dos líderes ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado para esse fim;

XXXIII - declarar a perda de lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXIV - assegurar os meios e condições necessários ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXV - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 29. O Presidente da Assembleia votará nas sessões plenárias somente nos casos de empate ou de votação secreta.

Parágrafo único. Para votação secreta ou para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira ao seu substituto.

Art. 30. Sempre que o Presidente não se achar no recinto na hora regimental do início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente irá substituí-lo no desempenho de suas funções, observando-se a ordem do art. 23 e parágrafos deste Regimento, cedendo-lhe o lugar logo que estiver presente.

Parágrafo único. Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira durante a sessão proceder-se-á da mesma forma.

## **Subseção II Secretários**

Art. 31. São atribuições do 1º Secretário:

I - fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no expediente;

III - despachar toda a matéria do expediente;



IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembleia, exceto aquela constante do inciso XXIII do art. 28 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembleia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa para apresentá-las oportunamente;

VII - assinar, depois do Presidente, as atas das sessões, os atos da Comissão Executiva bem como todas as resoluções da Assembleia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação, caso o painel eletrônico fique inoperante;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar a entrega dos exemplares da Ordem do Dia aos Deputados, antes do início da sessão plenária.

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembleia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - expedir as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - apresentar emendas aos projetos recebidos, quando for o caso;

XIV - dar posse ao Diretor-Geral da Assembleia Legislativa.

**Art. 32. São atribuições do 2º Secretário:**

I - fiscalizar a redação das atas e fazer a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as atas e os Atos da Comissão Executiva;

III - auxiliar o 1º Secretário a expedir a correspondência oficial da Assembleia;

IV - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos;





V - manter atualizado o registro do patrimônio da Assembleia, encaminhando à Presidência e à 1ª Secretaria relatório anual sobre a situação dos bens registrados.

**Seção II**  
**Comissões**

**Subseção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 33.** As Comissões da Assembleia Legislativa são:

I - Permanentes: as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - Temporárias: as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou expirado seu prazo.

• Constituição Estadual - art. 62

**Art. 34.** Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares que participem da Casa na data da posse dos Senhores Deputados.

• Constituição Estadual - § 1º do art. 62

**Art. 35.** As Comissões Permanentes serão organizadas no início da primeira e da terceira sessões legislativas, dentro de quinze dias, compondo-se dos membros indicados pelos líderes de partidos ou de blocos parlamentares.

§ 1º As Comissões Permanentes serão compostas por sete membros cada uma, salvo a Comissão Executiva, que será integrada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e a Comissão de Constituição e Justiça, que será composta de treze membros.

§ 2º As Comissões Permanentes terão um Presidente e um Vice-Presidente, salvo a Comissão Executiva que terá três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares.



§ 3º Na composição das Comissões Permanentes, observado o disposto no art. 34 deste Regimento, será considerado o quociente apurado no início da legislatura obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

a) apura-se o resultado da divisão do número de Deputados constantes da relação de que trata o § 2º do art. 3º deste Regimento, pelo número de membros de cada Comissão;

b) divide-se o número de Deputados de cada partido ou bloco parlamentar pelo resultado obtido na divisão indicada na alínea "a" deste artigo, resultando no número vagas para os membros de cada partido ou bloco parlamentar nas Comissões.

§ 4º Ocorrendo vaga nas Comissões após a distribuição obtida com os cálculos do § 3º deste artigo, a mesma será preenchida por Deputado de partido ou bloco parlamentar ainda não representado.

§ 5º No preenchimento de vaga remanescente de que trata o § 4º deste artigo, será considerado o número de Deputados integrantes de cada partido ou bloco parlamentar em ordem decrescente das bancadas e, havendo partidos ou blocos parlamentares com igual número de Deputados, a escolha será por sorteio.

§ 6º Cada partido ou bloco parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 36. Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão.

#### **Subseção II** **Comissões Permanentes e sua Competência**

Art. 37. As Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividades são as seguintes:

- I - Comissão Executiva;
- II - Comissão de Constituição e Justiça;
- III - Comissão de Finanças;
- IV - Comissão de Orçamento;
- V - Comissão de Tomada de Contas;





VI - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VIII - Comissão de Educação;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais;

XIV - Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda;

XV - Comissão do Turismo;

XVI - Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais;

XVII - Comissão de Defesa do Consumidor;

XVIII - Comissão de Assuntos Metropolitanos;

XIX - Comissão de Cultura;

XX - Comissão de Esportes;

XXI - Comissão de Ciência e Tecnologia;

XXII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;

XXIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso;

XXIV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude;

XXVI - Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.



Art. 38. Considerados os respectivos campos temáticos ou áreas de atividades, as Comissões Permanentes têm as seguintes atribuições:

- I - iniciar o processo legislativo nos casos permitidos pela Constituição;
- II - analisar as proposições que lhe forem distribuídas, ocasião em que poderão:
  - a) opinar pela aprovação;
  - b) opinar pela rejeição total ou parcial;
  - c) apresentar emendas, subemendas ou projetos delas decorrentes;
  - d) requerer sua anexação a projetos similares;
  - e) promover diligências;
  - f) solicitar o seu arquivamento;
- III – realizar audiências públicas na Capital ou no interior do Estado, bem como promover estudos e seminários;
- IV – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado e demais órgãos da administração direta, indireta e paraestatal, solicitando relatórios sobre as respectivas atividades, dando ciência ao Plenário;
- V – encaminhar à Mesa:
  - a) a convocação de Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;
  - b) os pedidos de informação dirigidos a Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;
  - c) solicitações de convites dirigidos às autoridades de outras esferas de poderes;
- VI – conceder audiências para que autoridades possam expor assuntos, projetos, bem como apresentar esclarecimentos sobre a respectiva atuação, incluindo a solicitação de informações complementares necessárias à discussão de matérias que estejam sujeitas a sua deliberação, não implicando a diligência em dilação de prazos;



VII – receber e processar pedidos de informações, reclamações, representações ou queixas formuladas em face de atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

VIII – convocar qualquer cidadão para prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos de sua competência;

IX – apreciar e fiscalizar programas de obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento, emitindo pareceres e requerendo diligências;

X – determinar ao Tribunal de Contas do Estado que promova diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, nos mesmos termos, no âmbito da administração direta e indireta, incluídas fundações, sociedades e entes paraestatais de cooperação instituídos e mantidos pelo Poder Público Estadual;

XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta e paraestatal, exercendo, também, no que couber, o acompanhamento da execução orçamentária e procedendo a fiscalização contábil, financeira e patrimonial;

XII – apreciar todo e qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, no seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando a proposição do respectivo decreto legislativo.

§ 1º Na elaboração de seus pareceres, as Comissões deverão observar os aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais e, principalmente, o mérito e oportunidade das proposições sob a ótica do interesse público e da melhora da qualidade dos resultados legislativos.

§ 2º A convocação e os pedidos de informação de que trata o inciso V deste artigo deverão ser aprovados pela maioria simples do Plenário.

§ 3º As atribuições contidas nos incisos V e VII do *caput* deste artigo não excluem a iniciativa concorrente de Deputados cujos requerimentos deverão ser aprovados pela maioria do Plenário.

§ 4º As atribuições e competências das quais trata este artigo se aplicam, no que couber, às Comissões Especiais.





§ 5º As Comissões Permanentes e os blocos temáticos em funcionamento deverão apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa relatório semestral de suas atividades.

**Art. 39.** Cabe à Comissão Executiva:

I - opinar sobre modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar todos os tipos de licitações;

VI - autorizar despesas, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, emitir parecer sobre projetos a eles relativos e determinar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;

XIII - formalizar, através de ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI deste artigo e outros pertinentes à administração interna da Assembleia Legislativa.

**Art. 40.** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



I - emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições;

II - emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de emendas à Constituição;

III - propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

IV - manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado nos termos deste Regimento;

V - manifestar-se sobre a autorização para instauração de processo para apuração de infração penal comum contra o Governador do Estado, nos termos do § 1º do art. 264 deste Regimento;

VI - manifestar-se sobre a denúncia por crime de responsabilidade oferecida contra:

- a) o Governador do Estado;
- b) o Vice-Governador do Estado;
- c) Secretários de Estado;
- d) o Procurador-Geral de Justiça;
- e) o Procurador-Geral do Estado; e
- f) o Defensor-Geral da Defensoria Pública.

VII - manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

- a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;
- b) transferência temporária da sede do Governo;
- c) organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;
- d) intervenção nos municípios;
- e) organização e divisão judiciária;





- f) alterações de códigos;
- g) declaração de utilidade pública de entidades civis;
- h) concessão de títulos de cidadania;

VIII – decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões.

§ 1º Na análise do caráter estrutural das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça deverá considerar o disposto na legislação sobre técnica legislativa e, ressalvadas as proposições de que tratam as alíneas do inciso V do *caput* deste artigo, não poderá proceder emendas que alterem ou disponham sobre o mérito da proposição.

§ 2º Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça concluir que a proposição não atende aos termos da legislação referida no § 1º deste artigo, poderá diligenciar junto ao autor, para que este, sob pena de arquivamento, proceda à adequação necessária.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o autor terá prazo de quinze dias, contado de sua notificação, para promover a adequação, sob pena de arquivamento da proposição.

§ 4º Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados.

§ 5º Decorridos os prazos regimentais, quando a Comissão de Constituição e Justiça opinar pela inconstitucionalidade de uma proposição, esta deverá ser encaminhada à Diretoria Legislativa para proceder ao arquivamento e dar ciência ao autor.

§ 6º A votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça terá caráter conclusivo.

§ 7º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de cinco dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, apresentar pedido fundamentado de reconsideração, o qual, após atestada a tempestividade, será distribuído a novo relator.

§ 8º Quando a proposição for declarada inconstitucional por deliberação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de reconsideração ficará condicionado ao apoio de um quarto dos Deputados da Assembleia.



§ 9º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não reconsidere o seu posicionamento, o autor poderá formular recurso ao Plenário apenas para a análise da constitucionalidade e da legalidade da matéria, devendo obter o apoio de pelo menos 1/3 (um terço) dos parlamentares da Casa, dentre os quais não poderão constar os membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação.

§ 10. O prazo para a apresentação do recurso descrito no § 9º deste artigo será de dez dias, contados da data da publicação da ata da sessão na qual o pedido de reconsideração foi apreciado.

§ 11. Não serão conhecidos pelo Presidente da Comissão os pedidos de reconsideração e recursos que não atendam às exigências regimentais quanto ao prazo de interposição, apoio ou que não tenham fundamentação.

§ 12. Em sendo acolhido o pedido de reconsideração ou o recurso ao Plenário, a proposição prosseguirá em seu trâmite regimental.

§ 13. Inexistindo pedido de reconsideração ou recurso ou estes não tendo sido acolhidos, a proposição será tida como definitivamente rejeitada, efetivando-se o seu arquivamento.

§ 14. As disposições relativas aos pedidos de reconsideração e recurso ao Plenário de que tratam os §§ 7º a 9º deste artigo não se aplicam às proposições de emendas declaradas inconstitucionais.

§ 15. O autor da emenda que tenha sido declarada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se este for rejeitado, a emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão.

§ 16. Em caso de tramitação de projeto em regime de urgência, serão observados os procedimentos e prazos estipulados no art. 215 e seguintes deste Regimento.

**Art. 41.** Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se sobre:

I - proposições que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, inclusive as de outras Comissões;

II - atividades financeiras do Estado;

III - matéria tributária;





IV - empréstimos públicos; e

V - matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

**Art. 42.** Compete à Comissão de Orçamento:

I - manifestar-se sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais;

• Constituição Estadual - art. 134

II - verificar o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

III - auxiliar as demais Comissões Permanentes nas atividades de fiscalização da execução das leis orçamentárias e créditos adicionais, fornecendo os dados orçamentários e, se necessário, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Na hipótese de o Poder Executivo não apresentar as proposições de orçamento de que trata o inciso I deste artigo, será considerada como proposta a lei de orçamento vigente, nos termos do art. 32 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 43.** Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas;

II - julgar as contas do Governador;

III - proceder à tomada das contas do Governador, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

IV - fiscalizar as entidades da administração indireta;

V - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

**Art. 44.** Compete à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação, insumos e desenvolvimento rural.



Art. 45. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos, trânsito e transporte e sobre comunicação em geral.

Art. 46. Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e à instrução pública ou particular.

Art. 47. Compete à Comissão de Segurança Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como àquelas referentes à ordem e à segurança pública.

Art. 48. Compete à Comissão de Saúde Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

Art. 49. Compete à Comissão de Redação, observadas as exceções regimentais, a elaboração da redação final das proposições.

Art. 50. Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, que disponham sobre a conservação da natureza e que busquem evitar a depredação dos recursos naturais.

Art. 51. Compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8.358, de 5 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto no § 2º do art. 1º da referida Lei ou de constatação de irregularidades nos processos licitatórios;

III - fiscalizar os aspectos relacionados aos critérios de distribuição de verbas estaduais aos municípios;

IV - fiscalizar os convênios firmados entre o Estado e os municípios e os dispêndios decorrentes de verbas oriundas dos mesmos;

V - manifestar-se sobre proposições que objetivem criação, fusão, desmembramento de municípios e intervenção nestes;





VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas e às microrregiões, promovendo a integração das políticas dos municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o § 1º deste artigo não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º deste artigo, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial nas unidades administrativas dos Três Poderes e da administração direta ou indireta incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do art. 74 e inciso IV do art. 75 da Constituição Estadual.

Art. 52. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e ao comércio.

Art. 53. Compete à Comissão do Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Art. 54. Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Art. 55. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação de seus direitos.

Art. 56. Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.





Art. 57. Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Art. 58. Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades desportivas.

Art. 59. Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior manifestar-se em proposições que:

I - objetivem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico;

II - proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, absorção, sistematização, aplicação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos;

III - visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científica do Estado, incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Art. 60. Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Art. 61. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos;

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos;

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos, incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.



Art. 62. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual na elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres;

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina;

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Art. 63. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual na elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude;

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

Art. 64. Compete à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à criação, atualização, compilação, compatibilização e consolidação normativa, sob o aspecto jurídico e social, a fim de harmonizar e desburocratizar a aplicabilidade e funcionalidade legislativa estadual;

II - analisar medidas que visem atender aos preceitos enunciados no inciso I deste artigo, inclusive mediante acordos e cooperação com poderes e entidades;

III - fiscalizar a eficácia, aplicabilidade e funcionalidade das leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como dos atos normativos promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob o aspecto técnico, social e econômico, com vistas a sugerir sua revogação, adequação ou manutenção, inclusive mediante expedição e recomendações e requerimentos de informações aos órgãos competentes;





IV – atender às demandas apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Membros ou Órgãos, outros Poderes Constitucionais, sociedade civil organizada e população em geral, por meio de requerimento enviado à Mesa Executiva, à Ouvidoria da Casa ou à própria Comissão.

**Subseção III**  
**Comissões Temporárias**

**Art. 65.** As Comissões Temporárias são:

- I - Especiais;
- II - Parlamentares de Inquérito;
- III - Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo sete e no máximo onze membros.

§ 2º O Presidente solicitará a indicação dos membros das Comissões Temporárias no prazo de três sessões, contado do protocolo do Requerimento em Plenário.

§ 3º Os membros das Comissões Temporárias serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 4º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os partidos ou blocos parlamentares possam ser representados.

§ 5º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 6º Nenhum Deputado poderá ocupar, simultaneamente, o cargo de Presidente em mais de uma Comissão Temporária.

**Art. 66.** As Comissões Especiais serão constituídas por requerimento subscrito por  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado, mediante deliberação do Plenário, com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.



§ 1º As Comissões Especiais serão criadas para examinar e dar parecer sobre as seguintes espécies de proposições:

- I – propostas de emenda à Constituição;
- II – projetos de código;
- III – projeto de revisão do Regimento Interno;
- IV – indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas.

§ 2º Algumas Comissões Especiais serão destinadas a oferecer estudos sobre determinado assunto e apresentar proposição correlata.

Art. 67. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por requerimento subscrito por 1/3 (um terço) do número total de Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Satisfeitos os requisitos regimentais, o Presidente determinará a publicação do requerimento ou a devolução ao autor para retificá-lo, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembleia, salvo mediante projeto de resolução apoiado por 1/3 (um terço) dos Parlamentares e aprovado.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.





§ 6º Na ata de instalação e eleição de Presidente e relator constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 68. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembleia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembleia, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 69. As Comissões Permanentes e as Especiais poderão se reunir fora do Poder Legislativo e se deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão, por maioria absoluta de seus membros, desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.



**Art. 70.** As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando as atividades propostas acarretarem despesas para a Casa.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, em missão no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembleia nos atos a que tenha sido convidada ou designada.

**Art. 71.** Ao término dos trabalhos, a Comissão Temporária apresentará à Presidência da Casa, em Plenário, no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento, relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de cinco sessões, contado do seu recebimento, faça-o publicar no Diário Oficial e o encaminhe:

I - ao Plenário, para discussão e votação dentro de cinco sessões contadas do recebimento do relatório pela Presidência e, conforme o caso, apresentação de proposta de emenda constitucional, projeto de resolução, projeto de lei ou decreto legislativo, os quais, cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas Comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

II - ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV - ao Poder Executivo para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso IV deste artigo;

VI - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º Os prazos previstos no *caput* deste artigo não fluem durante o recesso parlamentar.





§ 2º Na discussão e votação prevista no inciso I deste artigo, os encaminhamentos sugeridos na conclusão do relatório poderão ser emendados.

§ 3º A Comissão Temporária deverá apresentar o relatório final em até trinta dias após expirado o prazo de seu funcionamento.

§ 4º Os relatórios das Comissões Temporárias devem ser apresentados conjuntamente com os documentos de instrução do processo.

§ 5º A Comissão Temporária que não comprovar funcionamento será declarada extinta mediante comunicação ao Plenário, por provocação de qualquer Deputado.

§ 6º A Comissão Temporária declarada extinta na forma do § 6º deste artigo ou que não apresentar relatório final será notificada pela Mesa para ressarcir as despesas solicitadas em razão das respectivas atividades.

#### **Subseção IV** **Presidência das Comissões**

Art. 72. Se quaisquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da designação de seus membros, o Presidente da Assembleia convocará os mesmos, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembleia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembleia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º O Presidente será, nos seus impedimentos ou faltas, substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á eleição para a escolha do sucessor, salvo se faltar menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no § 1º deste artigo.

§ 3º Em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa, realizando-se nova eleição para o preenchimento do mesmo.

§ 4º O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.



Art. 73. Cabe ao Presidente da Comissão:

I - após submeter à discussão e votação, determinar a publicação das atas das reuniões no Diário Oficial no prazo de cinco dias úteis;

II - convocar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e presidir as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade necessárias;

III - resolver, de acordo com o Regimento Interno, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

IV - designar relatores e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer ou, na falta destes, avocá-la;

V - conceder a palavra aos membros da Comissão, aos líderes e aos Deputados que a solicitarem;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre o vencido e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;

VIII - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições nos termos deste Regimento Interno;

X - solicitar ao Presidente da Assembleia a declaração de vacância na Comissão ou a designação de substituto a membro faltoso, na forma deste Regimento;

XI - representar a Comissão nas suas relações com a Mesa, com as outras Comissões, com os líderes ou externas à Casa;

XII - votar, no caso de empate da votação.

XIII - solicitar a proposição para relatar antes de sua distribuição, desde que devidamente fundamentado o interesse na relatoria.

Parágrafo único. Já havendo relator designado, o presidente poderá avocar ou designar novo se, esgotado o prazo do art. 75 deste Regimento, não tiver sido apresentado parecer.





**Subseção V**  
**Pareceres**

**Art. 74.** Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais documentos sujeitos à sua deliberação.

§ 2º Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

**Art. 75.** O membro de Comissão designado relator terá o prazo de sete dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º Expirado o prazo para apresentação de parecer, o relator poderá requerer ao Presidente da Comissão a prorrogação até a sessão seguinte.

§ 2º Logo após o parecer do relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado, poderá encaminhar emenda ao projeto.

§ 3º Recebida a emenda, o relator emitirá seu parecer de imediato ou solicitará prazo até a sessão seguinte.

§ 4º As emendas e os pareceres serão colocados em discussão e votação, observando-se a seguinte ordem para usar da palavra para o encaminhamento da discussão, facultando-se ao Presidente da Comissão encerrar a discussão após falarem cinco Deputados:

I - o autor do projeto, por cinco minutos;

II - os membros da Comissão, por cinco minutos;

III - os Deputados não membros da Comissão, por três minutos.

§ 5º O membro da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou que discordar do parecer do relator poderá emitir voto em separado por escrito ou solicitar a concessão de vista da proposição pelo prazo improrrogável de três dias.

§ 6º Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, o prazo será comum aos solicitantes.



§ 7º Encerrada a discussão, serão votados o parecer e as emendas que, aprovados, serão assinados pelos membros presentes.

§ 8º Se o parecer do relator não for aprovado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator para emitir parecer a ser submetido na sessão seguinte.

§ 9º Havendo voto em separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do relator, será o voto divergente submetido à votação e, se aprovado pela maioria, será adotado como parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no § 10 deste artigo.

§ 10. Esgotado o prazo destinado ao relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em regime de urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 11. Na contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis - os "*pelas conclusões*" e os "*com ressalvas*";

II - contrários - os "*vencidos*".

§ 12. Sempre que adotar parecer com ressalva, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência, caso contrário o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 13. Integrarão o parecer as emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 14. Concluída a apreciação pelas Comissões, a proposição com os respectivos pareceres será remetida à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia no prazo de até cinco sessões ordinárias.

§ 15. O projeto votado na forma do § 17 deste artigo será submetido ao Plenário, mediante recurso do autor, na forma deste Regimento.

§ 16. A Comissão poderá dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 17. Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados.



§ 18. Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

Art. 76. Aos projetos de lei em regime de urgência não serão aplicadas as disposições constantes no art. 75, devendo ser observado, em tais casos, o procedimento previsto no art. 215 e seguintes, todos deste Regimento.

**Subseção VI**  
**Vagas e Impedimentos**

Art. 77. Será declarado vago o cargo na Comissão em caso de:

I - cassação do mandato legislativo;

II - renúncia;

III - opção;

IV - perda de lugar;

V - licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º A renúncia de qualquer membro de Comissão será irrevogável.

§ 2º Considera-se perda de lugar:

I – O não comparecimento a três reuniões ordinárias consecutivas;

II – A saída do partido pelo qual o Deputado foi indicado.

§ 3º O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão, com a perda do lugar, em razão do Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo líder do partido ou do bloco parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.





§ 5º O Presidente da Assembleia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com a indicação do líder do partido ou bloco parlamentar a que pertencer o substituído.

§ 6º Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo ou por falta de comparecimento sem causa justificada e devidamente comunicada, por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o art. 14 deste Regimento.

Art. 78. O membro de Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão, que convocará o suplente.

§ 1º O suplente convocado poderá votar as matérias constantes da pauta da reunião, podendo relatar matéria para a qual o membro efetivo fora designado relator.

§ 2º Na mesma reunião não poderá haver alternância entre membro efetivo e o respectivo suplente.

§ 3º Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às reuniões.

§ 4º Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator.

§ 5º Não poderá o autor de proposição ser dela o relator, ainda que substituto.

§ 6º O Presidente de Comissão não poderá desempatar votação quando se tratar de matéria da qual seja autor ou relator, cabendo o desempate ao Vice-Presidente ou ao membro mais idoso, dentre aqueles de maior número de legislaturas.

#### Subseção VII Reuniões

Art. 79. As Comissões reunir-se-ão em dias e horas prefixados.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com horário de sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Legislativa.





§ 2º O Presidente da Comissão fará publicar no *site* oficial da Assembleia as convocações de reunião com designação do local e da hora em que se realizarão, bem como a pauta.

Art. 80. As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 81. As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 82. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir as matérias e apresentar sugestões.

#### Subseção VIII Trabalhos

Art. 83. Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - discussão da ata da sessão anterior;

II - leitura do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, observada a alternância entre seus membros;

IV - discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, para tratar de matéria urgente, ou com requerimento de preferência de qualquer dos seus membros.

§ 2º Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º As proposições em regime de urgência não podem sair da Comissão, sendo entregues diretamente em mãos ao relator.

§ 4º As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.



§ 5º A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro documento que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Art. 84. Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembleia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 85. Das reuniões das Comissões serão lavradas atas com o resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário Oficial, após aprovadas e assinadas pelo Presidente da Comissão e pelo respectivo secretário.

Art. 86. As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembleia Legislativa.

#### Subseção IX Assessoramento Legislativo

Art. 87. As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica especializada em sua área de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembleia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

#### Seção III Secretaria da Assembleia

Art. 88. Os serviços da Assembleia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

Parágrafo único. O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento e só poderá ser elaborado ou modificado através de projeto de resolução de competência da Comissão Executiva.

Art. 89. É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus membros e ao Diretor-Geral competência para a prática de atos administrativos.



**Seção IV**  
**Procuradoria Parlamentar**

**Art. 90.** A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa judicial e extrajudicial da Assembleia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º A Procuradoria será constituída por procuradores efetivos da Assembleia.

§ 2º A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, no órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria-Geral do Estado, ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

**Seção V**  
**Corregedoria Parlamentar**

**Art. 91.** A Corregedoria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é constituída de um Corregedor e dois Corregedores Substitutos.

**Parágrafo único.** O processo de eleição dos cargos referidos no *caput* deste artigo é o mesmo para a escolha da Comissão Executiva.

**Art. 92.** Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa;

III - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.





Art. 93. O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 94. Compete aos Corregedores substitutos exercerem as funções do Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 95. Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados no inquérito o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão funcionário estável da Assembleia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, e serão entregues os autos ao Presidente da Assembleia Legislativa a fim de que seja decidido em Plenário sobre a prisão e formação de culpa, nos termos do § 3º do art. 57 da Constituição Estadual.

### CAPÍTULO III MANDATO

#### Seção I Subsídio e Ajuda de Custo

Art. 96. O subsídio dos Deputados será estabelecido, a cada legislatura, com observância do disposto no § 2º do art. 27 da Constituição Federal e na Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 97. O Deputado diplomado fará jus ao subsídio, incluída a 13ª (décima terceira) parcela, a partir do início da legislatura, contada da instalação da primeira sessão legislativa.





Parágrafo único. O Deputado suplente e o Deputado diplomado, após a instalação da primeira sessão legislativa, farão jus ao subsídio a partir da posse.

Art. 98. Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às sessões preparatórias e ordinárias.

Art. 99. Para efeito de pagamento dos subsídios, a presença do Deputado nas sessões a que se refere o art. 98 deste Regimento será apurada pelo painel eletrônico conforme o registro do voto verificado entre o primeiro item da Ordem do Dia e a votação da última proposição.

§ 1º O Deputado ausente deixará de receber o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) por sessão se não apresentar requerimento com justificativa de ausência.

§ 2º O requerimento de justificativa de ausência a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser apresentado à Mesa, em Plenário, antes do início da Ordem do Dia.

§ 3º Serão consideradas justificadas as ausências:

- I - por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico;
- II - em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado;
- III - em decorrência de audiência ou evento com Ministro de Estado;
- IV - do Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia.

§ 4º Mediante requerimento subscrito pelo Parlamentar, o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência injustificada.

Art. 100. Não sofrerá desconto o Deputado ausente que estiver no exercício de mandato da Comissão Executiva ou no desempenho de missão oficial.

Parágrafo único. As despesas feitas em razão de missão oficial a que se refere este artigo serão ressarcidas.

Art. 101. Considera-se ajuda de custo a compensação financeira imprescindível ao comparecimento à sessão legislativa ordinária.



Art. 102. Terá direito aos subsídios o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia.

Art. 103. Não terá direito aos subsídios o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 104. O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo e, durante a licença, seus assessores serão exonerados e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar serão suspensas.

Art. 105. O suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício.

§ 1º O subsídio será pago proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

## Seção II Licença

Art. 106. Os Deputados poderão solicitar licença em vista de:

I – tratamento de saúde;

II – interesse particular;

III – investidura nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital.

IV – casamento;

V – falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

VI – falecimento de avós e netos.

§ 1º Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato.



§ 2º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde estará condicionada à apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício do mandato.

§ 3º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar.

§ 4º A licença para casamento será de oito dias consecutivos contados da data do casamento civil ou da data informada na certidão de união estável registrada em cartório.

§ 5º Será concedida licença de oito dias corridos em face de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, contados da data do óbito.

§ 6º No caso de falecimento de avós e netos será concedida licença de três dias corridos contados da data do óbito.

Art. 107. O retorno às atividades e ao cumprimento do mandato do Deputado licenciado acontecerá a qualquer momento e deverá ser comunicado ao Presidente.

Parágrafo único. A comunicação ao Presidente será feita através de documento protocolado no Plenário ou, em período de recesso, no Protocolo-Geral.

### Seção III Extinção e Perda do Mandato

Art. 108. Será declarado vago o cargo de Deputado em caso de:

- I - falecimento;
- II - renúncia;
- III - perda de mandato.

• Constituição Estadual - Arts. 59 e 60

Art. 109. A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembleia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Diário Oficial.





§ 1º No recesso, o pedido de renúncia deve ser apresentado no Protocolo-Geral e só terá efeito com a publicação no Diário Oficial.

§ 2º Na primeira sessão ordinária, após o protocolo do pedido, será dada ciência ao Plenário da renúncia do Deputado, da data da publicação no Diário Oficial, bem como da posse do suplente, caso a mesma tenha ocorrido perante o Presidente.

**Art. 110.** Considera-se renunciado:

I - o Deputado que requerer a renúncia, que não prestar o compromisso no prazo estabelecido ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

**Art. 111.** O comparecimento do Deputado à sessão será verificado com o registro da respectiva presença no painel eletrônico e nas votações da Ordem do Dia.

**Art. 112.** A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

**Art. 113.** Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes no art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, em cada sessão legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.





§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e V do *caput* deste artigo, a perda de mandato será decidida pela Assembleia, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia, assegurada ampla defesa, após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 114. Na hipótese do inciso IV do art. 113 deste Regimento, o Presidente da Assembleia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Art. 115. O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos estados e dos municípios, importando em renúncia a inobservância desta norma.

## Seção IV Convocação do Suplente

Art. 116. A Mesa convocará o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único. O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, com a assinatura do respectivo termo de posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar doença que o incapacite para cumprir a formalidade necessária.

## CAPÍTULO IV TRABALHOS DA ASSEMBLEIA

### Seção I Sessões da Assembleia

Art. 117. As sessões da Assembleia Legislativa são:



I – preparatórias;

II – ordinárias;

III – extraordinárias.

§ 1º Preparatórias são as destinadas à posse e à eleição da Mesa, precedendo a instalação da primeira e da terceira sessões legislativas, bem como a sessão de eleição da Mesa na segunda sessão legislativa.

§ 2º Ordinárias são as realizadas em dias úteis no período legislativo, de segunda a quarta-feira.

§ 3º Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4º A Assembleia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 118. As sessões da Assembleia serão públicas, a menos que decisão judicial determine o contrário.

Art. 119. As sessões ordinárias terão início às 14h30 e durarão no máximo quatro horas e trinta minutos.

§ 1º O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

§ 2º O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado com requerimento de qualquer Deputado.

§ 3º O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, desde que presente pelo menos 1/3 (um terço) dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo desta prorrogação.

§ 4º Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder quinze minutos.

§ 5º Quando a prorrogação se destinar à votação, só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 6º O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa até trinta minutos antes do encerramento da sessão.



§ 7º Se tiver orador na tribuna no momento de findar a sessão e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente submeterá o requerimento à votação, devolvendo ao orador o tempo restante.

Art. 120. A juízo do Presidente, ou por deliberação do Colégio de Líderes poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão às grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, uma vez por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 121. Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembleia poderá realizar outras sessões, além das previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, através de requerimento de qualquer Deputado.

Parágrafo único. O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembleia.

Art. 122. As bancadas e os blocos partidários podem, através de requerimento do respectivo líder, apresentado em Plenário com uma semana de antecedência, destinar o grande expediente de três sessões ordinárias por ano, na segunda-feira, para uso da comunidade.

§ 1º O requerimento deve ser assinado pelo líder do partido ou do bloco partidário e deve indicar o nome do cidadão que usará a palavra e a justificativa do interesse público na exposição.

§ 2º Havendo discordância sobre a viabilidade da inscrição requerida nos termos do § 1º deste artigo ou no caso de a data solicitada, excepcionalmente, não ser na segunda-feira, o requerimento deve vir apoiado por dezoito Deputados.

§ 3º A data reservada por uma liderança pode ser cedida a outra liderança, desde que os dois líderes apresentem a concordância.

Art. 123. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - é obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo;

II - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

III - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte o andamento dos trabalhos;





IV - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

V - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

VI - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 124. Na hora do início da sessão, achando-se presente em Plenário pelo menos 1/3 (um terço) do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, usando a expressão "*Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos*".

§ 1º Não verificado o *quórum* de que trata o *caput* deste artigo, o Presidente aguardará por quinze minutos, após o que, persistindo a falta do número necessário, deixará de abrir a sessão, fazendo constar em ata os nomes dos Deputados que não registraram presença e que não justificaram a ausência.

§ 2º Abertos os trabalhos, o 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que será colocada em discussão pelo Presidente, considerando-se a mesma aprovada independentemente de votação.

Art. 125. Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante cinco minutos, para apresentar retificação, indicando os pontos questionados e sugerindo as modificações pretendidas ou apresentar o pedido de retificação por escrito.

§ 1º Acolhidas pelo Presidente as modificações requeridas, a ata será encaminhada para nova redação, com os fundamentos da alteração, ficando a apreciação do novo texto para a sessão subsequente.

§ 2º Cabe recurso ao Plenário da decisão do Presidente que indeferir a retificação da ata, no prazo de três dias, contado da publicação da ata impugnada.

§ 3º Aprovado o texto da retificação, a ata será republicada no Diário Oficial.

#### Subseção I Sessão Extraordinária

Art. 126. A sessão extraordinária será convocada:





I - pelo Presidente da Assembleia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1º Poderão ser convocadas duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º Observado o disposto no art. 128 deste Regimento, havendo requerimento subscrito pela maioria absoluta dos líderes, o limite de que trata o § 1º deste artigo pode ser alterado, convocando-se outras sessões extraordinárias para a mesma data.

§ 3º A sessão extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as ordinárias.

Art. 127. Sempre que for convocada sessão extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em sessão.

Parágrafo único. Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 128. A duração da sessão extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único. O tempo destinado à sessão extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 129. A Assembleia Legislativa realizará, no máximo, oito sessões extraordinárias por mês, não se computando nesse limite as sessões solenes e as especiais.

## **Subseção II Expediente**

Art. 130. Após lida a ata da sessão anterior, o Presidente consultará o 1º Secretário quando à existência de expediente a ser lido.

Parágrafo único. Inexistindo expediente a ser lido, o Presidente imediatamente dará início ao pequeno expediente.

Art. 131. A duração do expediente será de duas horas e cinquenta minutos, distribuídos entre:



I – pequeno expediente;

II - grande expediente;

III – lideranças partidárias;

IV – lideranças do governo e da oposição.

§ 1º O pequeno expediente terá a duração de trinta minutos, podendo haver até seis oradores inscritos, segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para tratar de assuntos de livre escolha, no prazo máximo de cinco minutos para cada um, proibidos os apartes;

§ 2º O grande expediente terá duração de trinta minutos, divididos em dois períodos de quinze minutos, destinados a dois oradores, sendo um da base do governo e outro da oposição, com prévia inscrição.

§ 3º O horário das lideranças partidárias será de noventa minutos, distribuído equitativamente entre as lideranças de bancadas partidárias ou blocos parlamentares.

§ 4º O horário para as lideranças do governo e da oposição será de vinte minutos, divididos em dois períodos de dez minutos.

§ 5º Aos líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 6º Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 7º A competência de que tratam os parágrafos anteriores fica transferida ao mais idoso dos integrantes de cada bancada na falta dos líderes e vice-líderes.

Art. 132. As inscrições dos oradores para a hora do grande expediente serão feitas em ordem cronológica, respeitando o limite de dois oradores por sessão.

Parágrafo único. Quando o Deputado inscrito declinar do uso da palavra, o horário reservado poderá ser utilizado por outro parlamentar da mesma base, previamente inscrito em lista de espera elaborada pela assessoria da Mesa.



**Subseção III  
Ordem do Dia**

**Art. 133.** Finda a hora do expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 136 deste Regimento.

§ 2º Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver quórum para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso e iniciará o processo de votação.

§ 3º As votações não serão interrompidas, salvo se verificada a falta de quórum, constatada no painel eletrônico, hipótese em que ficarão para a sessão seguinte, incluindo-se os itens no início da Ordem do Dia.

§ 4º Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na sessão e os adiados da sessão anterior.

§ 5º É permitido a dois Deputados fazerem uso da palavra para explicações pessoais por dez minutos cada um.

**Art. 134.** Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a sessão, proferindo a expressão: *Levanta-se a sessão*.

**Art. 135.** Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia serão encaminhadas à Diretoria competente que, sob a determinação do Presidente, organizará a pauta.

§ 1º Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

§ 2º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite de parecer de outra Comissão, que esteja em desacordo com as exigências regimentais ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia, cabendo desse ato recurso ao plenário.





**Subseção IV**  
**Elaboração da Ordem do Dia**

**Art. 136.** A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da sessão anterior e será publicada no *site* oficial da Assembleia.

§ 1º A Ordem do Dia será elaborada por grupos, respeitando a sequência:

- I - propostas de emenda à Constituição;
- II - redação final;
- III - 3ª discussão;
- IV - 2ª discussão;
- V - 1ª discussão;
- VI - discussão única.

§ 2º Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º Dentro de cada grupo da Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I - projetos de lei complementar;
- II - projetos de lei ordinária;
- III - projetos de resolução;
- IV - projetos de decreto legislativo.

§ 4º Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

**Art. 137.** A Ordem estabelecida no art. 136 deste Regimento poderá ser alterada ou interrompida em caso de:

- I - preferência;
- II - adiamento;





III - retirada da Ordem do Dia.

Art. 138. O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, publicado no *site* oficial da Assembleia, assinalará, obrigatoriamente:

I - a discussão a que está sujeito;

II - de quem é a iniciativa;

III - a respectiva ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V - a existência de emendas, relacionadas por grupos, conforme os respectivos pareceres;

VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

#### Subseção V Questões de Ordem

Art. 139. Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais questões de ordem.

§ 3º No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado para encaminhar a votação.

§ 4º Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

§ 5º Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.



§ 6º As questões de ordem serão registradas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente, bem como publicadas na atividade parlamentar constante no *site* oficial da Assembleia Legislativa.

Art. 140. Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado solicitar *pela ordem* para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa no Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só poderão falar o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "*pela ordem*", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

#### Subseção VI Atas

Art. 141. De cada sessão da Assembleia lavrar-se-á, além da ata destinada à publicação no Diário Oficial, outra, resumida, na qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão.

§ 1º Depois de lida, a ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º Ainda que não haja sessão por falta de quórum, a ata será lavrada e nela deverá constar o expediente despachado.

Art. 142. Os documentos lidos em sessão serão mencionados na ata em resumo e transcritos no Diário Oficial, de acordo com as disposições regimentais, ou digitalizados no *site* oficial da Assembleia, conforme for o caso.

§ 1º Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados na ata destinada ao Diário Oficial.

§ 2º As informações e os documentos oficiais lidos pelo 1º Secretário na hora do expediente serão somente publicados, em resumo, na ata destinada ao Diário Oficial com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º As informações enviadas à Assembleia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata da sessão em que forem lidas no expediente, antes de entregues a quem as solicitou.



§ 4º Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembleia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos neste Regimento.

§ 6º Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

§ 7º Os pedidos de retificação da ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário no prazo de três dias.

Art. 143. A ata da última sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes de se levantar a sessão.

## Seção II Audiência dos Secretários de Estado

Art. 144. O Secretário de Estado comparecerá à Assembleia ou em suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembleia ou Comissão, por deliberação da maioria, presente a maioria absoluta dos Deputados, com requerimento de qualquer Deputado ou membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa, na forma do inciso XXXIII do art. 54 da Constituição Estadual.

§ 3º Não atendida a convocação feita, de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembleia promoverá a instauração do procedimento legal cabível para a apuração da prática de crime de responsabilidade.





**Art. 145.** Na audiência em Plenário, o Secretário de Estado terá assento:

I - na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, quando em Plenário;

II - à direita do Presidente, quando perante Comissões.

§ 1º O Secretário de Estado, nos casos constantes dos incisos I e II deste artigo, estará subordinado às normas estabelecidas pelos Deputados para o uso da palavra.

§ 2º O comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Assembleia Legislativa não poderá ser marcado em um mesmo horário, salvo em caráter excepcional quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente.

§ 3º Não será admitida a convocação simultânea de Secretário de Estado por mais de uma Comissão.

§ 4º O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 5º Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Assembleia.

**Art. 146.** Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º O Secretário de Estado, no início do grande expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento de convocação, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.





§ 4º Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

### **Seção III Ordem Interna**

**Art. 147.** O policiamento do edifício da Assembleia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembleia.

§ 1º Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º É proibido o porte de arma de qualquer espécie nos Edifícios da Assembleia e suas áreas comuns, salvo para os policiais integrantes do Gabinete Militar.

§ 3º O Gabinete Militar será regulamentado por Decreto Legislativo.

**Art. 148.** Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, desde que em silêncio e respeitando a solenidade do Plenário.

§ 1º Haverá lugares especiais para Secretários de Estado, autoridades federais, estaduais e municipais e de outros estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados e representantes do Ministério Público.

§ 2º O comitê de imprensa é reservado exclusivamente aos representantes da imprensa escrita, televisão, rádio e veículos de comunicação online - web, credenciados pela respectiva Diretoria, para o exercício de sua profissão junto à Assembleia.

§ 3º Durante as sessões, só serão admitidos no recinto do Plenário os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa credenciados nos termos do § 2º deste artigo.

§ 4º As Lideranças do Governo e da Oposição poderão ter, cada uma, dois assessores com acesso ao Plenário.

§ 5º Os gabinetes parlamentares e as Comissões Permanentes receberão, no início da legislatura, uma credencial de acesso ao Plenário, destinada ao serviço de assessoria aos Deputados.



§ 6º Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembleia.

Art. 149. Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a sessão.

Art. 150. Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembleia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, expô-lo-á à Assembleia para esta determinar o que lhe parecer conveniente.

Art. 151. Os delitos cometidos nas dependências da Assembleia serão apurados mediante instauração de inquérito sob a responsabilidade do Gabinete Militar, com o acompanhamento de um membro da Mesa indicado pelo Presidente.

§ 1º A Assembleia poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

§ 2º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 3º Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, processo administrativo e regulamentos policiais do Estado.

§ 4º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão e o agente será entregue com o auto respectivo à autoridade competente.

## CAPÍTULO V ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

### Seção I Proposições em Geral

Art. 152. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário Oficial e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.



§ 1º As proposições poderão ser de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, projetos de emenda à constituição, emendas e requerimentos.

§ 2º Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembleia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos, nos termos da legislação sobre técnica legislativa.

§ 4º A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º As proposições serão seguidas de justificativas sucintas e quando estiverem revogando ou alterando dispositivos legais estes deverão estar anexados.

§ 6º Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º Nenhuma proposição será objeto de discussão ou de votação sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário de protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

§ 9º O protocolo de plenário permanece aberto até o momento da verificação de quórum quando anunciado o último orador inscrito, não sendo permitida protocolização de nenhuma proposição após o seu fechamento, salvo mensagem governamental.

• Constituição Estadual - arts. 63 a 73.

**Art. 153.** As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo Presidente na mesma sessão em que forem protocoladas e, ao passar-se à Ordem do Dia, serão submetidas a apoio, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.





§ 2º A Diretoria Legislativa terá o prazo de até cinco dias úteis para numerar, autuar e encaminhar a proposição à Comissão competente, salvo quando receber requerimento de regime de urgência, ocasião na qual deverá haver a imediata autuação e encaminhamento à Comissão competente.

§ 3º Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 4º Independentemente de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e do Chefe do Poder Judiciário e as que vierem assinadas por cinco Deputados, pelo menos.

Art. 154. Caso entender necessário, a Diretoria Legislativa, no prazo do § 2º do art. 153 deste Regimento, poderá emitir nota técnica às proposições visando à adequação à legislação sobre técnica legislativa.

§ 1º A nota técnica será encaminhada diretamente ao autor da proposição, não integrando os autos de processo legislativo, sendo arquivada junto à Diretoria Legislativa.

§ 2º O autor da proposição detém a prerrogativa de acolher ou não os termos da nota técnica, podendo fazê-lo integral ou parcialmente.

§ 3º Caso o autor da proposição não se posicione quanto à nota técnica no prazo de cinco dias, esta será considerada rejeitada, devendo a proposição ser encaminhada à Comissão competente.

§ 4º Em caso de acolhimento integral ou parcial da nota técnica pelo autor da proposição, este apresentará o novo texto da proposição, o qual substituirá o original, sem configurar emenda, prosseguindo-se sua tramitação.

Art. 155. Das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição, caberá recurso ao Plenário, no prazo de três dias.

Art. 156. Verificada, em qualquer fase do processo legislativo, a semelhança de objeto entre duas ou mais proposições, o fato será comunicado ao Plenário e as proposições anexadas, abrindo-se o prazo de cinco dias para recurso.

§ 1º Anexadas as proposições, estas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para, através de parecer, unificar os textos sob a autoria dos Deputados subscritores.





§ 2º Rejeitada, pelo Plenário, a proposta de unificação das proposições semelhantes, prosseguirá em tramitação a de protocolo mais antigo, arquivando-se as demais.

## Seção II Projetos

Art. 157. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo, bem como de propostas de emenda à Constituição.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

- I - perda de mandato de Deputado;
- II - suspensão temporária do exercício do mandato;
- III - matéria de natureza regimental;
- IV - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- V - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VI - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;
- VII - contas do Governador;
- VIII - mudança temporária da sede da Assembleia;
- IX - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;
- X - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;
- XI - delegação legislativa ao Governador;



XII - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XIII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva da Assembleia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I - fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados para a subsequente;

• Constituição Estadual - inciso VI do art. 54 e Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007

II - fixação de remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;

• Constituição Estadual - inciso VII do art. 54 e Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007

III - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado por mais de quinze dias;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos municípios;

VI - aprovação da indicação dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas;

VII - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;

IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X - autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

**Art. 158.** A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.



Parágrafo único. Vencidos os prazos constantes no *caput* deste artigo sem o pronunciamento do Presidente e do 1º Vice-Presidente, o silêncio importará em promulgação.

**Art. 159.** Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores, adotando as normas de técnica legislativa, sendo concisos, claros e precedidos de ementa.

§ 1º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito, observadas as disposições deste Regimento.

§ 2º Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para adequá-lo às determinações regimentais.

§ 4º Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou antirregimental.

§ 5º Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembleia, entrarão na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

**Art. 160.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais, ao Ministério Público e à população, podendo ser solicitado o seu arquivamento ou a sua restituição em qualquer fase da tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

**Art. 161.** O projeto de lei será tido como rejeitado quando receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído.

**Art. 162.** As proposições rejeitadas ou não sancionadas, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.





**Seção III**  
**Iniciativa Popular**

**Art. 163.** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1/100 (um centésimo) do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de 3/1000 (três milésimos) dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e distritos administrativos ou judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembleia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembleia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça sanar os vícios formais para sua tramitação;





X – Nos projetos de lei de iniciativa popular a Mesa designará Deputado, previamente indicado pelo primeiro signatário do projeto, para exercer, mediante anuência, os poderes e atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição.

#### Seção IV Requerimentos

Art. 164. Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembleia, sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo único. Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembleia.

Art. 165. Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse de Deputado;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;



XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII - verificação de quórum.

**Art. 166.** Os requerimentos escritos dependerão de deliberação do Plenário.

§ 1º Não dependerão de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos:

I - de Comissão solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais;

II - de Deputado solicitando informações oficiais a Secretários de Estado e outras autoridades;

III - de licença para se ausentar do país;

IV - de licença por interesse particular.

§ 2º Não dependerão de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário Oficial;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 3º Não dependerão de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que solicitarem:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de membro de qualquer Comissão;



III - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

IV - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

V - remessa, à determinada Comissão, de documentos despachados a outra;

VI - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VII - adiamento da discussão ou votação;

VIII - encerramento de discussão;

IX - votação por determinado processo;

X - preferência;

XI - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XII - inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 4º Dependerão de apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que versarem sobre:

I - convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II - urgência;

III - inserção nos anais ou no Diário Oficial de documentos não oficiais;

IV - criação de Comissões Especiais;

V - sessões extraordinárias;

VI - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

VIII - informações a Secretários de Estado e outras autoridades.





**Art. 167.** A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro depois deste tê-lo retirado.

**Art. 168.** Independerá de apoioamento o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

**Art. 169.** Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão se referir a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembleia Legislativa.

§ 1º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembleia, mediante pedido do autor, aplicará as penas previstas na Constituição do Estado.

§ 3º Recebida a resposta, essa constará do expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar requerimento que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta com termos ofensivos à dignidade de Deputado ou da Assembleia, cientificando do ato o interessado.

**Art. 170.** Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação, dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Seção V Emendas**

**Art. 171.** Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra proposição.

**Art. 172.** As emendas são:

I – supressivas;

II – aditivas;

III – modificativas;



IV - substitutivas gerais;

V - de redação.

§ 1ª Emenda supressiva é aquela que erradica qualquer componente da proposição ou separa em duas ou mais partes um artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 2ª Emenda aditiva é aquela que acrescenta informações à proposição.

§ 3ª Emenda modificativa é aquela que altera a proposição não descaracterizando sua essência, podendo ser:

I - ampliativa, quando estender a outra pessoa ou objeto a disposição a que se refere;

II - restritiva, quando diminuir a extensão da disposição que modifica;

III - corretiva, nos casos em que não modificar a substância da disposição a que se refere, apenas adequando sua redação.

§ 4ª Emenda substitutiva geral é aquela apresentada como sucedânea da proposição, abrangendo sua totalidade.

§ 5ª Emenda de redação é apresentada em Plenário quando da votação da redação final da proposição, sendo admitida apenas para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

**Art. 173.** Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Parágrafo único. A Mesa fará publicar na ata dos trabalhos da Assembleia qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no *caput* deste artigo.

**Art. 174.** A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

**Art. 175.** As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo único. Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.



**Art. 176.** Nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Assembleia.

**Art. 177.** As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no § 2º do art. 75 deste Regimento.

§ 1º Apresentada emenda a projeto em discussão em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, com requerimento de Deputado, enviará o projeto e as emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Contas, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador-Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões.

## Seção VI Discussões

### Subseção I Disposições Gerais

**Art. 178.** Nenhuma proposição será aprovada senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

**Art. 179.** Nenhuma proposição poderá ser discutida sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia divulgada pelo Presidente na sessão imediatamente anterior à sua votação.





**Art. 180.** A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e legalidade e será feita tomando-se a proposição como um todo.

**Art. 181.** A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente, com os artigos a que se referirem.

**Parágrafo único.** Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembleia poderá resolver, com requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por grupos de artigos.

**Art. 182.** As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

**Art. 183.** O projeto com as emendas aprovadas em caráter definitivo será encaminhado à Comissão de Redação para as devidas adequações à técnica legislativa e elaboração do texto final.

**Art. 184.** Preparado o texto definitivo, o projeto será impresso, distribuído em avulso aos Deputados e incluído na Ordem do Dia para ser imediatamente discutida sua redação final.

**Art. 185.** Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator.



§ 3º Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º deste artigo.

Art. 186. O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

- I - desviar-se da questão em debate;
- II - falar sobre o vencido;
- III - usar de linguagem imprópria;
- IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 187. Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 188. Se um Deputado pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou continuar com este gesto antirregimental, o Presidente adverti-lo-á convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente cassará a palavra.

Art. 189. Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no art. 185 deste Regimento.

Parágrafo único Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 190. Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 191. Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito à discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 192. O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 193. É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:



I - na primeira discussão, desde que a matéria tenha sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

**Art. 194.** O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou para a Assembleia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

**Parágrafo único.** Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

#### **Subseção II Adiamento da Discussão**

**Art. 195.** Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º Ao projeto em regime de urgência e à proposição de veto será admitido adiamento por uma única sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líder que represente esse número de parlamentares.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

#### **Seção VII Votação**

##### **Subseção I Disposições Gerais**

**Art. 196.** Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 1º O painel eletrônico de votação será usado na votação de qualquer proposição, salvo no processo simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.





§ 2º A verificação de *quórum* será feita pelo Presidente da Assembleia por meio do sistema eletrônico, caso em que, somente ao final do procedimento, o resultado constará no painel.

§ 3º Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado se dar por impedido, fazendo comunicação à Mesa e, para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão desde que não tenham recebido emendas, hipótese em que deverão retornar às Comissões para exarar parecer.

§ 5º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das sessões.

§ 6º Só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia, hipótese em que, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

**Art. 197.** É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

**Art. 198.** Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

**Art. 199.** Os projetos de leis complementares somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembleia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

#### **Subseção II Processos de Votação**

**Art. 200.** São dois os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal.



Art. 201. Pelo processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Art. 202. Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º Requerida a verificação, o Presidente fará nova votação através do painel.

§ 2º É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

Art. 203. A votação nominal será processada através do painel.

Parágrafo único. Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, o Presidente procederá ao chamamento do Deputado que, ao anúncio de seu nome, responderá *sim*, *não* ou *abstenção*, conforme queira votar a favor, contra ou se abster.

### Subseção III Método de Votação e Destaque

Art. 204. Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 205. As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º O Plenário poderá conceder, com requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente ou uma a uma.

§ 3º Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º Por requerimento de qualquer Deputado as emendas poderão ser divididas em blocos para facilitar o processo de votação.



§ 5º O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 6º O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 7º Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

#### **Subseção IV Encaminhamento da Votação**

**Art. 206.** No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do art. 185 deste Regimento.

**Parágrafo único.** Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º do art. 185 deste Regimento.

**Art. 207.** O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

**Art. 208.** Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

#### **Subseção V Interstício**

**Art. 209.** Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º A Assembleia poderá diminuir esse interstício, com requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.





**Seção VIII**  
**Preferência**

**Art. 210.** Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

**Art. 211.** Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

I - prorrogação da sessão legislativa;

II - emenda constitucional;

III - adiamento da sessão legislativa;

IV - matéria considerada urgente;

V - leis orçamentárias.

**Art. 212.** Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

**Parágrafo único.** Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

**Art. 213.** A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembleia.

**§ 1º** Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

**§ 2º** O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.



§ 3º Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar a emenda.

§ 4º Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer membro da Mesa.

Art. 214. Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembleia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### Seção IX Urgência

Art. 215. Urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou formalidades regimentais, salvo as referidas no § 2º deste artigo.

§ 1º O requerimento solicitando urgência para a tramitação de proposição deve ser fundamentado e apoiado por 1/3 (um terço) dos Deputados ou por líderes que representem esse número.

§ 2º Não se dispensam os seguintes requisitos:

I - publicação da proposição no *site* oficial da Assembleia, em pesquisa legislativa;

II - pareceres das Comissões;

III - quórum para deliberação.

§ 3º As proposições urgentes em virtude da natureza da matéria ou de requerimento aprovado pelo Plenário terão o mesmo tratamento e trâmite regimental.



**Art. 216.** Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência será a proposição encaminhada a todas as Comissões pertinentes simultaneamente.

§ 1º Será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas às Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que deverão proferir os seus respectivos pareceres.

§ 2º Ao projeto de lei em regime de urgência poderá ser concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.

**Art. 217.** Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sendo encaminhada a matéria diretamente à Comissão de Finanças, desde que lhe seja dado o regime de urgência.

**Art. 218.** Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles apresentados na forma do art. 215 deste Regimento desde que solicitados por Presidente de Comissão Permanente.

#### **Seção X Redação Final**

**Art. 219.** Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º Excetuam-se ao disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e emendas à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º A redação final será votada depois de publicada no *site* da Assembleia ou em avulsos.

§ 3º A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º Os projetos aprovados em dois turnos sem emendas poderão ter sua redação final dispensada de votação, salvo se houver defeito ou erro manifesto a corrigir.





**Art. 220.** Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção para a aplicabilidade da proposta.

§ 1º A votação das emendas de redação final terá preferência sobre a redação final.

§ 2º Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação, para que apresente nova redação final dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Quando for verificada inexatidão de texto, a partir da aprovação da redação final até a expedição do autógrafo, o Presidente procederá à respectiva correção e dará conhecimento ao Plenário.

§ 4º Não havendo impugnação, a correção efetuada na redação final será considerada aceita.

§ 5º Em caso contrário ao disposto no § 4º deste artigo caberá ao Plenário decidir sobre a correção na redação final.

**Art. 221.** Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

#### **Seção XI Autógrafo**

**Art. 222.** Os autógrafos reproduzirão a redação final.

Parágrafo único. Dispensada a votação da redação final, havendo vício de linguagem evidente no texto original ou inadequação à técnica legislativa, poderão ser feitas as alterações necessárias, desde que não alterem o teor do dispositivo.

**Art. 223.** Os autógrafos serão enviados à sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas, no prazo máximo de dez dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo único. Após a assinatura dos autógrafos pelo Presidente da Assembleia, o 1º e 2º Secretários deverão assiná-los num prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, na falta ou impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelos 3º, 4º e 5º Secretários.



CAPÍTULO VI  
MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Seção I  
Proposta de Emenda à Constituição

Art. 224. As propostas de emenda à Constituição Estadual poderão ser apresentadas:

I - por iniciativa parlamentar, desde que com o apoio de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos parlamentares;

II - por iniciativa do Governador do Estado; e

III - por iniciativa subscrita por, pelo menos, 1/3 (um terço) dos Presidentes das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros.

§ 1º Recebida a proposta de emenda, esta será autuada e remetida à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões ordinárias.

§ 2º Caso o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja pela inadmissibilidade da proposta, o autor da proposição poderá, no prazo de dez dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, requerer a apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário.

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º deste artigo deverá contar com o apoio de líderes que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Deputados ou com assinatura de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos parlamentares.

§ 4º Não havendo pedido de apreciação pelo Plenário do parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional, a proposição será arquivada.

Art. 225. Reconhecida a admissibilidade da proposta de emenda constitucional, o Presidente da Assembleia determinará sua imediata publicação.

§ 1º No prazo de 48 (quarenta e oito horas) da publicação da proposição, observado o quociente de representação, os líderes deverão indicar cinco representantes para compor Comissão Especial.

§ 2º Poderão ser apresentadas emendas à proposição no prazo de três sessões ordinárias contado da instauração da Comissão Especial.



§ 3º A Comissão Especial terá prazo de dez sessões ordinárias, contado do prazo constante no § 2º deste artigo, para emitir parecer sobre o mérito e as emendas apresentadas.

Art. 226. Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 227. A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 228. Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, 3/5 (três quintos) dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 229. Aplica-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 230. Propostas e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para a elaboração da redação final.

Art. 231. Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembleia, com o respectivo número de ordem.

**Seção II**  
**Projetos de Iniciativa do Governador do Estado**  
**com Solicitação de Urgência**

Art. 232. A apreciação das proposições do Governador do Estado, para o qual se tenha solicitado urgência, nos termos dos § 1º, § 2º e § 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte:

I - findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de seu recebimento pela Assembleia Legislativa sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação;

II - a solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo;





III - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembleia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Parágrafo único. O regime de urgência solicitado pelo Governador do Estado independe de deliberação do Plenário.

**Seção III**  
**Projetos de Código ou**  
**de Consolidação de Leis**

**Art. 233.** Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de código ou de consolidação de leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Esgotado esse prazo, a Assembleia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco membros para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquela que julgar conveniente.

§ 3º Apresentado o parecer da Comissão Especial, o Presidente comunicará aos Deputados que o texto está à disposição no *site* oficial da Assembleia, juntamente com o projeto, abrindo-se o prazo de quinze dias para receber emendas.

§ 4º Encerrado o prazo constante no § 3º deste artigo, a Comissão Especial elaborará parecer sobre as emendas no prazo de quinze dias.

§ 5º Apresentado o parecer, o Presidente determinará a publicação do mesmo e incluirá o projeto e emendas na Ordem do Dia para discussão por grupos de artigos.

§ 6º Na discussão e na votação feitas por grupos de artigos, nenhum Deputado poderá falar mais de uma vez sobre cada grupo.

§ 7º Por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros a Assembleia poderá proceder à votação do texto em sua totalidade.

§ 8º A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.



§ 9º Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10. Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção, no prazo improrrogável de cinco sessões.

Art. 234. Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de código ou de consolidação de leis.

Parágrafo único. A Mesa só receberá proposições para tramitação na forma deste capítulo quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de código ou de consolidação de leis.

#### Seção IV Projeto Orçamentário

Art. 235. Recebida a mensagem contendo o anteprojeto de Lei Orçamentária, o Presidente determinará a leitura da mesma no expediente de sessão ordinária, despachando-o à autuação e, posteriormente, à Comissão de Orçamento, que disponibilizará o arquivo digital para consulta no *site* oficial da Assembleia.

§ 1º O Poder Executivo enviará as propostas orçamentárias através de documento impresso para protocolização no Plenário e em meio digital.

§ 2º Havendo emendas à proposta orçamentária, a Comissão de Orçamento solicitará à Secretaria de Estado da Fazenda arquivo do Quadro de Detalhamento de Despesa e Relatório de Obras por Município para análise das mesmas.

Art. 236. As proposições orçamentárias ficarão na Comissão de Orçamento até vinte dias, contados da data da publicação do arquivo digital no *site* oficial da Assembleia, para análise preliminar, processamento do sistema de emendas orçamentárias e elaboração do manual simplificado, que é a base da formulação de emendas.

Parágrafo único. O manual simplificado de que trata o *caput* deste artigo deverá estabelecer o programa de formulário para a elaboração das emendas, as quais deverão ser entregues por meio do mesmo sistema de controle de emendas orçamentárias.





Art. 237. Esgotada a fase preliminar, será aberto o prazo de vinte dias para a apresentação de emendas, podendo ser prorrogado por uma vez, a critério da Comissão de Orçamento.

Art. 238. O relator da proposição orçamentária terá vinte dias para analisar as emendas apresentadas, abordando aspectos técnicos, formais e de mérito das proposições.

Parágrafo único. Concluído o prazo de análise do relator, em conjunto com a assessoria técnica da Comissão de Orçamento, o parecer será apresentado aos demais membros da Comissão na forma de substitutivo geral para discussão.

Art. 239. Os Deputados integrantes da Comissão de Orçamento poderão, durante a votação do substitutivo geral aos projetos orçamentários na referida Comissão, apresentar emendas ao texto, à despesa e ao conteúdo programático, desde que visem à correção técnica, retificação ou restabelecimento de equilíbrio financeiro do Estado.

§ 1º Durante a discussão do parecer, qualquer membro da Comissão de Orçamento poderá usar a palavra por dez minutos, improrrogáveis, e aos demais Deputados o prazo concedido para uso da palavra será de cinco minutos.

§ 2º Após ouvidos todos os oradores, o relator poderá replicar no prazo improrrogável de quinze minutos.

§ 3º O parecer da Comissão de Orçamento será disponibilizado em arquivo digital para consulta no *site* oficial da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 240. O Poder Executivo poderá enviar modificações ao projeto de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da matéria na Comissão de Orçamento.

• § 5º do art. 134 da Constituição Estadual

Art. 241. Aprovado o parecer da Comissão de Orçamento, na forma de substitutivo geral, a mesma solicitará a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 242. A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 243. Aprovado o substitutivo geral em dois turnos, o mesmo retornará à Comissão de Orçamento para elaboração da redação final.





Art. 244. Aprovada a redação final, serão as proposições orçamentárias enviadas à sanção governamental.

Art. 245. Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou esgotado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembleia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

#### **Seção V Projetos Vetados**

Art. 246. Os projetos devolvidos à Assembleia com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º Transcorrido o prazo estipulado no *caput* deste artigo, o projeto vetado será incluído na Ordem do Dia, tendo ou não parecer exarado pela Comissão competente.

§ 2º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados.

§ 3º O prazo estabelecido no § 2º deste artigo não flui durante o recesso parlamentar.

§ 4º Esgotado sem deliberação o prazo para apreciação, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Governador do Estado para promulgação.

§ 6º No caso do § 5º deste artigo, se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Governador, o Presidente da Assembleia a promulgará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.



**Seção VI**  
**Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas**  
**e do Procurador-Geral da Justiça do Estado**

**Art. 247.** Recebida a indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da Justiça do Estado, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

**Parágrafo único.** A Comissão poderá ouvir o indicado em sessão reservada.

• Constituição Estadual - incisos XXII e XIX do art. 54 e art. 77

**Art. 248.** Recebido o parecer, a Mesa convocará sessão especial, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para deliberar sobre o nome proposto.

**Art. 249.** A Assembleia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

§ 1º As cédulas de votação e as sobrecartas não serão rubricadas ou receberão qualquer identificação.

§ 2º As cédulas com rasuras ou identificação anularão o voto.

• Constituição Estadual - art. 77

**Art. 250.** Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

**Art. 251.** Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

**Art. 252.** No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

**Art. 253.** Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

**Art. 254.** A Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.



**Seção VII**  
**Modificações do Regimento Interno**

**Art. 255.** O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de sessão, pelo menos.

§ 2º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, pronunciar-se-á.

§ 3º Autoriza a Comissão Executiva a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário relativas às modificações do Regimento Interno.

**Seção VIII**  
**Leis Delegadas**

**Art. 256.** A Assembleia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

**Art. 257.** Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e as garantias de seus membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direitos individuais.

**Art. 258.** Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, para emitir parecer sobre a proposta.

**Art. 259.** A delegação do Governador terá forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.





Art. 260. O projeto de resolução aprovado pela Comissão Especial será remetido à promulgação e publicação, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou 1/5 (um quinto) da Assembleia requerer sua votação pelo Plenário.

• Constituição Estadual - § 2º do art. 72

§ 1º Se for determinada a votação pelo Plenário, esta será feita em única discussão, vedada qualquer emenda.

§ 2º Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 261. O projeto de resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 262. O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

#### Seção IX

#### Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado se Ausentarem do País ou do Estado

Art. 263. Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para se ausentarem do País ou do Estado por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º A Assembleia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.



§ 5º No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º O Presidente da Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

#### **Seção X**

#### **Autorização para Instauração de Ação Penal por Infração Penal Comum contra o Governador do Estado**

Art. 264. A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de ação penal, nas infrações penais comuns, contra o Governador do Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

• Constituição Estadual – art. 89

§ 1º Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado terá prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas, contados de sua intimação, podendo apresentá-la mediante defensor;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º Se, da aprovação do parecer por 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo na forma do projeto de resolução proposto pela Comissão.



§ 3º A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro do prazo de duas sessões.

**Seção XI**

**Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado**

**Art. 265.** Obedecerão às disposições da legislação federal em vigor o processo nos crimes de responsabilidade das seguintes autoridades:

• STF – ADI nº 4.791

I - Governador do Estado;

II - Vice-Governador do Estado;

III - Secretários de Estado;

IV - Procurador-Geral de Justiça;

V - Procurador-Geral do Estado; e

VI - Defensor-Geral da Defensoria Pública.

**CAPÍTULO VII  
DECORO PARLAMENTAR**

**Seção I  
Deveres Fundamentais do Deputado**

**Art. 266.** No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais, regimentais e as contidas na legislação infraconstitucional, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares previstos nos artigos seguintes e ao contido no art. 113 deste Regimento.

**Art. 267.** São deveres fundamentais do Deputado:

I - respeitar e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as leis e as normas internas da Casa;

II - promover a defesa do interesse público;





III - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

V - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro;

VI - examinar as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

## **Seção II** **Vedações Constitucionais**

**Art. 268.** São incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda de mandato:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea "a" deste inciso;

II - desde a posse:



a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I deste artigo;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

### Seção III Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 269. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissões;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa.

III - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

IV - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

V - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes;

VI - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão tenham resolvido que devam ficar secretos;

VII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

VIII - usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal;



IX - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;

X - perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

XI - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-o a contra prestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Deputados;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado das deliberações;

XIII - praticar crime ou contravenção penal.

#### Seção IV Medidas Disciplinares

Art. 270. As penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar são:

I - censura verbal;

II - censura escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais;

IV - suspensão temporária do exercício do mandato;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Assembleia Legislativa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 271. A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Assembleia, em sessão, ou de Comissão, durante suas reuniões, ao Deputado que incidir nas condutas dos incisos I a III do art. 269 deste Regimento.

Parágrafo único. Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o Deputado recorrer ao Plenário.





Art. 272. A censura escrita será determinada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e cumprida pela Mesa, por provocação do ofendido, do Presidente da Assembleia ou por Presidente de Comissão Permanente, ao Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos IV e V do art. 269 deste Regimento, ou reincidir nas condutas previstas nos incisos I a III do mesmo artigo.

Art. 273. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada de ofício pelo Plenário da Assembleia, por proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao Deputado que incidir nas vedações dos incisos VI a VIII do art. 269 deste Regimento, ou reincidir nas condutas dos incisos IV e V do mesmo artigo.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para representar junto à Mesa da Assembleia, especificando fatos e respectivas provas.

§ 2º Recebida a representação constante no § 1º deste artigo, verificada a existência dos fatos e respectivas provas, a Mesa encaminhará a representação ao Conselho de Ética, cujo Presidente instaurará o processo e designará relator.

§ 3º O Conselho de Ética terá o prazo de trinta dias para promover a apuração sumária dos fatos, efetuando as diligências que entender necessárias e assegurando ao representado ampla defesa.

§ 4º Ao final da apuração, o Conselho de Ética emitirá parecer conclusivo pela procedência ou improcedência da representação, determinando seu arquivamento ou propondo a aplicação de penalidade.

§ 5º No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente com a comunicação da suspensão das prerrogativas regimentais indicadas.

Art. 274. As prerrogativas regimentais que serão suspensas são:

I - usar a palavra, em sessão, no horário destinado ao pequeno ou ao grande expediente;

II - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão;

III - ser designado relator de proposição.

§ 1º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos do *caput* deste artigo, ou apenas sobre algumas, a juízo do Plenário, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.



§ 2º A suspensão constante no *caput* deste artigo não poderá estender-se por mais de sessenta dias.

Art. 275. Considera-se incurso na sanção de suspensão temporária do exercício do mandato o Deputado que reincidir qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido todas as sanções descritas nos incisos I a III do art. 270 deste Regimento.

Art. 276. A suspensão temporária do mandato, de no máximo trinta dias, será aplicada pelo Plenário da Assembleia, através de projeto de resolução, após processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que apurará os fatos e as responsabilidades.

§ 1º Apresentada representação contra Deputado por procedimento punível na forma deste artigo, a Comissão Executiva emitirá parecer fundamentado determinando seu arquivamento ou o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração do processo disciplinar, conforme o caso.

§ 2º Recebida a representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o seu Presidente determinará o envio de cópia ao Deputado denunciado que, no prazo de dez dias, deverá apresentar sua defesa escrita e indicar provas.

§ 3º Esgotado o prazo de defesa sem a apresentação da mesma, deve o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nomear defensor dativo para oferecê-la no prazo de dez dias.

§ 4º Apresentada a defesa, o relator designado pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez dias, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, projeto de resolução destinado à declaração da suspensão do mandato.

§ 5º Da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional ou regimental, pode o denunciado recorrer no prazo de cinco dias à Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios constitucionais e regimentais.

§ 6º Concluída a tramitação do processo disciplinar, este será encaminhado ao Presidente para inclusão na Ordem do Dia, no prazo de cinco sessões.





§ 7º Quando a representação apresentada contra Deputado for considerada leviana ou ofensiva à imagem da Assembleia, os autos do processo serão enviados à Procuradoria da Assembleia para providências de defesa do Poder Legislativo.

**Art. 277.** Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no art. 268 deste Regimento e no art. 58 da Constituição Estadual;

II - a reincidência de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido a sanção constante no inciso IV do art. 270 deste Regimento;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do art. 59 da Constituição Estadual.

• Constituição Estadual - inciso V do art. 54

## **Seção V Processo Disciplinar**

**Art. 278.** A sanção de perda do mandato será decidida pelo Plenário, por maioria absoluta da Assembleia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, exceto a hipótese do parágrafo único deste artigo, e será efetivada através de projeto de resolução.

**Parágrafo único.** Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 59 da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

• Constituição Estadual - § 3º do art. 59

**Art. 279.** Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de suspensão temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembleia, será ela inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

**Art. 280.** Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:





I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não a Comissão referida no inciso I deste artigo, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas já existentes ou especificar as que pretende produzir;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo na hipótese do art. 283 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma;

V - quando julgada procedente a representação, será apresentado projeto de resolução apropriado para aplicação da sanção cabível, inclusive de perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

VI - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VII - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário Oficial e incluído em Ordem do Dia;

Art. 281. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, sendo assegurado a este atuar em todas as fases do processo e dele tendo vista, sempre que solicitar.

Art. 282. É facultado ao Deputado, ao cidadão ou pessoa jurídica oferecer denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra qualquer Deputado que descumprir este Regimento Interno.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.



§ 2º Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato arbitrário ou contrário ao ordenamento ou omissão atribuída a Deputado.

Art. 283. As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembleia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 284. O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis.

Art. 285. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de sessenta dias.

#### Seção VI Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 286. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo, agindo independente de provocação.

Art. 287. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos no início da primeira e terceira sessões legislativas para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou blocos parlamentares.

§ 1º Os líderes partidários ou de blocos parlamentares submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho.

§ 2º As indicações referidas no § 1º deste artigo serão acompanhadas pelas declarações atualizadas de cada Deputado indicado, constando as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais.

§ 3º Cada indicação será acompanhada, ainda, de uma declaração assinada pelo Presidente do Conselho de Ética certificando a inexistência de registros, nos arquivos e anais da Assembleia Legislativa, referentes à prática de qualquer ato ou irregularidade capitulados no art. 269 e puníveis nos termos dos arts. 270 a 277, todos deste Regimento, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.





§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

Art. 288. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a discricção e o sigilo inerente à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que injustificadamente não comparecer a três reuniões consecutivas ou, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões durante a sessão legislativa.

Art. 289. O Corregedor da Assembleia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito à voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 290. Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Assembleia efetivamente realizadas.

§ 1º Os prazos também poderão ser fixados em hora.

§ 2º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 3º Considera-se sessão inicial a do dia em que ocorrer o fato ou se praticar o ato.

§ 4º O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil se vencer em feriado ou em dia em que a Assembleia não tenha expediente.

§ 5º Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembleia Legislativa.





Art. 291. Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembleia ou das sessões ordinárias, conforme o caso.

Art. 292. É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembleia.

Art. 293. Serão arquivadas, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, bem como as proposições de autoria de Deputado que renunciar ao mandato.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de código, de consolidação de leis, de iniciativa do Governador, dos Tribunais, da Mesa Executiva e às proposições em trâmite dos Deputados reeleitos para um novo mandato parlamentar.

§ 2º A proposição não arquivada no final da legislatura retomará sua tramitação na legislatura subsequente no estágio em que se encontrava, reiniciando-se a contagem dos prazos.

§ 3º A proposição que, no final da legislatura, estiver em fase de votação e não for arquivada voltará à fase de discussão na legislatura subsequente, no turno em que se encontrava.

§ 4º Caso a fase de votação da proposição não arquivada no final da legislatura já tenha sido iniciada e não tenha sido concluída, inclusive no que se refere a destaques e emendas, as votações serão consideradas sem efeito.

Art. 294. Durante as sessões, serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário exemplares da Bíblia, da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa para consulta dos Deputados.



PROJETO DE RESOLUÇÃO  
CONSELHO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2015**

Instituição do Regulamento Específico do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Institui o Regulamento Específico do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Será apresentada à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa representação contra Deputado por ato sujeito às seguintes penalidades:

- I - censura verbal;
- II – censura escrita;
- III - suspensão de prerrogativas regimentais;
- IV - suspensão temporária do exercício do mandato;
- V - perda do mandato.

§ 1º Havendo condições mínimas de procedibilidade, o expediente será lido em sessão plenária e encaminhado pela Mesa à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, salvo quando o processo tiver origem na própria Comissão.

§ 2º A representação deverá conter os fatos de forma pormenorizada, o respectivo dispositivo regimental em que está baseada, bem como as respectivas provas, sob pena de inépcia ou ausência de justa causa e rejeição liminar.

**Art. 3º** São partes legítimas para propor a representação mencionada no art. 2º desta Resolução:

- I – o cidadão;
- II – qualquer Deputado;
- III – a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;
- IV – o Ministério Público;
- V – a Defensoria Pública;
- VI – a Associação que, concomitantemente:
  - a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil;





b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social.

§ 1º A representação que acarretar em perda de mandato e versar sobre os incisos I, II e VI do art. 59 da Constituição Estadual só poderá ser apresentada pela Mesa ou por partido político representado na Assembleia.

§ 2º Nos casos dos incisos III, IV e V do art. 59 da Constituição Estadual, a perda do mandato será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante a provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

Art. 4º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá dar início ao processo disciplinar de ofício desde que haja requerimento solicitando a abertura, devidamente formulado por um de seus membros.

Parágrafo único. Tal prerrogativa não poderá ser utilizada pelo Presidente do Conselho, em razão da imparcialidade exigida para o exercício do cargo e condução do trabalho.

Art. 5º A representação será entregue à Mesa Executiva que, após os trâmites, encaminhará devidamente autuada ao Conselho, cujo presidente instaurará imediatamente o processo, na forma do art. 6º desta Resolução.

Art. 6º Provocado o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração de processo disciplinar visando à apuração de falta por parlamentar conforme previsto regimentalmente, deverá ser observado o seguinte procedimento:

I - caso entenda necessário, de acordo com a deliberação dos membros do Conselho, será solicitado ao Corregedor a instauração de inquérito destinado a promover as devidas apurações dos fatos e responsabilidades no prazo de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, após o que será encaminhado ao Conselho para instruir a representação;

II - não havendo necessidade da instauração do inquérito indicado no inciso I deste artigo, ou encerrado tal procedimento, deverá o Presidente do Conselho designar relator ao processo, dentre os membros do Conselho, preferencialmente que não integre o mesmo partido ou bloco parlamentar do representado;



III – o relator, assim que designado, terá o prazo inicial de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, para realizar o juízo de admissibilidade da representação, oportunidade em que serão convocados os integrantes do Conselho para se reunirem e deliberarem quanto ao recebimento da representação, ou se for o caso, a rejeição liminar em caso de inépcia ou carência de justa causa;

IV - em caso de rejeição liminar da representação, a decisão do Conselho será terminativa, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por 1/3 (um terço) de seus membros;

V – admitida a representação, será remetida cópia de seu inteiro teor ao Deputado acusado, que terá o prazo de seis sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas, em número máximo de oito;

VI - esgotado o prazo sem apresentação de defesa pelo acusado, o presidente nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

VII - apresentada a defesa, o Conselho procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, findas as quais será concedido o prazo preclusivo de seis sessões ordinárias para a apresentação de alegações finais pelo representado ou seu defensor;

VIII – após a apresentação de alegações finais, será concedido o prazo de vinte dias úteis para o relator proferir parecer, concluindo pela procedência total ou parcial, ou pela improcedência da representação, oferecendo, nas duas primeiras hipóteses, projeto de resolução destinado ao reconhecimento da conduta punível e da penalidade cabível;

IX – na sessão em que for apresentado o parecer do relator, será concedida a palavra ao representado ou seu defensor pelo prazo de quinze minutos, prorrogáveis por igual tempo, quando poderá expor os motivos para a rejeição da representação;

X – findo o prazo constante no inciso IX deste artigo, será dada a palavra ao relator para a leitura do parecer que será submetido à apreciação da Comissão, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos de seus membros;





XI - a rejeição do parecer originariamente apresentado obriga a designação de novo relator, preferencialmente dentre aqueles que durante a discussão da matéria tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro, o qual deverá apresentar parecer no prazo de três sessões ordinárias;

XII - a discussão e a votação do parecer, nos termos deste artigo, serão abertas, salvo se versarem sobre fatos que estejam protegidos por segredo de Justiça;

XIII - da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional ou regimental, poderá o acusado recorrer no prazo de cinco dias úteis à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados;

XIV - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou na Comissão de Constituição e Justiça, na hipótese de interposição de recurso nos termos do inciso XII deste artigo, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, será publicado e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia.

Art. 7º É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário da Assembleia.

Art. 8º Quando a representação apresentada contra Deputado for considerada caluniosa, leviana ou ofensiva à sua imagem, bem como à imagem da Assembleia, poderá o representado ou a Mesa Executiva tomar as providências cabíveis em face do representante.

Art. 9º Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias úteis para sua deliberação pelo Plenário.

§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, prevista no Regimento Interno da Assembleia, não poderá exceder noventa dias.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a Mesa terá o prazo improrrogável de dois dias para incluir o processo na pauta da Ordem do Dia, sobrestando todas as demais matérias, exceto as previstas nos §§ 1º e 2º do art. 66 da Constituição Estadual.





Art. 10. Em caso de omissões neste Regulamento, caberá ao Presidente da Assembleia analisá-las e saná-las, nos termos do Regimento Interno.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



**JUSTIFICATIVA**

O art. 260 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 – Regimento Interno desta Assembleia determina que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões enquanto não houver norma específica.

Portanto, a fim de coordenar a ação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, possibilitando uma tramitação mais célere, justa e eficaz de seus processos, bem como respeitando ao princípio da transparência, é que se propõe a instituição deste Regulamento.



ATAS



benefícios a agricultura familiar orgânica do Estado do Paraná. Portanto, os Deputados que tenham interesse em participar dessa Frente Parlamentar, por favor, indiquem os nomes para a Mesa Executiva. (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Da mesma forma, também comunique (Protocolo nº 831/2015) a apresentação de requerimento para criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, apresentado pelo Deputado Rasca Rodrigues. Também comunicamos aos Srs. Deputados interessados em apresentar e em participar, indiquem os nomes à Mesa. (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Nada mais havendo a ser tratado...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): "Pelo orden", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): "Pelo orden", Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para deixar registrado, Sr. Presidente, que foi protocolada hoje uma moção de repúdio da Vereadora Rita Suzli Xavier Tubenda, do Município de Inácio Martins, que vamos ler na segunda-feira. Só para fazer esta "questão de orden" e deixar registrado que está protocolada, na segunda-feira será lida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Está registrado, Deputado Tadeu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 9 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 91/2015 e do Projeto de Resolução nº 1/2015; e 1ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 11/2015 e dos Projetos de Lei nºs 28/2015 e 92/2015. "LEVANTA-SE A SESSÃO". (Sessão encerrada às 17h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 13.2005, Regimento Interno.)

16072/2015

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 3/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

#### DECLARA

constituiu a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado PEDRO LUPION, consoante disposto no art. 35 do Regimento Interno, apresentada na Sessão Plenária do dia 23 de fevereiro de 2015, com a finalidade de analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná acerca do processo legislativo utilizado nesta Casa. A Comissão Especial será composta pelos Deputados Pedro Lupion (DEM), como titular e Elio Rusch, como suplente; Cláudio Palazzi (PSC), como titular e Wilmar Reichembach (PSC), como suplente; Missionário Ricardo Arruda (PSC), como titular e Evandro Araújo (PSC), como suplente; Tião Medeiros (PTB), como titular e Tercílio Turini (PPS), como suplente; Maria Victória (PP), como titular, e Felipe Francischini (SD), como suplente; Chico Brasileiro (PSD), como titular e Luiz Carlos Marins (PSD), como suplente; Tadeu Veneri (PT), como titular e Professor Lemos (PT), como suplente; Pastor Edson Preczyk (PRB), como titular e Rasca Rodrigues (PV), como suplente; Nereu Moura (PMDB), como titular, e Artagnão Júnior (PMDB), como suplente; Evandro Júnior (PSDB), como titular, e Bernardo Ribas Ceril (PSDB), como suplente; e Fernando Scanavaca (PDT), como titular, e Nelson Luersen (PDT), como suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e oitenta dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

16074/2015

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 6/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

#### DECLARA

constituiu a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado ANIBELLI NETO, consoante disposto no art. 35 do Regimento Interno, apresentada na Sessão Plenária do dia 9 de fevereiro de 2015, com a finalidade de discutir, debater e, se necessário, sugerir mudanças com a finalidade de aperfeiçoar o projeto de reforma do sistema político brasileiro, que encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. A Comissão Especial será composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), como titular e Cláudio Palazzi (PSC), como suplente; Anibelli Neto (PMDB), como titular e Artagnão Júnior (PMDB), como suplente; Cantora Mara Lima (PSDB), como titular e Mauro Moraes (PSDB), como suplente; Tiago Amaral (PSB), como titular e Tercílio Turini (PPS), como suplente; Felipe Francischini (SD), como titular, e Maria Victória (PP), como suplente; Marcio Pacheco (PPL), como titular e Rasca Rodrigues (PV), como suplente; e Pedro Lupion (DEM), como titular e Elio Rusch (DEM), como suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

16076/2015

## Comissões Permanentes

### BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário, reuniram-se os membros do Bloco Parlamentar Agropecuário, com o fim específico de proceder à instalação e indicação de seu respectivo líder. Conforme indicação das Lideranças, o referido bloco será formado pelos seguintes Deputados: Cláudio Palazzi (PSC), Tião Medeiros (PTB), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Pedro Lupion (DEM), Marcio Nunes (PSC), Artagnão Júnior (PMDB), Nereu Moura (PMDB), Tercílio Turini (PPS), Marcio Pacheco (PPL), Nelson Luersen (PDT), Elio Rusch (DEM) e Fernando Scanavaca (PDT). Presentes os componentes, foi declarada a instalação do Bloco Parlamentar Agropecuário. Consultados os membros, foi indicado e declarado como líder do bloco, o Deputado Cláudio Palazzi (PSC). Nada mais havendo a tratar, o líder agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos determinando a lavratura desta Ata que, após lida e aprovada, segue assinada por ele, indicado nesta oportunidade, e pelos demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputado CLAUDIO PALOZI Líder	Deputado TIÃO MEDEIROS
Deputado RASCA RODRIGUES	Deputado PROFESSOR LEMONS
Deputado FERNANDO SCANAVACA	Deputado PEDRO LUPION
Deputado MARCIO NUNES	Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Deputado NEREU MOURA	Deputado TERCILIO TURINI
Deputado MARCIO PACHECO	Deputado NELSON LUERSEN
Deputado ELIO RUSCH	

16077/2015

## Editais e Contratos

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

VENCEDOR: WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de passagens para transporte aéreo nacional, internacional e terrestre para a Assembleia.  
DESCONTO: 13,5%  
Pregoeira: Josenilda Benedito  
Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

16078/2015



## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

**Ata da Comissão Especial – Regimento Interno – Instalação e Eleição**  
(Ata do Presidente nº 3/2015)

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, com o fim específico de proceder à instalação e à eleição do Presidente e do Relator, reuniram-se o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Plauto Miró e os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Tião Medeiros (PTB), Maria Victória (PP), Chico Brasileiro (PSD), Tadeu Veneri (PT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Nereu Moura (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), ausente o Deputado Evandro Junior (PSDB), como membros titulares, indicados pelas Lideranças, para comporem a Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do processo legislativo utilizado nesta Casa, tendo como suplentes, respectivamente, os Deputados Elio Rusch (DEM), Wilmar Reichembach (PSC), Evandro Araújo (PSC), Tercílio Turini (PPS), Felipe Francischini (SD), Luiz Carlos Martins (PSD), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Artágio Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carl (PSDB) e Nelson Luersen (PDT). Verificado o quórum exigido, ficou instalada a Comissão Especial, passando-se em seguida à eleição. Realizada a votação, foram eleitos, por unanimidade dos votos, como Presidente o Deputado Pedro Lupion (DEM), como vice-presidente a Deputada Maria Victória (PP) e como Relator o Deputado Pastor Edson Praczyk. Na sequência foi estabelecida as diretrizes, assuntos e extensão dos trabalhos a serem realizados pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente eleito agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelo Relator da Comissão, eleitos nesta oportunidade, bem como pelos demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputado PEDRO LUPION	Deputado PASTOR EDSON PRACZYK
Presidente	Relator
Deputada MARIA VICTÓRIA	Deputado MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA
Vice-presidente	Membro
Deputado TIÃO MEDEIROS	Deputada CLÁUDIA PEREIRA
Membro	Membro
Deputado CHICO BRASILEIRO	Deputado TADEU VENERI
Membro	Membro
Deputado FERNANDO SCANAVACA	Deputado NEREU MOURA
Membro	Membro

16574/2015

#### COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões, anexa ao Plenário da Assembleia, com o fim específico de proceder à instalação e à eleição do Presidente e do Relator, reuniram-se os Deputados Guto Silva (PSC), Anibelli Neto (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Tiago Amaral (PSB), Felipe Francischini (SD), Marcio Pacheco (PPL) e Pedro Lupion (DEM), como membros titulares, indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Especial para discutir, debater e, se necessário, sugerir mudanças com a finalidade de aperfeiçoar o projeto de reforma do sistema político brasileiro, que encontra-se em trâmite no Congresso Nacional, tendo como suplentes, respectivamente, os Deputados Cláudio Palozzi (PSC), Artágio Junior (PMDB), Mauro Moraes (PMDB), Tercílio Turini (PPS), Maria Victória (PP), Rasca Rodrigues (PV) e Elio Rusch (DEM). Verificado o quórum exigido, ficou instalado a Comissão Especial, passando-se em seguida à eleição. Realizada a votação, foram eleitos, por unanimidade dos votos, como Presidente o Deputado Anibelli Neto (PMDB) e como Relator o Deputado Marcio Pacheco (PPL). Nada mais havendo a tratar, o Presidente eleito agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura desta Ata que segue assinada ele e pelo Relator da Comissão, eleitos nesta oportunidade, bem

como pelos demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputado ANIBELLI NETO Presidente eleito	Deputado MARCIO PACHECO Relator
Deputado GUTO SILVA	Deputado CANTORA MARA LIMA
Deputado TIAGO AMARAL	Deputado FELIPE FRANCISCHINI
Deputado PEDRO LUPION	

16575/2015

### Comissão Executiva

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, de 9 de março de 2015.

Criação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da Ouvidoria-Geral.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Cria a Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa, vinculada à Comissão Executiva.

**Art. 2º** Compete à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa:

- I - receber, examinar e propor à Diretoria-Geral o encaminhamento de informações, sugestões, críticas, elogios e representações de pessoas físicas e jurídicas a respeito do funcionamento dos serviços legislativos ou administrativos da Assembleia Legislativa aos seus órgãos operacionais;
- II - propor à Diretoria-Geral medidas necessárias à regularização dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa;
- III - propor à Diretoria-Geral audiências públicas com segmentos da sociedade;
- IV - manter contato com outras Ouvidorias e entidades representativas da sociedade com vistas ao aprimoramento dos serviços e do exercício da cidadania;
- V - resguardar o sigilo das informações.

**Art. 3º** É dever da Ouvidoria-Geral produzir relatório semestral com estatística indicativa de nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 4º** A Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa será composta de um Ouvidor-Geral, função a ser exercida por servidor comissionado nomeado pela Comissão Executiva.

**Art. 5º** Para a consecução de suas atividades, o Ouvidor-Geral, mediante autorização da Diretoria-Geral, poderá solicitar o auxílio das direções da Assembleia.

**Art. 6º** Assegura à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa o apoio necessário ao desempenho de suas atividades.

**Art. 7º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 9 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

16576/2015

#### RESOLUÇÃO Nº 1, de 10 de março de 2015

Revogação do art. 107 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Revoga o art. 107 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

16577/2015



## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

Ata da 2ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do processo legislativo.

(Ata do Presidente nº 3/2015)

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Maria Victória, Cláudia Pereira, Fernando Scanavacca e Chico Brasileiro, membros da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do processo legislativo utilizado nesta Casa. Havendo número legal, o Deputado Pedro Lupion agradeceu a presença de todos, justificou a ausência do Deputado Tião Medeiros e, sob a proteção de Deus, iniciou os trabalhos, comunicando a todos que o objetivo principal da Comissão será basicamente a reforma do processo legislativo desta Assembleia. Disse ainda que a finalidade da reunião será deliberar sobre os critérios de trabalho a ser adotada para a execução dos trabalhos da Comissão. Em seguida usou da palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk, Relator da Comissão, deu boas vindas aos presentes e ressaltou também a importância da revisão do Regimento Interno para o perfeito funcionamento do Legislativo, lembrando que interpretações dúbias permitidas por artigos ou omissões do atual Regimento já geraram diversas discussões nesta Casa. Ato contínuo, o Deputado Pedro Lupion, informou que será utilizado o Projeto de Resolução apresentado na Legislatura anterior como subsídio aos trabalhos desta Comissão. Neste sentido, solicitou aos assessores da Comissão que apresentem sugestões, elaboradas em conjunto entre a Diretoria Legislativa e Diretoria de Assistência ao Plenário, até o dia 20 de março. Lembrou também, que as atividades serão iniciadas com a discussão referente à tramitação dos Projetos de Lei Orçamentários. Por fim o Presidente da Comissão comunicou que a Comissão se reunirá todas as terças-feiras, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, marcando a próxima reunião para o dia 24 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion  
 Presidente

Deputado Pastor Edson Praczyk  
 Relator

Deputada Maria Victória  
 Vice-Presidente

Deputado Tadeu Veneri  
 Membro

Deputado Nereu Moura  
 Membro

Deputada Cláudia Pereira  
 Membro

Deputado Fernando Scanavacca  
 Membro

Deputado Chico Brasileiro  
 Membro

21695/2015

### Comissões Permanentes

18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Turismo

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 17h30min, na Sala Anexo ao Plenário, reuniu-se a Comissão de Turismo com a finalidade de dar início aos trabalhos da Comissão, consoante na pauta a deliberação do Projeto de Lei nº 18/2015. Sob a presidência do Senhor Deputado Chico Brasileiro e com a presença dos (as) Senhores (as) Deputados (as) Aníbelli Neto, Cláudia Pereira, Marcio Pacheco e Maria Victória, restou observada a existência de quórum necessário. Sendo assim, o Senhor Presidente abriu os trabalhos deliberando com os demais membros a indicação do Deputado Aníbelli Neto para ocupar o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Turismo, no lugar do Deputado Evandro Junior, o qual permanecerá membro da Comissão de Turismo, conforme dispõe o § 3º, art. 41, do Regimento Interno. Após discussão e votação, o Deputado foi eleito por unanimidade dos membros presentes. Em ato contínuo, o Senhor Presidente definiu o critério de rodízio para apresentação dos pareceres, designando como relatora do Projeto de Lei nº 18/2015 a Deputada Cláudia Pereira. Antes de passar à pauta, os Deputados (as) presentes falaram sobre sua satisfação em participar desta comissão, destacando, cada um, seu comprometimento com os trabalhos. O Senhor Presidente destacou a questão específica sobre lojas francas a serem instaladas na fronteira e que acha importante que o Paraná tenha um plano estratégico de turismo, aproveitando esse momento de alta no dólar que favorece o aumento de turistas no país.

Passou-se, então, à pauta de votação. O item apreciado foi o Projeto de Lei nº 18/2015, de autoria do Deputado licenciado Douglas Fabrício. O Deputado Aníbelli Neto, relator previamente designado, procedeu à leitura do parecer favorável, nos termos do relatório, e o projeto foi aprovado por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que vai assinada por ele, pelos membros da Comissão e por mim, secretária.

Deputado Chico Brasileiro

Presidente

Deputado Aníbelli Neto  
 Membro

Deputada Cláudia Pereira  
 Membro

Deputado Marcio Pacheco  
 Membro

Deputada Maria Victória  
 Membro

Ludmira Xavier de Siqueira

Secretária da Comissão de Turismo

21695/2015

Comissão de Finanças

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, às 13h30min, sob a presidência do Senhor Deputado Gilson de Souza, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Paulo Litro, Artagão Júnior, Tiago Amaral e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 92/15, de autoria da Comissão Executiva, altera o caput do art. 1º da Lei nº 16.823, de 08 de junho de 2011, que dispõe sobre remanejamento, cessão e disponibilidade funcional de servidores efetivos do Quadro Funcional da Assembleia Legislativa. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL com inclusão da Emenda da CCJ – APROVADO. 02) Projeto de Lei Complementar nº 011/15, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 117, de 14 de fevereiro de 2007 – Lei da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Relator Deputado ARTAGÃO JÚNIOR. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado GILSON DE SOUZA  
 Presidente

Wilson Penka  
 Secretário

Comissão de Finanças

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 13h30min, sob a presidência do Senhor Deputado Gilson de Souza, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Paulo Litro, Tiago Amaral e Fernando Scanavacca. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos e solicitou ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch, solicitou a dispensa da leitura. O Presidente consultou aos membros se concordam e após a esquivância, foi a Ata devidamente aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 135/15, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 004/15, dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e de outras providências. Relator Deputado TIAGO AMARAL que apresenta o parecer analisando a legalidade e constitucionalidade da proposta. Ressaltou ainda que, que o projeto irá fortalecer o sistema de controle e de fiscalização da arrecadação. Os próprios cidadãos passam a ser fiscais, já que terão um estímulo e vão exigir que os estabelecimentos comerciais emitam de fato o comprovante tributário. Assim, sem que haja aumento na carga tributária, existe o aumento de receita e arrecadação por parte do Estado. Parecer FAVORÁVEL, sendo APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado GILSON DE SOUZA  
 Presidente

Wilson Penka  
 Secretário

Comissão de Finanças

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezeto dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h15min, sob a presidência em exercício do Senhor Deputado Artagão Júnior mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Tiago Amaral, Fernando Scanavacca, Pedro Lupion e Francisco



## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

**Ata da 3ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do processo legislativo.**

(Ata do Presidente nº 3/2015)

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 10h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Nereu Moura, Maria Victória, Cláudia Pereira, Chico Brasileiro, Tião Medeiros e Evandro Junior, membros da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do processo legislativo utilizado nesta Casa. Havendo número legal, a Deputada Maria Victória, Vice-Presidente da Comissão, abriu os trabalhos, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, iniciou os trabalhos, passando a palavra ao Relator, Deputado Pastor Edson Praczyk, que fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Deputado Pedro Lupion, Presidente da Comissão, assumiu os trabalhos ressaltando mais uma vez os principais objetivos da Comissão. Em seguida, usou a palavra o Deputado Nereu Moura, que falou da importância da Comissão de Orçamento da Assembleia, bem como a necessidade de se fazer alguns ajustes nos artigos referentes aos Projetos Orçamentários. Após, o Deputado Pedro Lupion fez a leitura dos artigos 230 ao 241, do Pré Anteprojeto de Resolução, elaborado pela Diretoria Legislativa em conjunto com a Diretoria de Assistência ao Plenário. Em seguida, usou a palavra o Dr. Dyllardi Alessi, Diretor Legislativo, que fez um breve relato sobre estudos elaborados pelo Núcleo de Apoio Legislativo, explicando questões pontuais do Regimento Interno e da Constituição Estadual, no que se refere ao art. 237 do Pré Anteprojeto de Resolução. Neste sentido, em relação ao art. 237, o Diretor Legislativo apresentou duas sugestões à Comissão, sendo a primeira de se apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição para sanar questões constitucionais, e a segunda de se seguir o disposto na Constituição Estadual. Após vários debates, o Senhor Presidente, aceitou a primeira sugestão que é a apresentação da PEC. Solicitou ainda, que a Diretoria Legislativa encaminhe aos membros da Comissão Especial cópias dos julgados do STF, sobre o assunto discutido. Por fim, após várias discussões, o Senhor Presidente solicitou que as sugestões para nova redação dos artigos 233, 235 e 237, que dispõem sobre projetos orçamentários, bem como as demais sugestões, sejam encaminhadas à Comissão Especial, para inclusão na pauta da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será dia 31 de março de 2015, às 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion  
Presidente

Deputado Pastor Edson Praczyk  
Relator

Deputada Maria Victória  
Vice-Presidente

Deputado Tião Medeiros  
Membro

Deputado Nereu Moura  
Membro

Deputada Cláudia Pereira  
Membro

Deputado Evandro Junior  
Membro

Deputado Chico Brasileiro  
Membro

25599/2015

### Comissão Executiva

**RESOLUÇÃO Nº 4, de 1º de abril de 2015**

Alteração do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte

Resolução:

Art. 1º O inciso VI do art. 30 do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;"

Art. 2º O art. 33E do Anexo da Resolução nº 1, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33E. Compete à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação, insumos e desenvolvimento rural.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 1º de abril de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

Republicada para correção de data

25597/2015

**RESOLUÇÃO Nº 5, de 1º de abril de 2015**

Aprovação da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva nº 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 1º de abril de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

Republicada para correção de data

25599/2015

**RESOLUÇÃO Nº 6, de 1º de abril de 2015**

Aprovação da prestação de contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referente ao exercício de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



eminente jurista paranaense Dr. Laís Edson Fachin para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, STF. **Aprovado o requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento nº 1.754/2015**, dos Deputados Bernardo Ribas Carli e Artágio Junior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 8/2015, autuado em 23.2.2015, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava e dá outras providências. **Aprovado o requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Sr. Presidente, só "pela ordem" dizer o seguinte: o requerimento foi votado às 17h05, Requerimento de Regime de Urgência.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Traino - PSDB):** Está registrado.

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 1.739/2015**, do Deputado Claudio Palazzi, solicitando ao Presidente do Instituto Chico Mendes para Preservação da Biodiversidade, ICMBio, autorização para criação de peixes (tanques rede) na Lagoa Xambê, no Município de Altonia; **Requerimento nº 1.740/2015**, do Deputado Claudio Palazzi, solicitando ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde a liberação de três ambulâncias para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, CISA, no Município de Umuarama; **Requerimento nº 1.741/2015**, do Deputado Claudio Palazzi, solicitando envio de expediente ao Coordenador de Relações Institucionais e Governamentais do Tim/Sul, requerendo com a máxima urgência implantação do sinal de telefonia celular em Porto Camargo, Município de Icaraima, e Porto Figueira, Município de Alto Paraíso; **Requerimento nº 1.745/2015**, do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, e à Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, sugerindo a adoção dos critérios do Programa Família Povereira; **Requerimento nº 1.756/2015**, do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, IAP, sugerindo alteração no critério de repartição de recursos financeiros às unidades de conservação ambiental, no que dispõe sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPN; **Requerimento nº 1.761/2015**, do Deputado Paranhos, solicitando envio de expediente ao Secretário Municipal de Saúde de Cascavel, requerendo esclarecimentos sobre plano na Unidade de Pronto Atendimento Pediátrico, UPA, do Município de Cascavel; **Requerimento nº 1.762/2015**, dos Deputados Ney Leprevost e Requião Filho, solicitando que seja encaminhado ofício à Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, Sra. Elisete Berchiel da Silva Iwai, requerendo a suspensão do leilão público INSS/GEX/CTB nº 1/2014; **Requerimento nº 1.763/2015**, dos Deputados Ney Leprevost e Requião Filho, solicitando que seja encaminhado ofício à Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, Sra. Elisete Berchiel da Silva Iwai, requerendo a suspensão das ordens de desapropriação dos moradores da Vila Domitila (bairro Cabral no Município de Curitiba); **Requerimento nº 1.721/2015**, do Deputado Nelson Luciani, para envio de votos de congratulações ao Município de Palmas pela comemoração de 136 anos de emancipação político-administrativa, em 14 de abril; **Requerimentos nºs 1.723 e 1.728/2015**, da Deputada Cestum Mara Lima, para o registro de votos de congratulações pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Palmeira, Carliópolis, Jacarezinho, Godoy Moreira, Tapejara e Bocaiuva do Sul; **Requerimentos nºs 1.730 e 1.731/2015**, do Deputado Ney Leprevost, para o registro de votos de congratulações: ao Sr. Marcelo Contarini e ao Pequeno Colômbio, em razão de 50 anos de fundação; **Requerimentos nºs 1.737 e 1.738/2015**, da Deputada Claudia Portina, para envio de votos de congratulações pela comemoração de emancipação política dos Municípios de: Palmas, 136 anos, em 14 de abril; Maripá, 25 anos, em 17 de abril; **Requerimento nº 1.749/2015**, do Deputado Missionário Ricardo Arnade, para o registro de votos de congratulações ao Município de Palmas pela comemoração de 135 anos, em 14 de abril; **Requerimento nº 1.755/2015**, do Deputado Guto Silva, para o registro de votos de congratulações ao Sr. José Aldir Vendrusculo "Carapicho"; **Requerimento nº 1.722/2015**, do Deputado Nereu Moura, para inserção em ata de votos de pesar pelo falecimento do Bispo Diocesano de Parangaba, Dom Frei João Alves dos Santos, ocorrido no dia 9.4.2015; **Requerimento nº 1.729/2015**, do Deputado Nereu Moura, para envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Josiane Andréia Sipp, ocorrido no dia 11.4.2015, no Município de Espigão Alto do Iguaçu; **Requerimentos nºs 1.732 e 1.736/2015**, do Deputado Ney Leprevost, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Sra. Elvira Edite Paz; do Sr. Angelo Marchionto Chede; da Dra. Flávia Roncaglio Merly; do Sr. Thomas Meyer; e do Sr. Sérgio Sebastião Miguel; **Requerimento nº 1.742/2015**, do Deputado Claudio Palazzi, para o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Antônio Osvaldo Pasutti, ocorrido no dia 11.4.2015; **Requerimentos nºs 1.746 e 1.747/2015**, do Deputado Evandro Junior, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Manoel Barbosa Silva; e do Sr. Luciano da Mota; **Requerimento nº 1.753/2015**, do Deputado Tido Medeiros, para o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Laide Garcia Milião, ocorrido no dia 13.4.2015, no Município de Curitiba.

**Requerimentos com despacho do Presidente:**

**A Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências:** **Requerimento nº 1.752/2015**, do Deputado Aníbelli Neto, solicitando a reserva do Plenário da Assembleia Legislativa para a realização da 4ª Audiência Pública para discutir a Reforma Política, no dia 27.4.2015, às 9h30, com a oitiva do Sr. Luis Lázaro Sorves, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, AMP, do Sr. Miguel Espalador, Presidente da Associação Comercial do Paraná, ACP, e do Sr. Jucarez Horvitz, Diretor Financeiro da Confederação Nacional dos Municípios, CNM. **Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico); **Requerimento nº 1.757/2015**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13.4.2015; **Requerimento nº 1.764/2015**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14.4.2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 15 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: **Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 218/2015; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 134/2015; e 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 212/2015. "LEVANTA-SE A SESSÃO".** (Sessão encerrada às 17h13, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

**Ata da 4ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ata do Presidente nº 3/2015)

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Maria Victória, Claudia Pereira, Chico Brasileiro, Tião Medeiros, Evandro Junior, Fernando Scanavacca e Missionário Ricardo Arnade, membros da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa utilizado nesta Casa, com a finalidade de deliberar sobre o prosseguimento dos trabalhos da Comissão. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Pedro Lupion agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião da Comissão Especial. Em seguida, a Deputada Maria Victória, solicitou dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, o que foi aprovado. Inicialmente, o Deputado Pedro Lupion, apresentou a pauta para deliberação da Sessão IV do Pré Anteprojeto de Resolução do Regimento Interno, apresentado pela Comissão Especial na Legislação anterior, que dispõe sobre os Projetos Orçamentários. Usou a palavra o Relator, Deputado Pastor Edson Praczyk, para parabenizar a equipe de assessoramento jurídico e técnico da Casa pela importante colaboração à Comissão. Em seguida, o Deputado Pedro Lupion colocou em discussão e votação a nova redação do art. 230, sendo aprovada por unanimidade: **Art. 230. "Recebida a mensagem contendo o anteprojeto de Lei Orçamentária, o Presidente determinará a leitura da mesma no expediente de sessão ordinária, despachando-o à autuação e, posteriormente, à Comissão de Orçamento, que disponibilizará o arquivo digital para consulta no site oficial da Assembleia. § 1º O Poder Executivo enviará as propostas orçamentárias através de documento impresso para protocolização no Plenário e em meio digital. § 2º Havendo emendas à proposta orçamentária, a Comissão de Orçamento solicitará à Secretaria de Estado da Fazenda o arquivo do Quadro de Detalhamento da Despesa e Relatório de Obras por Município para análise das mesmas".** Em seguida, colocou em discussão e votação a inclusão do Parágrafo único ao artigo 231, sendo aprovado por unanimidade: **Parágrafo único. O manual simplificado de que trata o caput deste artigo deverá estabelecer o programa de formulário para a elaboração das emendas, as quais deverão ser entregues por meio do mesmo sistema de controle de emendas orçamentárias.** Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 232, sendo aprovado por unanimidade: **Art. 232. "Esgotada a fase preliminar, será aberto o prazo de vinte dias para a apresentação de emendas, podendo ser prorrogado por uma vez, a critério da Comissão de Orçamento".** Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 233, parágrafos e incisos, sendo aprovado por unanimidade e supressão dos dispositivos por já ter sido contemplado o conteúdo do texto com o Parágrafo único ao art. 231. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 234, sendo aprovado por unanimidade: **Art. 234. "O relator de proposição orçamentária terá vinte dias para analisar as emendas apresentadas, abordando aspectos técnicos, formais e de mérito das proposições. Parágrafo único. Concluído o prazo de análise do relator, em conjunto com a assessoria técnica da Comissão de Orçamento, o parecer será apresentado aos demais membros da Comissão na forma de substitutivo geral para discussão. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 235 e §§, sendo aprovado por unanimidade: **Art. 235. "Os Deputados integrantes da Comissão de Orçamento poderão, durante a votação do substitutivo geral aos projetos orçamentários na referida Comissão, apresentar emendas ao texto, à despesa e ao conteúdo programático, desde que visem à correção técnica, realocação ou restabelecimento de equilíbrio financeiro do Estado. § 1º Durante a discussão do parecer, qualquer membro da Comissão de Orçamento poderá usar a palavra por dez minutos, prorrogáveis, e aos demais Deputados o prazo concedido para uso da palavra será de cinco minutos. § 2º Após ouvidos todos os oradores, o relator poderá replicar no prazo improrrogável de quinze minutos. § 3º O parecer da Comissão de Orçamento será disponibilizado em arquivo digital para consulta no site oficial de Assembleia no prazo de cinco dias".** Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 236, o que foi aprovado por unanimidade: **Art. 236. "A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento".** Em relação ao art. 237, ficou decidido pelos membros da Comissão que aguardará a aprovação da Proposta de**



Emenda à Constituição nº 2/2015, apresentada pela Comissão referente ao assunto. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 240, sendo aprovado por unanimidade: Art. 240. "Aprovada a redação final, serão as proposições orçamentárias enviadas à sanção governamental". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 241, sendo aprovado por unanimidade: Art. 241. "Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou esgotado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembleia fará a devida comunicação ao Governador do Estado". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 37, incisos, bem como a inclusão do parágrafo único, que dispõe sobre a competência da Comissão de Orçamento, sendo aprovada por unanimidade: Art. 37. "Compete à Comissão de Orçamento: I - manifestar-se sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais; II - verificar o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal; e III - auxiliar as demais Comissões Permanentes nas atividades de fiscalização da execução das leis orçamentárias e créditos adicionais, fornecendo os dados orçamentários e, se necessário, com o auxílio do Tribunal de Contas. Parágrafo único. Na hipótese de o Poder Executivo não apresentar as proposições de orçamento de que trata o inciso I deste artigo, será considerada como proposta a lei de orçamento vigente, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do Parágrafo único do art. 1º, sendo aprovada por unanimidade: Parágrafo único. "Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembleia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa Executiva, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso, no âmbito do território estadual". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 17, sendo aprovada por unanimidade: Art. 17. "O Colégio de Líderes é um órgão decisório, integrado por todas as lideranças de partidos e blocos parlamentares, além da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 30 e §§, sendo aprovada por unanimidade: Art. 30. "As Comissões Permanentes serão organizadas no início de primeira e da terceira sessões legislativas, dentro de quinze dias, compondo-se dos membros indicados pelos líderes de partidos ou de blocos parlamentares. § 1º As Comissões Permanentes serão compostas por sete membros cada uma, salvo a Comissão Executiva, que será integrada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e a Comissão de Constituição e Justiça, que será composta de treze membros. § 2º As Comissões Permanentes terão um Presidente e um Vice-Presidente, salvo a Comissão Executiva que terá três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares. § 3º Na composição das Comissões Permanentes, observado o disposto no art. 30 deste Regimento, será considerado o quociente apurado no início da legislatura obtido com a aplicação da seguinte fórmula: a) apura-se o resultado da divisão do número de Deputados constantes da relação de que trata o § 2º do art. 3º deste Regimento, pelo número de membros de cada Comissão; b) divide-se o número de Deputados de cada partido ou bloco parlamentar pelo resultado obtido na divisão indicada na alínea "a" deste artigo, resultando no número vezes para os membros de cada partido ou bloco parlamentar nas Comissões. § 4º Ocorrendo vaga nas Comissões após a distribuição obtida com os cálculos do § 3º deste artigo, a mesma será preenchida por Deputado de partido ou bloco parlamentar ainda não representado. § 5º No preenchimento de vaga remanescente de que trata o § 4º deste artigo, será considerado o número de Deputados integrantes de cada partido ou bloco parlamentar em ordem decrescente das bancadas e, havendo partidos ou blocos parlamentares com igual número de Deputados, a escolha será por sorteio. § 6º Cada partido ou bloco parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos".

Ato contínuo, o Deputado Pedro Lupion, comunicou todos os membros da Comissão que apresentou requerimento na Sessão Plenária do dia 6 de abril de 2015, ampliando o objeto da Comissão para Análise e Reforma das Regras do Regimento Interno acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será dia 14 de abril de 2015, às 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion Presidente	Deputado Pastor Edison Praczyk Relator
Deputada Maria Victória Vice-Presidente	Deputado Tião Medeiros Membro
Deputado Missionário Ricardo Arruda Membro	Deputada Cláudia Pereira Membro
Deputado Evandro Junior Membro	Deputado Chico Brasileiro Membro
Deputado Fernando Scanavacca Membro	

## Editais e Contratos

### AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

#### Pregão, na Forma Presencial nº 012/2015.

Data da abertura: 05/05/2015

Horário: 10h30min

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de móveis sob medida e montagem para a ALEP.

Valor máximo: R\$ 65.725,00 (sessenta e cinco mil setecentos e vinte e cinco reais).

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n - Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3360-4255 ou ainda pelo Site: [www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratoseditais](http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratoseditais)

Dotação: 001.001.4000.4490.5242

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 16 de abril de 2015.

### AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

#### Pregão, na Forma Presencial para Registro de Preços nº 006/2015.

Data da abertura: 07/05/2015

Horário: 10h30min

Objeto: Contratação de empresa para eventual fornecimento de molduras para a ALEP.

Valor máximo: R\$ 6.646,10 (seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e dez centavos) anual.

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n - Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3360-4255 ou ainda pelo Site: [www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratoseditais](http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratoseditais)

Dotação: 001.001.4000.4490.5242.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 16 de abril de 2015.

### EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2011

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RPM RESTAURANTE LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de refeições no sistema "Hot Box" para esta Assembleia.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo de execução por mais 12 (doze) meses a partir de 11/04/2015.

FORO: Comércio de Curitiba, Estado do Paraná.

Pregão Presencial nº 33/11.



**Ata da 5ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Ao quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Tião Medeiros (PTB), Pastor Edson Praczyk (PRB), Fernando Scanavacca (PDT), Deputado Evandro Junior (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Felipe Francischini (SD) (Suplente – Dep. Maria Vitória (PP)). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão e votação da nova redação do artigo 36, sendo o mesmo aprovado: "art. 36 Cabe à Comissão de Constituição e Justiça: I – emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições; II – emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de emendas à Constituição; III – propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça; IV – manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso VI do art. 261 deste Regimento; V – manifestar-se sobre a autorização para instauração de processo criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado – os Secretários de Estado, nos termos do § 1º do art. 260 deste Regimento; VI – manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre: a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; b) transferência temporária da sede do Governo; c) organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas; d) intervenção nos municípios; e) organização e divisão judiciária; f) alterações de códigos; g) declaração de utilidade pública de entidades civis; h) concessão de títulos de cidadania; VII – decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões. § 1º Na análise do caráter estrutural das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça deverá considerar o disposto na legislação sobre técnica legislativa e, ressalvadas as proposições de que tratam as alíneas do inciso V do caput deste artigo, não poderá proceder emendas que alterem ou disponham sobre o mérito da proposição. § 2º Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça concluir que a proposição não atende aos termos da legislação referida no § 1º deste artigo, poderá diligenciar junto ao autor, para que este, sob pena de arquivamento, proceda à adequação necessária. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o autor terá prazo de quinze dias, contado da sua notificação, para promover a adequação, sob pena de arquivamento da proposição. § 4º Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituir projetos separados. § 5º Decorridos os prazos regimentais, quando a Comissão de Constituição e Justiça opinar pela inconstitucionalidade de uma proposição, esta deverá ser encaminhada à Diretoria Legislativa para proceder ao arquivamento e dar ciência ao autor. § 6º A votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça terá caráter conclusivo. § 7º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de cinco dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, apresentar pedido fundamentado de reconsideração, o qual, após atestado a tempestividade, será distribuído a novo relator. § 8º Quando a proposição for declarada inconstitucional por deliberação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de reconsideração ficará condicionado ao apoio de um quarto dos Deputados de Assembleia. § 9º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não reconsidere o seu posicionamento, o autor poderá formular recurso ao Plenário apenas para a análise da constitucionalidade e da legalidade da matéria, devendo obter o apoio de pelo menos 1/3 (um terço) dos parlamentares da Casa, dentre os quais não poderão constar os membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação. § 10. O prazo para a apresentação do recurso descrito no § 7º deste artigo será de dez dias, contados da data da publicação da ata da sessão na qual o pedido de reconsideração foi apreciado. § 11. Não serão conhecidos pelo Presidente da Comissão os pedidos de reconsideração e recursos que não atendam às exigências regimentais quanto ao prazo de interposição, apoio ou que não tenham fundamentação. § 12. Em sendo acolhido o pedido de reconsideração ou o recurso ao Plenário, a proposição prosseguirá em seu trâmite regimental. § 13. Inexistindo pedido de reconsideração ou recurso ou estes não tendo sido acolhidos, a proposição será tida como definitivamente rejeitada, efetivando-se o seu arquivamento. § 14. As disposições relativas aos pedidos de reconsideração e recurso ao Plenário de que tratam os §§ 8º a 7º deste artigo não se aplicam às proposições de emendas declaradas inconstitucionais. § 15. O autor da emenda que tenha sido declarada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se este for rejeitado, a emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão. § 16. Em caso de tramitação de projeto em regime de urgência, serão observados os procedimentos e prazos estipulados nos arts. 210 a 213 deste Regimento." Em seguida,

colocou em discussão e votação a nova redação do art. 61, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 61. As Comissões Especiais serão constituídas por requerimento subscrito por 1/4 (um quarto) do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado, mediante deliberação do Plenário, com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração. § 1º As Comissões Especiais serão criadas para examinar e dar parecer sobre as seguintes espécies de proposições: I – propostas de emenda à Constituição; II – projetos de código; IV – denúncia oferecida contra o Governador de Estado por crime de responsabilidade; V – projeto de revisão do Regimento Interno; VI – indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas. § 2º Algumas Comissões Especiais serão destinadas a oferecer estudos sobre determinado assunto e apresentar proposição correlata." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 62, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 62. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por requerimento subscrito por 1/3 (um terço) do número total de Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento. § 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão. § 2º Satisfeitos os requisitos regimentais, o Presidente determinará a publicação do requerimento ou a devolução ao autor para retificá-lo, cabendo deste decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ocorrendo-se a Comissão de Constituição e Justiça. § 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos. § 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembleia, salvo mediante projeto de resolução apoiado por 1/3 dos Parlamentares e aprovado. § 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária. § 6º Na ata de instalação e eleição de Presidente e relator constará a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será dia 14 de abril de 2015, às 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion	Deputado Pastor Edson Praczyk
Presidente	Relator
Deputado Felipe Francischini	Deputado Tião Medeiros
Suplente	Membro
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Evandro Junior	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Fernando Scanavacca Moura	Deputado Nereu
Membro	Membro

**Ata da 6ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Ao vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavacca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão e votação da nova redação do artigo 71, sendo o mesmo aprovado: Art. 71. Aos projetos de lei em regime de urgência não serão aplicadas as disposições constantes no art. 70, devendo ser observado, em tais casos, o procedimento previsto nos arts. 210 a 213 deste



Regimento". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 100, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 100. Os Deputados poderão solicitar licença em vista de: I - tratamento de saúde; II - interesse particular; III - investidura nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura de Capital; IV - casamento; V - licença maternidade; VI - licença paternidade; VII - falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteado, menor sob guarda ou tutela e irmãos; VIII - falecimento do avô e netos. § 1º Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato. § 2º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde estará condicionada à apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício do mandato. § 3º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício de atividade parlamentar. § 4º A licença para casamento será de oito dias consecutivos contados da data do casamento civil ou da data informada na certidão de união estável registrada em cartório. § 5º A licença maternidade será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser concedida à Deputada gestante após a 36ª (trigésima sexta) semana de gestação ou a partir da data de nascimento da criança. § 6º A licença paternidade será concedida à Deputado adotante pelo mesmo período e nos mesmos moldes que à gestante, independente da idade da criança, após a apresentação do comprovante de adoção ou guarda judicial para fins de adoção. § 7º A licença constante no § 6º deste artigo será concedida nos mesmos moldes ao homem adotante individual. § 8º A licença paternidade será de cinco dias consecutivos a partir da data do nascimento da criança. § 9º Será concedida licença de oito dias corridos em face de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteado, menor sob guarda ou tutela e irmãos, contados da data do óbito. § 10. No caso de falecimento de avô e netos será concedida licença de três dias corridos contados da data do óbito." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 110, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 110. A Mesa convocará o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura de Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura. § 1º O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, com a assinatura do respectivo termo de posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar doença que o incapacite para cumprir a formalidade necessária. § 2º Em caso de investidura nas funções descritas no caput deste artigo, o Deputado licenciado que reassumir o mandato não poderá voltar à função investida, ou assumir outra, pelo prazo de trinta dias." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 117, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 117. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras: I - é obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passível completo; II - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas; III - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte o andamento dos trabalhos; IV - falando de bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa; V - falando de bancada, os oradores deverão manter-se em pé, exceto em caso de dificuldade ou deficiência motora, e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa; VI - os Deputados poderão apartar-se sentados, em termos breves e corteses; VII - não serão admitidos apertes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 125, sendo aprovado por unanimidade: Art. 125. A duração do expediente será de três horas e vinte minutos, distribuídos entre: I - pequeno expediente, quando no máximo seis Deputados poderão fazer uso da palavra como oradores na Tribuna do Plenário, locução com duração máxima de cinco minutos para cada orador, obedecendo-se a ordem sequencial de inscrição registrada em lista de oradores própria do pequeno expediente, permitida a cessão do registro de uso da palavra no pequeno expediente a outro Deputado; II - grande expediente, quando no máximo dois Deputados poderão fazer uso da palavra como oradores na Tribuna do Plenário, locução com duração máxima de quinze minutos para cada um, inclusive apertes, obedecendo-se a ordem de inscrições prévias registradas em lista de oradores própria do grande expediente, permitida a cessão do registro de uso da palavra no grande expediente a outro Deputado; III - horário dos partidos, blocos parlamentares, Liderança do Governo e Liderança da Oposição, locução de duração máxima de dez minutos para cada um, improrrogável, permitidos apertes a critério do orador e a delegação do uso da palavra pelo Líder e qualquer outro Parlamentar dentre seus liderados; IV - horário das Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias, com duração de trinta minutos, divididos pelo Presidente da Mesa Diretora dos Trabalhos, igualmente dentre três Presidentes ou Relatores das Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias que quiserem manifestar seus relatórios de atividades e assuntos pertinentes à comissão, com locução de duração máxima de dez minutos para cada um, permitindo apertes a critério do orador na forma disciplinada neste Regimento. § 1º As inscrições para uso da palavra no pequeno expediente deverão ser feitas antecipadamente perante a Mesa Diretora dos Trabalhos, em lista de oradores própria, registrada em ordem cronológica de inscrição, logo após a aprovação da ata da respectiva

reunião, sendo que as inscrições para uso da palavra no grande expediente poderão ser realizadas com antecedência de uma semana, em lista de oradores própria do grande expediente de cada sessão plenária. § 2º Por critério do Presidente da Mesa Executiva, o horário total do grande expediente das sessões ordinárias das quartas-feiras poderá ser destinado para uso de convidados, a requerimento fundamentado de qualquer Deputado, identificando previamente o nome do convidado e o tema a ser abordado." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do § 2º, art. 139, sendo aprovado por unanimidade: "§ 2º A convocação do Secretário de Estado será-lhe comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deve comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa, na forma do inciso XXXIII do art. 54 da Constituição Estadual." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 146, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 146. Constatado o cometimento de delito nas dependências da Assembleia, será oficiada a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária para que haja instauração de inquérito policial ou lavratura de termo circunstanciado para apuração da materialidade e autoria delitivas. Parágrafo único. A Comissão Executiva poderá designar comitiva para acompanhamento das investigações". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do § 9º do art. 147, sendo aprovado por unanimidade: "§ 9º O protocolo de plenário permanece aberto até o momento da verificação de quórum quando o último orador inscrito for fazer o uso da palavra, não sendo permitida protocolização de nenhuma proposição após o seu fechamento, salvo mensagem governamental." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 160, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 160. Os requerimentos escritos dependerão de deliberação do Plenário. § 1º Não dependerão de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos: I - de Comissão solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais; II - de Deputado solicitando informações oficiais a Secretários de Estado e outras autoridades. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 174, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 174. Nenhuma proposição poderá ser discutida sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia divulgada pelo Presidente na sessão imediatamente anterior à sua votação." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que as próximas reuniões passarão a ocorrer às quartas-feiras a partir das 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion	Deputada Maria Vitória
Presidente	Vice-Presidente
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Venari
Membro	Membro
Deputado Chico Brasileiro	
Membro	

#### Ata da 7ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Deputado Edson Praczyk (PRB), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Venari (PT), Deputado Tarcílio Turini (suplente Deputado Tião Medeiros) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão das propostas e votação da nova redação do artigo 265, sendo aprovada por unanimidade: "Art. 265. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar: I - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissões; II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa. III - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou ofender servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência



hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento; IV - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar; V - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes; VI - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão tenham resolvido que devam ficar secretos; VII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental; VIII - usar verbos de gabinete em desacordo com os princípios fixados no caput do art. 37 da Constituição Federal; IX - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa. Analisadas as demais propostas e deliberadas pelos Senhores Membros da Comissão, essas não foram aprovadas. Na sequência o Sr. Presidente informou aos presentes que solicitou um estudo à Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Legislativa com o propósito de viabilizar uma proposta passando a Comissão de Constituição e Justiça como Comissão final de análise técnica, fazendo que os Projetos de Leis em trâmite perante a casa tramitem antes nas Comissões temáticas, para após passar pelo crivo da CCJ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima reunião e determinando a lavratura da reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwensen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

	Deputada Maria Vitória
Deputado Pedro Lupion	Vice-Presidente
Presidente	
Deputado Missionário Ricardo Amada	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Chico Brasileiro	Deputado Edson Praczyk
Membro	
Membro - Relator	
Deputado Tércio Tunini	
Suplente (Dep. Tião Medeiros)	

**Ata da 8ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Amada (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavaca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Evandro Júnior (PSDB), Tião Medeiros (PTB) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão da proposta apresentada pela Diretoria de Assistência ao Plenário em relação a inversão do rito processual legislativo, passando a CCJ como comissão final. Presente o Deputado Nelson Justus, atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça, defendeu a manutenção do processo legislativo como se encontra ponderando a necessidade de se manter como a primeira Comissão a analisar as proposições. Após o debate dos Senhores membros, a proposta foi REJEITADA pela maioria, mantendo-se a forma original. Na sequência passou-se a discutir a proposta de alteração do artigo 211, o qual teve a sua nova redação, aprovada por unanimidade, passando a contar com a seguinte redação: Art. 211,

Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência será a proposição encaminhada a todas as Comissões pertinentes simultaneamente. § 1º Será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas às Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que deverão proferir os seus respectivos pareceres. § 2º Ao projeto de lei em regime de urgência poderá ser concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia. Na continuidade, passou-se a discussão da nova redação do artigo 261, restando aprovada por unanimidade, a seguinte: Art. 261. Obedecendo às disposições da legislação federal em vigor o processo nos crimes de responsabilidade das seguintes autoridades: I - Governador do Estado; II - Vice-Governador do Estado; III - Secretários de Estado; IV - Procurador-Geral de Justiça. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwensen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

Deputado Pedro Lupion	Deputada Maria Vitória
Presidente	Vice-Presidente
Deputado Missionário Ricardo Amada	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Pastor Edson Praczyk	Deputado Pastor Tião Medeiros
Membro - Relator	Membro
Deputado Chico Brasileiro	Deputado Fernando Scanavaca
Membro	Membro
Deputado Evandro Júnior	
Membro	

**Ata da 9ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Amada (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavaca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Evandro Júnior (PSDB), Tião Medeiros (PTB) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão das propostas. Na sequência, novamente com a palavra o Presidente anunciou a análise e discussão das propostas em relação ao Conselho de Ética, e após consulta dos senhores membros restou definido que o Conselho de Ética será regulamentado nos termos do artigo 284, sendo que a proposta será apresentada na próxima reunião, pelo Senhor Relator. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwensen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.



Deputado Pedro Lupion

Deputada Maria Vitória

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

Presidente

Vice-Presidente

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

Deputado Missionário Ricardo  
Arruda

Deputada Cláudia Pereira

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 493/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9278, de 2015,

#### RESOLVE:

Comunicar que ANA LUCIA DA SILVEIRA ANDRETTA, Matrícula nº 41.029, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedida para Prefeitura Municipal de Curitiba, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 15/07/2015 até 13/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

Deputado Nereu Moura

Deputado Tadeu Veneri

Membro

Membro

Deputado Pastor Edson  
Praczyk

Deputado Pastor Tião Medeiros

Membro

Membro - Relator

Deputado Chico Brasileiro  
Membro

Deputado Fernando Scanavacca  
Membro

Deputado Evandro Júnior  
Membro

55406/2015

## Publicações Administrativas

### Atos de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 490/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9109, de 2015,

#### RESOLVE:

Comunicar que MARLI DE VARGAS, Matrícula nº 40.745, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Presidência, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 06/07/2015 até 04/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 491/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9101, de 2015,

#### RESOLVE:

Comunicar que TEREZINHA MATOS SANTOS, Matrícula nº 40.926, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 02/07/2015 até 31/07/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 492/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9041, de 2015,

#### RESOLVE:

Comunicar que MARIA LUIZA CALDAS, Matrícula nº 40.971, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 13/07/2015 até 11/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 494/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9200, de 2015,

#### RESOLVE:

Lotar a servidora CENILDO RÓCIO FITZ, Matrícula nº 40.990, na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, a partir de 25 de fevereiro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 495/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9201, de 2015,

#### RESOLVE:

Lotar a servidora SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, Matrícula nº 58, na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, a partir de 1º de julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 496/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9174, de 2015,

#### RESOLVE:

Lotar a servidora CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI, Matrícula nº 40.540, no Gabinete do Deputado Nelson Roberto de P. S. Justus, a partir de 1º de julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 497/2015

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9246, de 2015,

#### RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora WALKIRIA WIZIACK ZAUITH DE PAULI, Matrícula nº 55.162, de 30 (trinta) dias, no período de 27/06/2015 a 26/07/2015, conforme comprovante de licença nº 311/15 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal



**Amr: Requerimento nº 3.654/2015**, do Deputado Gilson de Souza, para envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Pastor Alton Alves Bonfim, da Igreja do Evangelho Quadrangular, ocorrido no dia 4.7.2015; **Requerimento nº 3.656/2015**, do Deputado Professor Lemos, para envio de votos de pesar aos familiares e comunidade escolar pelo falecimento do Professor Vilso Sauer, ocorrido no dia 4.7.2015, no Município de Cascavel.

#### Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: **Requerimento nº 3.643/2015**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa que seja realizada Sessão Solene alusiva ao Dia Nacional da Saúde no dia 5.8.2015, às 18h, no Plenário; **Requerimento nº 3.644/2015**, dos Deputados Márcio Pacheco e Ney Leprevost, solicitando à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa que seja realizada solenidade pelo Dia do Policial Federal no dia 10.11.2015, às 18h, no Plenário.

#### Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno (Deputado que por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento nº 3.650/2015**, da Deputada Cláudia Pereira, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6.7.2015.

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 3.645/2015**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 30.6.2015; **Requerimento nº 3.665/2015**, do Deputado Pedro Lupion, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6.7.2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 8 de julho, às 13h30, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 62/2015 e do Projeto de Resolução nº 25/2015; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 267/2015; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 472/2015, 473/2015, 483/2015, 484/2015 e 490/2015; e 1ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 133/2015 e dos Projetos de Lei nºs 185/2015 e 458/2015.

**"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 18h, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

56876/2015

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

**Ata da 10ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Cláudia Pereira (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavacca (PDT), Evandro Júnior (PSDB) e Tião Medeiros (PTB). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente informou aos presentes que a pauta da reunião será a discussão e votação dos dispositivos referentes aos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar, que serão regulamentados nos termos do artigo 280 do atual Regimento Interno, bem como a discussão e votação do relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Pastor Edson Praczyk, Relator da Comissão, apresentou a sugestão da regulamentação do artigo 280, a qual foi colocada em discussão e votação, sendo a matéria aprovada por unanimidade, na sequência o Sr. Presidente solicitou, ao Relator, a leitura do Relatório Final da Comissão. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final, tendo sido aprovado por unanimidade, sem ressalvas. Ainda, foi consultado aos membros da Comissão acerca da forma que se dará a apresentação do Projeto de Resolução, com as alterações sugeridas, acatando-se a proposta de ser apresentado por intermédio da Comissão Executiva. Por fim, o Senhor Presidente agradeceu o apoio dos nobres Deputados e da equipe técnica, pelos esforços e dedicação que desempenharam durante o período de vigência desta Comissão, declarou concluído os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por

mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwersen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

Deputado Pedro Lupion  
Deputado Pastor Edson Praczyk

Presidente  
Relator

Deputado Evandro Júnior  
Deputado Chico Brasileiro

Membro  
Membro

Deputada Cláudia Pereira  
Deputado Fernando Scanavacca

Membro  
Membro

Deputado Tião Medeiros  
Membro

República para correção do número do artigo citado.

56892/2015

### ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

(Ato do Presidente nº 24/2015)

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões, anexa ao Plenário, reuniram-se os membros da Comissão, para instalação e eleição da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, constituída pelo Ato do Presidente nº 24/2015, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 895, de 1º de julho de 2015, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, com a finalidade de investigar a ocorrência da violência contra a mulher no Estado do Paraná, com vistas a detectar os principais motivos, as formas de combate e auxílio às mulheres agredidas, bem como outras situações atinentes que possam ocorrer durante a investigação. Presentes os Deputados Cláudia Pereira, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Maria Victória, Pr. Edson Praczyk e Hussein Bakri. Ausente o Deputado Requião Filho. Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente e do Relator. Passando-se para a votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente, a Deputada Cantora Mara Lima e para Relatora, a Deputada Maria Victória. Na sequência, assumindo a função de Presidente, a Deputada Cantora Mara Lima agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros da comissão.

Deputada Cantora Mara Lima	Deputada Maria Victória
Presidente	Relatora
Deputada Cláudia Pereira	Deputado Hussein Bakri
Membro	Membro
Deputada Cristina Silvestri	Deputado Pr. Edson Praczyk
Membro	Membro

56892/2015

## Processo Legislativo

## Comissão Executiva

## ATO DO PRESIDENTE Nº 26/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

## DECLARA

constituir a Frente Parlamentar Municipalista em Defesa da Segurança Pública, conforme Proposição do Deputado Felipe Francischini (SD), apresentada na Sessão Plenária do dia 8 de julho de 2015, que tem por objetivo promover o diálogo entre o Poder Legislativo, Poder Executivo e Municípios do Paraná, para resolução de questões relacionadas à segurança pública. Segundo termo da adesão juntado ao Processo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavacca (POT), Adalberto Ribeiro (PSL), Raissa Rodrigues (PV), Elio Ruzch (DEM), Missionário Ricardo Amada (PSC), Hussein Bakir (PSC), Paulo Lito (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB) e Artagnon Junior (PMDB). Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados pelo Deputado Felipe Francischini (SD) e serão observadas as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e legislação aplicável.

Curitiba, em 13 de julho de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

57612/2015

## Comissões Especiais

## RELATÓRIO FINAL

## COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE MUDANÇAS NO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze, durante a Sessão Plenária Ordinária, foi protocolizado sob nº 454/2015, requerimento da autoria do Deputado Pedro Lupion, requerendo a constituição de Comissão Temporária Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que foi lido e aprovado no expediente do dia 12/02/2015.

No dia dois de março de 2015, foi protocolizado sob nº 727/2015, novo requerimento de autoria do Deputado Pedro Lupion solicitando a alteração do número de parlamentares integrantes da Comissão de 7 para 11, que foi lido e aprovado na sessão do mesmo dia.

A presente Comissão foi constituída pelo Ato do Presidente nº 3/2015, publicado no DOA nº 619, de 9/3/15, com a seguinte composição:

PARTECIDAR	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
DEMOCRATAS	PEDRO LUPION	NELSON JUSTUS
PMDB	FERNANDO SCANAVACCA	NELSON LOPES
PSDB	EDUARDO JUNIOR	EDUARDO REIS CARLI
PSC	MIGUEL MOURA	ARTAGNON JUNIOR
PSL	LUIS BRAGANCA	LUIS CARLOS MARTINS
PPS	CLAUDIA FIGUEIRA	WILSON REICHENBACH
PRO	MICHAEL RIBEIRO	EDUARDO RAUJO
PT	ADALBERTO RIBEIRO	PROFESSOR LUIZ
PR	RAISSA RODRIGUES	RAISSA RODRIGUES
PRP	MICHAEL RIBEIRO	FELIPE FRANZOSINI
PROGRESSO	TIAGO MEDeiros	TERCIO TURM

Em dez de março de 2015 foi realizada a sessão de instalação da Comissão Especial para análise das propostas de alteração do Regimento Interno. Nessa oportunidade foi eleito Presidente da

Comissão o Deputado Pedro Lupion, vice-presidente a Deputado Maria Victória e Relator o Deputado Pastor Edson Preczyk, bem como foram estabelecidas as diretrizes, os assuntos e as extensões dos trabalhos a serem realizados pela Comissão. A Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 820, de 10 de março de 2015.

A segunda reunião da Comissão Especial foi realizada em dezessete de março de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 831, de 25 de março de 2015. Nessa reunião foram discutidos os critérios e a metodologia para a análise do Regimento Interno, bem como a condução e execução dos trabalhos. Ainda, ressaltou-se a necessidade de todos os membros e respectivas assessorias receberem o equívoco do Regimento Interno a ser discutido nas reuniões.

A terceira reunião da Comissão Especial foi realizada em 24 de março de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 839, de 07 de abril de 2015. Nessa reunião foi de destaque mais uma vez os principais objetivos da Comissão. Após, foi realizada a discussão dos artigos 230 ao 247, sendo que ao final foi acolhida a sugestão da Diretoria Legislativa de apresentação da PEC para sanar questões constitucionais, solicitando que a Diretoria Legislativa encaminhe aos Membros da Comissão cópias dos julgados do STF sobre o tema discutido. Ainda foi solicitado que as propostas de alterações referentes aos artigos 233, 235 e 237, que dispõem sobre projetos orçamentários, bem como as demais sugestões sejam encaminhadas à Comissão para inclusão na pauta da sessão seguinte.

Em seis de abril de dois mil e quinze, em Sessão Plenária Ordinária, foi protocolizado sob nº 1573/2015 requerimento de autoria do Dep. Pedro Lupion (DEM), Presidente da Comissão, requerendo a ampliação do objeto da Comissão para Análise e Reforma das Regras do Regimento Interno acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa, oportunidade em que foi lido e aprovado na Sessão do mesmo dia.

Após, foi realizada a quarta reunião ordinária da Comissão Especial em 07 de abril de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 846, de 16 de abril de 2015. Nessa reunião foram discutidos as novas redações dadas aos artigos 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 37, 1, 17, 30, que foram aprovadas. Nesta oportunidade o Sr. Presidente ainda comunicou a todos os membros da Comissão acerca a apresentação do requerimento supra mencionado requerendo a ampliação do objeto da Comissão.

A quinta reunião ordinária da Comissão Especial foi realizada em 14 de abril de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 858, de 08 de maio de 2015. Nessa oportunidade, nessa reunião foram discutidas e aprovadas a nova redação ao art. 36 e seus respectivos parágrafos, bem como a nova redação dos artigos 61 e 62 do Regimento Interno, versando respectivamente sobre a Competência e outras disposições referentes à Comissão de Constituição e Justiça, e Constituição e funcionamento das Comissões Especiais e a Constituição e outras disposições acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A sexta reunião da Comissão Especial em vinte e sete de maio de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 868, de 06 de junho de 2015. Nessa oportunidade, nessa reunião foi discutida a nova redação dos artigos 71, 103, 110, 117, 125, 52º do artigo 139, 146, 59º do artigo 147, 160 e 174, sendo todas devidamente aprovadas.

A sétima reunião ordinária da Comissão Especial foi realizada em 10 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade, nessa reunião foi discutida e aprovada a nova redação do art. 265 do Regimento Interno, bem como rejeitadas outras propostas apresentadas. Ainda, foi informado pelo Sr. Presidente que solicitou um estudo à Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Legislativa com o intuito de viabilizar uma proposta de alteração do trâmite dos Projetos na Casa e passando pelo crivo da CCJ somente ao final.

A oitava reunião ordinária da Comissão Especial foi realizada em 24 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 908, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade, nessa reunião foi analisada a proposta apresentada pela Diretoria de Assistência ao Plenário em relação a inversão do rito processual legislativo, passando a CCJ como comissão final. Após os debates dos Senhores membros, contando inclusive com a participação do Deputado Nelson Justus, atual presidente da Comissão da Constituição e Justiça, a proposta foi REJEITADA pela maioria, mantendo-se a forma original. Ainda, foi discutida a nova redação dos artigos 211 e 261, sendo ambas aprovadas.

A nona reunião ordinária da Comissão Especial foi realizada em 30 de junho de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da



Assembleia nº 898, de 06 de julho de 2015. Nessa oportunidade foi discutida a regulamentação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, oportunidade em que foi decidido pela apresentação de um Regulamento próprio ao Conselho de Ética, na forma do art. 290 do Regimento, utilizando-se para tanto a proposta apresentada pelo Sr. Relator, que será submetida a análise da Comissão na reunião seguinte.

A décima reunião ordinária da Comissão Especial foi realizada em 06 de julho de 2015, cuja ata será regularmente publicada no Diário Oficial da Assembleia. Nessa oportunidade foi discutida e aprovada proposta de Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Após, foram encerrados os trabalhos e aprovado este Relatório Final da Comissão Especial.

#### CONCLUSÕES

Finalizado o trabalho da Comissão Especial destinada a analisar propostas de reformas no Regimento Interno, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Relatório Final acompanhado dos Projetos de Resolução (anexados), sendo um referente ao Regimento Interno e o outro ao Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

E, conforme determina o Regimento Interno, seguem (anexados) todas as Atas das reuniões e suas respectivas publicações no Diário Oficial da Assembleia.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2015.

Deputado PEDRO LUPION  
PRESIDENTE

Deputado FRL EDSON PRACZYK  
RELATOR

Deputada MARIA VICTÓRIA  
VICE-PRESIDENTE

Deputado FERNANDO  
SCANAVACA  
MEMBRO

Deputado EVANDRO JUNIOR  
MEMBRO

Deputado NEREU MOURA  
MEMBRO

Deputado CHICO BRASILEIRO  
MEMBRO

Deputada CLAUDIA PEREIRA  
MEMBRO

Deputado MISSIONÁRIO RICARDO  
ARRUDA  
MEMBRO

Deputado TADEU VENEZI  
MEMBRO

Deputado TIÃO MEDEROS  
MEMBRO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2015

Instituição do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adoção de outras providências.

Art. 1º Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constante no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

Curitiba, 06 de julho de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Seção I

##### I. Sede

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede no Município de Curitiba, está instalada no Palácio Dezenove de Dezembro, integrante do Centro Legislativo Aníbal Kury.

Parágrafo Único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembleia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa Executiva, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso, no âmbito do território estadual.

##### Seção II

##### II. Sessões Legislativas

Art. 2º A Assembleia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinárias, quando as mesmas forem convocadas.

¶ Constituição Estadual - art. 61

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o Inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho enquanto não for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º Convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização dessas sessões.

¶ Constituição Estadual - § 5º do art. 61

##### Seção III

##### III. Sessões Preparatórias

##### Subseção I

##### Posse

Art. 3º O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou através de seu partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º O nome parlamentar, salvo, a juízo do Presidente, quando houver necessidade para evitar confusões, será composto de dois elementos:

I - um prenome e o nome;

II - dois nomes; ou

III - dois prenomes.

§ 2º Caberá à 1ª Secretária organizar a relação dos Deputados diplomados em ordem alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas



legendas partidárias, devendo estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

Art. 4º O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura, declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controladas.

Art. 6º No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, às 15h00, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado em sessão preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

II Constituição Estadual - art. 61

§ 1º Presidirá a Sessão Preparatória o último Presidente da Assembleia Legislativa, se reeleito Deputado, ou, em sua ausência, o Deputado mais idoso dentre aqueles com o maior número de legislaturas.

§ 2º Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o § 2º do art. 3º deste Regimento.

Art. 6º A Mesa da sessão preparatória declarará instalada a legislatura e, com a relação nominal de Deputados, tomará o compromisso solene destes, obedecendo as seguintes formalidades:

I - de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

*Prometo manter, defender, cumprir a Constituição do Brasil e Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promovendo o bem do meu Estado.*

II - ato contínuo, será feita a chamada pelo Presidente e cada Deputado, em pé, ratificará o compromisso dizendo "assim o prometo" e assinará o termo de posse.

Parágrafo único. O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados.

Art. 7º O Presidente fará publicar no Diário Oficial a relação de Deputados constante no § 2º do art. 3º deste Regimento para o registro do comparecimento, verificação do quórum necessário à abertura da sessão, à composição das Comissões e às votações.

Parágrafo único. Havendo modificações posteriores, a relação de Deputados deverá ser atualizada e republicada.

Art. 8º O Deputado deve ser empossado pessoalmente, sendo vedada a posse mediante:

I - apresentação de declaração oral ou escrita; ou

II - procurador.

Art. 9º Quando algum Deputado tomar posse, suceder ou substituir outro em sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, o Presidente nomeará Comissão para recebê-lo e acompanhá-lo até a Mesa quando, antes de empossá-lo, tomar-lhe-á compromisso regimental, seguido da assinatura do termo de posse.

§ 1º Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse descrita no caput deste artigo dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogável por igual tempo a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar, por convocação do Presidente.

§ 2º Durante o recesso da Assembleia Legislativa a posse será perante o Presidente, com o compromisso regimental e a assinatura do termo de posse.

§ 3º Tendo prestado o compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

## Subseção II Eleição da Mesa

Art. 10. A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa, às 15h do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior e nos termos do § 1º do art. 6º deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

□ Ato da Comissão Executiva nº 1.262/2012

§ 2º A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 3º Depois de proclamar os eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finalizada sua incumbência.

□ Constituição Estadual - art. 64

Art. 11. Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares formados até o dia da posse, no início de cada legislatura.

Art. 12. A partir do dia 10 de outubro do segundo ano de cada legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa, após ouvir o Colégio de Líderes, designará, com antecedência mínima de cinco dias, o dia e a hora para que se proceda, sob coordenação da Comissão Executiva, à eleição da Mesa Diretora para as 3ª e 4ª sessões legislativas da mesma legislatura.

Parágrafo único. O prazo para inscrição de chapas para a composição da Mesa é de dois dias contados da convocação de que trata o caput deste artigo.

Art. 13. A eleição dos membros da Mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o painel eletrônico de votação, exigida a maioria absoluta de votos.

§ 1º Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado com as duas chapas mais votadas, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

§ 2º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e, se ainda assim persistir o empate, a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

Art. 14. Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, o preenchimento do mesmo será da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente;

III - no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; o

IV - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que tratam os incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco sessões ordinárias, a contar da data

da vacância, observado no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

#### Seção IV

##### IV. Bancadas e Blocos Parlamentares e Temáticos

Art. 15. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir blocos parlamentares, sob liderança comum.

§ 2º O bloco parlamentar terá o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º As lideranças dos partidos que formarem bloco parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º Não será admitida a formação de bloco parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do número mínimo fixado no § 4º deste artigo, extingue-se o bloco parlamentar.

§ 6º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 7º O requerimento de requisição de liderança partidária ou bloco parlamentar integrado por partido novo deve vir acompanhado de certidão da Justiça Eleitoral atestando o registro e regular funcionamento do novo partido.

Art. 16. A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

§ 1º No caso de renúncia ou de cassação de mandato de parlamentar que importar para o bloco a perda do número mínimo de funcionamento, os Deputados remanescentes têm até trinta dias, contados da renúncia ou da data da cassação do mandato, para se reorganizar em novo bloco.

§ 2º Decorrendo o prazo mencionado no § 1º deste artigo sem que os parlamentares ingressem em novo bloco, só poderão fazê-lo na sessão legislativa seguinte.

§ 3º A agremiação integrante de bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Art. 17. Autoriza a criação de até três blocos parlamentares temáticos destinados a tratar de assuntos de interesse da sociedade paranaense, que não sejam objeto das atribuições das Comissões Permanentes.

#### Seção V

##### V. Líderes

Art. 18. Os Deputados poderão ser agrupados por representações partidárias ou blocos parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º A escolha de líder e vice-líderes será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação do bloco parlamentar, em documento assinado pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º O partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a sua posição quando da votação de proposições, ou fazer uso da palavra uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 19. O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se o período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão apenas sobre a matéria em debate e votação;

II - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por vice-líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III - participar, pessoalmente ou por vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.

Parágrafo único. Cada líder de bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

Art. 20. O Governador do Estado e os Deputados pertencentes à bancada da oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do art. 19 deste Regimento.

Parágrafo único. No horário das lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos improrrogáveis.

#### Subseção I

##### Colégio de Líderes

Art. 21. O Colégio de Líderes é um órgão deliberativo, integrado por todas as lideranças de partidos e blocos parlamentares, além da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição.

Art. 22. O Colégio de Líderes será convocado pelo Presidente quinzenalmente para discutir matérias em tramitação na Assembleia e as suas decisões conjuntas deverão ser lavradas em ata.

§ 1º Os líderes ficam encarregados de distribuir aos respectivos liderados cópia da ata contendo as decisões conjuntas do Colégio de Líderes e da Presidência.

§ 2º A maioria dos líderes pode dispensar a realização da reunião ou convocá-la em casos extraordinários, caso o Presidente não o faça.

§ 3º As decisões do Colégio de Líderes serão tomadas por maioria.

## CAPÍTULO II ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA

#### Seção I

##### VI. Mesa

Art. 23. A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembleia Legislativa é composta de:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente;

IV - 3º Vice-Presidente;



V - 1º Secretário;

VI - 2º Secretário;

VII - 3º Secretário;

VIII - 4º Secretário; e

IX - 5º Secretário.

§ 1º Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º Durante a sessão, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica, quando ausentes os Vice-Presidentes.

§ 3º A convite do Presidente, verificada a ausência dos titulares, qualquer Deputado poderá assumir as funções de Secretário.

§ 4º Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a cinco sessões ordinárias consecutivas sem causa justificada.

Art. 24. As Mesas eleitas para as primeira e terceira sessões legislativas servirão também nas extraordinárias e em todas as promovações.

Parágrafo único. As funções dos membros da Mesa da Assembleia somente cessarão:

I - ao findar a legislatura, no início das sessões preparatórias da legislatura seguinte;

II - nos demais atos da legislatura, com uma nova eleição e posse da Mesa.

Art. 25. Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Temporária.

Art. 26. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - dirigir os trabalhos legislativos;

II - administrar a Assembleia Legislativa;

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - apresentar à Assembleia, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório;

V - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecer as instituições democráticas;

VI - iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos dispostos nos Incisos I, II e IV do art. 55 da Constituição Federal e

do art. 59 da Constituição Estadual;

VII - declarar perda de mandato de Deputado Estadual nas situações aludidas nos Incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição Federal, observando o disposto no § 3º desse mesmo artigo bem como os termos constantes do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

VIII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma do § 3º do art. 53 da Constituição Federal;

IX - emitir parecer e expedir resolução da Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

X - propor ação de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

XI - conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembleia, tomando-os cogentes para a administração;

XII - expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências;

XIII - expedir resolução da Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIV - decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembleia;

XV - aprovar a proposta orçamentária da Assembleia;

XVI - requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVII - fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVIII - estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa;

XIX - administrar e aporrear a polícia e serviços de segurança da Assembleia;

XX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XXI - promulgar emendas à Constituição;

XXII - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXIII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

#### Subseção I Presidente

Art. 27. O Presidente é o representante da Assembleia quando esta houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, em conformidade com este Regimento.

Art. 28. São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento:

I - dirigir e representar a Assembleia;

II - presidir as sessões plenárias da Assembleia;

III - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

IV - fazer ler, quando necessário, o expediente pelo 1º Secretário,

incluindo as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

V - conceder a palavra aos Deputados nos termos deste Regimento;

VI - dar posse aos Deputados;

VII - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VIII - interromper o orador que se desviar da questão, falar com a consideração aos poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

IX - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

X - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

XI - submeter à discussão e à votação a matéria assim destinada;

XII - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XIII - anunciar o resultado da votação;

XIV - nomear, por autorização da Assembleia, Comissões Externas;

XV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XVI - promover e regular a publicação dos debates, de todos os trabalhos e atos da Assembleia, bem como das proposições promulgadas;

XVII - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVIII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XX - informar à Assembleia qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XXI - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XXII - levantar a sessão;

XXIII - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembleia;

XXIV - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral, ao Tribunal de Contas e às Assembleias de outros Estados;

XXV - convocar sessões extraordinárias;

XXVI - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos em conjunto com o primeiro e segundo secretários;

XXVII - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVIII - promulgar leis, resoluções, decretos e emendas à Constituição;

XXIX - resolver todas as questões de ordem que ocorram durante as sessões;

XXX - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXXI - zelar pelo prestígio da Assembleia e dignidade de seus membros

em todo o território do Estado;

XXXII - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os líderes e os Presidentes das Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXIII - nomear os membros titulares e suplentes das Comissões, mediante indicação por escrito dos líderes ou independentemente desta, ao expirado o prazo fixado para esse fim;

XXXIV - declarar a perda de lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXV - assegurar os meios e condições necessários ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXVI - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 29. O Presidente da Assembleia votará nas sessões plenárias somente nos casos de empate ou de votação secreta.

Parágrafo único. Para votação secreta ou para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira ao seu substituto. -

Art. 30. Sempre que o Presidente não se achar no recinto na hora regimental do início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente irá substituí-lo no desempenho de suas funções, observando-se a ordem do art. 23 e parágrafos deste Regimento, cedendo-lhe o lugar logo que estiver presente.

Parágrafo único. Quando o Presidente faltar que deixar sua cadeira durante a sessão proceder-se-á da mesma forma.

#### Subseção II Secretários

Art. 31. São atribuições do 1º Secretário:

I - fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no expediente;

III - despachar toda a matéria do expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembleia, exceto aquela constante do inciso XXIII do art. 28 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memorias dirigidos à Assembleia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa para apresentá-las oportunamente;

VII - assinar, depois do Presidente, os atos das sessões, os atos da Comissão Executiva bem como todas as resoluções da Assembleia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação, caso o painel eletrônico fique inoperante;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar a entrega dos exemplares da Ordem do Dia aos Deputados, antes do início da sessão plenária;

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembleia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - expedir as certidões e entregar os documentos que estiverem na

Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XII - apresentar emendas aos projetos recebidos, quando for o caso;

XV - dar posse ao Diretor-Geral da Assembleia Legislativa.

Art. 32. São atribuições do 2º Secretário:

I - fiscalizar a redação das atas e fazer a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as atas e os Atos da Comissão Executiva;

III - auxiliar o 1º Secretário a expedir a correspondência oficial da Assembleia;

IV - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos;

V - manter atualizado o registro do patrimônio da Assembleia, encaminhando à Presidência e à 1ª Secretaria relatório anual sobre a situação dos bens registrados.

## Seção II VII. Comissões

### Subseção I Disposições Gerais

Art. 33. As Comissões da Assembleia Legislativa são:

I - Permanentes: as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-participes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - Temporárias: as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou expirado seu prazo.

□ Constituição Estadual - art. 62

Art. 34. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares que participem da Casa na data da posse dos Senhores Deputados.

□ Constituição Estadual - § 1º do art. 62

Art. 35. As Comissões Permanentes serão organizadas no início da primeira e da terceira sessões legislativas, dentro de quinze dias, compondo-se dos membros indicados pelos líderes de partidos ou de blocos parlamentares.

§ 1º As Comissões Permanentes serão compostas por sete membros cada uma, salvo a Comissão Executiva, que será integrada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e a Comissão de Constituição e Justiça, que será composta de treze membros.

§ 2º As Comissões Permanentes terão um Presidente e um Vice-Presidente, salvo a Comissão Executiva que terá três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares.

§ 3º Na composição das Comissões Permanentes, observado o disposto no art. 34 deste Regimento, será considerado o quociente apurado no início da legislatura obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

a) apure-se o resultado da divisão do número de Deputados constantes da relação de que trata o § 2º do art. 3º deste Regimento, pelo número de membros de cada Comissão;

b) divida-se o número de Deputados de cada partido ou bloco parlamentar

pelo resultado obtido na divisão indicada na alínea "a" deste artigo, resultando no número vagas para os membros de cada partido ou bloco parlamentar nas Comissões.

§ 4º Ocorrendo vaga nas Comissões após a distribuição obtida com os cálculos do § 3º deste artigo, a mesma será preenchida por Deputado do partido ou bloco parlamentar ainda não representado.

§ 5º No preenchimento de vaga remanescente de que trata o § 4º deste artigo, será considerado o número de Deputados integrantes de cada partido ou bloco parlamentar em ordem decrescente das bancadas e, havendo partidos ou blocos parlamentares com igual número de Deputados, a escolha será por sorteio.

§ 6º Cada partido ou bloco parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 36. Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão.

### Subseção II

#### Comissões Permanentes e sua Competência

Art. 37. As Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividades são as seguintes:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Tomada de Contas;

VI - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VIII - Comissão de Educação;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais;

XIV - Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda;

XV - Comissão do Turismo;

XVI - Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais;

XVII - Comissão da Defesa do Consumidor;

XVIII - Comissão de Assuntos Metropolitanos;

XIX - Comissão de Cultura;

XX - Comissão de Esportes;

XXI - Comissão de Ciência e Tecnologia;



XXII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;

XXIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso;

XXIV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude;

XXVI - Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.

Art. 38. Considerados os respectivos campos temáticos ou áreas de atividades, as Comissões Permanentes têm as seguintes atribuições:

I - iniciar o processo legislativo nos casos permitidos pela Constituição;

II - analisar as proposições que lhe forem distribuídas, ocasião em que poderão:

a) opinar pela aprovação;

b) opinar pela rejeição total ou parcial;

c) apresentar emendas, subemendas ou projetos delas decorrentes;

d) requerer sua anexação a projetos similares;

e) promover diligências;

f) solicitar o seu arquivamento;

III - realizar audiências públicas na Capital ou no interior do Estado, bem como promover estudos e seminários;

IV - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado e demais órgãos de administração direta, indireta e parastatal, solicitando relatórios sobre as respectivas atividades, dando ciência ao Plenário;

V - encaminhar à Mesa:

a) a convocação de Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;

b) os pedidos de informação dirigidos a Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;

c) solicitações de convites dirigidos às autoridades de outras esferas de poderes;

VI - conceder audiências para que autoridades possam expor assuntos, projetos, bem como apresentar esclarecimentos sobre a respectiva atuação, incluindo a solicitação de informações complementares necessárias à discussão de matérias que estejam sujeitas a sua deliberação, não implicando a diligência em dilação de prazos;

VII - receber e processar pedidos de informações, reclamações, representações ou queixas formuladas em face de atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

VIII - convocar qualquer cidadão para prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos de sua competência;

IX - apreciar e fiscalizar programas de obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento, emitindo pareceres e requerendo diligências;

X - determinar ao Tribunal de Contas do Estado que promova diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, nos mesmos termos, no âmbito da administração direta e indireta, incluídas fundações, sociedades e entes parastatais de cooperação instituídos e mantidos pelo Poder Público Estadual;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta e parastatal, exercendo, também, no que couber, o acompanhamento da execução orçamentária e precedendo a fiscalização contábil, financeira e patrimonial;

XII - apreciar todo e qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, no seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando a proposição do respectivo decreto legislativo.

§ 1º Na elaboração de seus pareceres, as Comissões deverão observar os aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais e, principalmente, o mérito e oportunidade das proposições sob a ótica do interesse público e da melhoria da qualidade dos resultados legislativos.

§ 2º A convocação e os pedidos de informação de que trata o inciso V deste artigo deverão ser aprovados pela maioria simples do Plenário.

§ 3º As atribuições contidas nos incisos V e VII do caput deste artigo não excluem a iniciativa concorrente de Deputados cujos requerimentos deverão ser aprovados pela maioria do Plenário.

§ 4º As atribuições e competências das quais trata este artigo se aplicam, no que couber, às Comissões Especiais.

§ 5º As Comissões Permanentes e os blocos temáticos em funcionamento deverão apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa relatório semestral de suas atividades.

Art. 39. Cabe à Comissão Executiva:

I - opinar sobre modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, de sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar todos os tipos de licitações;

VI - autorizar despesas, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, emitir parecer sobre projetos a eles relativos e determinar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regimento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;

XIII - formalizar, através de ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI deste artigo e outros pertinentes à administração interna da Assembleia Legislativa.

Art. 40. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições;

II – emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de emendas à Constituição;

III – propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

IV – manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado nos termos deste Regimento;

V – manifestar-se sobre a autorização para instauração de processo para apuração de infração penal comum contra o Governador do Estado, nos termos do § 1º do art. 264 deste Regimento;

VI – manifestar-se sobre a denúncia por crime de responsabilidade oferecida contra:

a) o Governador do Estado;

b) o Vice-Governador do Estado;

c) Secretários de Estado;

d) o Procurador-Geral de Justiça;

e) o Procurador-Geral do Estado; e

f) o Defensor-Geral da Defensoria Pública;

VII – manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;

b) transferência temporária da sede do Governo;

c) organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;

d) intervenção nos municípios;

e) organização e divisão judiciária;

f) alterações de códigos;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis;

h) concessão de títulos de cidadania;

VIII – decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões.

§ 1º Na análise do caráter estrutural das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça deverá considerar o disposto na legislação sobre técnica legislativa e, reservadas as proposições de que tratam as alíneas do inciso V do caput deste artigo, não poderá proceder emendas que alterem ou disponham sobre o mérito da proposição.

§ 2º Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça concluir que a proposição não atende aos termos da legislação referida no § 1º deste artigo, poderá diligenciar junto ao autor, para que este, sob pena de arquivamento, proceda à adequação necessária.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o autor terá prazo de quinze dias, contado de sua notificação, para promover a adequação, sob pena de arquivamento da proposição.

§ 4º Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituir projetos separados.

§ 5º Decorridos os prazos regimentais, quando a Comissão de Constituição e Justiça opinar pela inconstitucionalidade de uma proposição, esta deverá ser encaminhada à Diretoria Legislativa para proceder ao arquivamento e dar ciência ao autor.

§ 6º A votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça terá caráter conclusivo.

§ 7º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de cinco dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, apresentar pedido fundamentado de reconsideração, o qual, após atestada a tempestividade, será distribuído a novo relator.

§ 8º Quando a proposição for declarada inconstitucional por deliberação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de reconsideração ficará condicionado ao apoio de um quarto dos Deputados da Assembleia.

§ 9º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não reconsidere o seu posicionamento, o autor poderá formular recurso ao Plenário apenas para a análise da constitucionalidade e da legalidade da matéria, devendo obter o apoio de pelo menos 1/3 (um terço) dos parlamentares da Casa, dentre os quais não poderão constar os membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação.

§ 10. O prazo para a apresentação do recurso descrito no § 9º deste artigo será de dez dias, contados da data da publicação da ata da sessão na qual o pedido de reconsideração foi apreciado.

§ 11. Não serão conhecidos pelo Presidente da Comissão os pedidos de reconsideração e recursos que não atendam às exigências regimentais quanto ao prazo de interposição, apoio de um terço dos membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação.

§ 12. Em sendo acolhido o pedido de reconsideração ou o recurso ao Plenário, a proposição prosseguirá em seu trâmite regimental.

§ 13. Inexistindo pedido de reconsideração ou recurso ou estes não tendo sido acolhidos, a proposição será tida como definitivamente rejeitada, efetivando-se o seu arquivamento.

§ 14. As disposições relativas aos pedidos de reconsideração e recurso ao Plenário de que tratam os §§ 7º a 9º deste artigo não se aplicam às proposições de emendas declaradas inconstitucionais.

§ 15. O autor da emenda que tenha sido declarada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se este for rejeitado, a emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão.

§ 16. Em caso de tramitação de projeto em regime de urgência, serão observados os procedimentos e prazos estipulados no art. 215 e seguintes deste Regimento.

Art. 41. Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se sobre:

I - proposições que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, inclusive as de outras Comissões;

II - atividades financeiras do Estado;

III - matéria tributária;

IV - empréstimos públicos; e

V - matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Art. 42. Compete à Comissão de Orçamento:

I - manifestar-se sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais;

II - Constituição Estadual - art. 134

III - verificar o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade

Fiscal e

III - auxiliar as demais Comissões Permanentes nas atividades de fiscalização da execução das leis orçamentárias e créditos adicionais, fornecendo os dados orçamentários e, se necessário, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Na hipótese de o Poder Executivo não apresentar as proposições de orçamento de que trata o inciso I deste artigo, será considerada como proposta a lei de orçamento vigente, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 43. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas;

II - julgar as contas do Governador;

III - proceder à tomada das contas do Governador, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

IV - fiscalizar as entidades da administração indireta;

V - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

Art. 44. Compete à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação, insumos e desenvolvimento rural.

Art. 45. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos, trânsito e transporte e sobre comunicação em geral.

Art. 46. Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e à instrução pública ou particular.

Art. 47. Compete à Comissão de Segurança Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como àquelas referentes à ordem e à segurança pública.

Art. 48. Compete à Comissão de Saúde Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

Art. 49. Compete à Comissão de Redação, observadas as exceções regimentais, a elaboração da redação final das proposições.

Art. 50. Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, que disponham sobre a conservação da natureza e que busquem evitar a depredação dos recursos naturais.

Art. 51. Compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8.356, de 5 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto no § 2º do art. 1º da referida Lei ou de constatação de irregularidades nos processos licitatórios;

III - fiscalizar os aspectos relacionados aos critérios de distribuição de verbas estaduais aos municípios;

IV - fiscalizar os convênios firmados entre o Estado e os municípios e os

despêndos decorrentes de verbas oriundas dos mesmos;

V - manifestar-se sobre proposições que objetivem criação, fusão, desmembramento de municípios e intervenção nestas;

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas e às microrregiões, promovendo a integração das políticas dos municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o § 1º deste artigo não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exere pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º deste artigo, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua suspensão, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial nas unidades administrativas dos Três Poderes e da administração direta ou indireta incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do art. 74 e inciso IV do art. 75 da Constituição Estadual.

Art. 52. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e ao comércio.

Art. 53. Compete à Comissão do Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Art. 54. Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Art. 55. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação de seus direitos.

Art. 56. Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Art. 57. Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Art. 58. Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades desportivas.

Art. 59. Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior manifestar-se em proposições que:

I - objetivem a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico;

II - proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, absorção, sistematização, aplicação e transferência de conhecimentos científico e tecnológicos;

III - visem ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Estado, incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.



**Art. 60.** Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

**Art. 61.** Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos;

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos;

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos, incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

**Art. 62.** Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual na elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres;

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina;

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

**Art. 63.** Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual na elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude;

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

**Art. 64.** Compete à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à criação, atualização, compilação, compatibilização ou consolidação normativa, sob o aspecto jurídico e social, a fim de harmonizar e desburocratizar a aplicabilidade e funcionalidade legislativa estadual;

II - analisar medidas que visem atender aos preceitos enunciados no inciso I deste artigo, inclusive mediante acordos e cooperação com poderes e entidades;

III - fiscalizar a eficácia, aplicabilidade e funcionalidade das leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como das atos normativos promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob o aspecto técnico, social e econômico, com vistas a sugerir sua revogação, adequação ou manutenção, inclusive mediante expedição e recomendações e requerimentos de informações aos órgãos competentes;

IV - atender às demandas apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Membros ou Órgãos, outros Poderes Constitucionais, sociedade civil organizada e população em geral, por meio de requerimento enviado à Mesa Executiva, à Ouvidoria da Casa ou à própria Comissão.

## Subseção III

### Comissões Temporárias

**Art. 65.** As Comissões Temporárias são:

I - Especial;

II - Parlamentares de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo sete e no máximo onze membros.

§ 2º O Presidente solicitará a indicação dos membros das Comissões Temporárias no prazo de três sessões, contado do protocolo do Requerimento em Plenário.

§ 3º Os membros das Comissões Temporárias serão designados pelo Presidente por indicação dos líderes, ou independente dela se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 4º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os partidos ou blocos parlamentares possam ser representados.

§ 5º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 6º Nenhum Deputado poderá ocupar, simultaneamente, o cargo de Presidente em mais de uma Comissão Temporária.

**Art. 66.** As Comissões Especiais serão constituídas por requerimento assinado por ¼ (um quarto) do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado, mediante deliberação do Plenário, com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

§ 1º As Comissões Especiais serão criadas para examinar e dar parecer sobre as seguintes espécies de proposições:

I - propostas de emenda à Constituição;

II - projetos de código;

III - projeto de revisão do Regimento Interno;

IV - indicação do Conselheiro do Tribunal de Contas.

§ 2º Algumas Comissões Especiais serão destinadas a oferecer estudos sobre determinado assunto e apresentar proposição correlata.

**Art. 67.** As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por requerimento assinado por 1/3 (um terço) do número total de Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Satisfeitos os requisitos regimentais, o Presidente determinará a publicação do requerimento ou a devolução ao autor para retificação, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembleia, salvo mediante projeto de resolução apoiado por 1/3 (um terço) dos Parlamentares e aprovado.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º Na ata de instalação e eleição do Presidente e relator constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 68. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembleia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários do Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembleia, da realização de diligências ou de outras tarefas necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do Inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valerão-se, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 69. As Comissões Permanentes e as Especiais poderão se reunir fora do Poder Legislativo e se deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão, por maioria absoluta de seus membros, desde que solicitada, fundamentada e autorizada pela totalidade de seus membros.

Art. 70. As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando as atividades propostas acarretarem despesas para a Casa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, em missão no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembleia nos atos a que tenha sido convidada ou designada.

Art. 71. Ao término dos trabalhos, a Comissão Temporária apresentará à Presidência da Casa, em Plenário, no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento, relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de cinco sessões, contado do seu recebimento, faça-o publicar no Diário Oficial e o encaminhar:

I - ao Plenário, para discussão e votação dentro de cinco sessões contadas do recebimento do relatório pela Presidência e, conforme o caso, apresentação de proposta de emenda constitucional, projeto de resolução, projeto de lei ou decreto legislativo, os quais, cumpridos

os prazos regimentais para emissão de parecer pelas Comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

II - ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV - ao Poder Executivo para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso IV deste artigo;

VI - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º Os prazos previstos no caput deste artigo não fluem durante o recesso parlamentar.

§ 2º Na discussão e votação prevista no inciso I deste artigo, os encaminhamentos sugeridos na conclusão do relatório poderão ser emendados.

§ 3º A Comissão Temporária deverá apresentar o relatório final em até trinta dias após expirado o prazo de seu funcionamento.

§ 4º Os relatórios das Comissões Temporárias devem ser apresentados conjuntamente com os documentos de instrução do processo.

§ 5º A Comissão Temporária que não comprovar funcionamento será declarada extinta mediante comunicação ao Plenário, por provocação de qualquer Deputado.

§ 6º A Comissão Temporária declarada extinta na forma do § 5º deste artigo ou que não apresentar relatório final será notificada pela Mesa para ressarcir as despesas solicitadas em razão das respectivas atividades.

#### Subseção IV Presidência das Comissões

Art. 72. Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da designação de seus membros, o Presidente da Assembleia convocará os mesmos, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembleia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembleia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º O Presidente será, nos seus impedimentos ou faltas, substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e, na ausência destes, pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á eleição para a escolha do sucessor, salvo se faltar menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no § 1º deste artigo.

§ 3º Em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa, realizando-se nova eleição para o preenchimento do mesmo.

§ 4º O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

Art. 73. Cabe ao Presidente da Comissão:

I - após submeter à discussão e votação, determinar a publicação das atas das reuniões no Diário Oficial no prazo de cinco dias úteis;

II - convocar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e presidir as reuniões da Comissão e nela manter a ordem e a solenidade necessárias;

III - resolver, de acordo com o Regimento Interno, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

IV - designar relatores e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer ou, na falta destes, advocá-la;

V - conceder a palavra aos membros da Comissão, aos líderes e aos Deputados que a solicitarem;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre o vencido e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;

VIII - submeter o voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições nos termos deste Regimento Interno;

X - solicitar ao Presidente da Assembleia a declaração de vocância na Comissão ou a designação de substituto a membro faltoso, na forma deste Regimento;

XI - representar a Comissão nas suas relações com a Mesa, com as outras Comissões, com os líderes ou externas à Casa;

XII - votar, no caso de empate da votação;

XIII - solicitar a proposição para relatar antes de sua distribuição, desde que devidamente fundamentado o interesse na relatoria.

Parágrafo Único. Já havendo relator designado, o presidente poderá avocar ou designar novo se, esgotado o prazo do art. 75 deste Regimento, não tiver sido apresentado parecer.

#### Subseção V Pareceres

Art. 74. Parecer é o pronunciamento das Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais documentos sujeitos à sua deliberação.

§ 2º Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportam e terminarão por conclusões sintéticas.

Art. 75. O membro da Comissão designado relator terá o prazo de sete dias para apresentação do seu parecer escrito.

§ 1º Expirado o prazo para apresentação de parecer, o relator poderá requerer ao Presidente da Comissão a prorrogação até a sessão seguinte.

§ 2º Logo após o parecer do relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado, poderá encaminhar emenda ao projeto.

§ 3º Recebida a emenda, o relator emitirá seu parecer de imediato ou solicitará prazo até a sessão seguinte.

§ 4º As emendas e os pareceres serão colocados em discussão e votação, observando-se a seguinte ordem para usar da palavra para o encaminhamento da discussão, facultando-se ao Presidente da Comissão encerrar a discussão após falarem cinco Deputados:

I - o autor do projeto, por cinco minutos;

II - os membros da Comissão, por cinco minutos;

III - os Deputados não membros da Comissão, por três minutos.

§ 5º O membro da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou que discordar do parecer do relator poderá emitir voto em separado por escrito ou solicitar a concessão de vista da proposição pelo prazo improrrogável de três dias.

§ 6º Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, o prazo será comum aos solicitantes.

§ 7º Encerrada a discussão, serão votados o parecer e as emendas que, aprovadas, serão assinadas pelos membros presentes.

§ 8º Se o parecer do relator não for aprovado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator para emitir parecer a ser submetido na sessão seguinte.

§ 9º Havendo voto em separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do relator, será o voto divergente submetido à votação e, se aprovado pela maioria, será adotado como parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no § 10 deste artigo.

§ 10. Esgotado o prazo destinado ao relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em regime de urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 11. Na contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis - os "pelas conclusões" e os "com ressalvas";

II - contrários - os "vencidos".

§ 12. Sempre que adotar parecer com ressalva, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência, caso contrário o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 13. Integrarão o parecer as emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 14. Concluída a apreciação pelas Comissões, a proposição com os respectivos pareceres será remetida à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia no prazo de até cinco sessões ordinárias.

§ 15. O projeto votado na forma do § 17 deste artigo será submetido ao Plenário, mediante recurso do autor, na forma deste Regimento.

§ 16. A Comissão poderá dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 17. Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituir projetos separados.

§ 18. Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

Art. 76. Aos projetos de lei em regime de urgência não serão aplicadas as disposições constantes no art. 75, devendo ser observado, em tais casos, o procedimento previsto no art. 215 e seguintes, todos deste Regimento.

#### Subseção VI Vagas e Impedimentos

Art. 77. Será declarado vago o cargo na Comissão em caso de:



I - cassação do mandato legislativo;

II - renúncia;

III - opção;

IV - perda do lugar;

V - licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º A renúncia de qualquer membro da Comissão será irrevogável.

§ 2º Considera-se perda do lugar:

I - O não comparecimento a três reuniões ordinárias consecutivas;

II - A saída do partido pelo qual o Deputado foi indicado.

§ 3º O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão, com a perda do lugar, em razão do Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo líder do partido ou do bloco parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.

§ 5º O Presidente da Assembleia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com a indicação do líder do partido ou bloco parlamentar a que pertencer o substituído.

§ 6º Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo ou por falta de comparecimento sem causa justificada e devidamente comunicada, por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o art. 14 deste Regimento.

Art. 78. O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão, que convocará o suplente.

§ 1º O suplente convocado poderá votar as matérias constantes da pauta da reunião, podendo relatar matéria para a qual o membro efetivo fora designado relator.

§ 2º Na mesma reunião não poderá haver alternância entre membro efetivo e o respectivo suplente.

§ 3º Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às reuniões.

§ 4º Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator.

§ 5º Não poderá o autor de proposição ser dela o relator, ainda que substituído.

§ 6º O Presidente da Comissão não poderá desempatar votação quando se tratar de matéria da qual seja autor ou relator, cabendo o desempate ao Vice-Presidente ou ao membro mais idoso, dentre aqueles de maior número de legislaturas.

#### Subseção VII Reuniões

Art. 79. As Comissões reunir-se-ão em dias e horas prefixados.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária,

o seu horário poderá coincidir com horário de sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Legislativa.

§ 2º O Presidente da Comissão fará publicar no site oficial da Assembleia as convocações de reunião com designação do local e da hora em que se realizará, bem como a pauta.

Art. 80. As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 81. As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 82. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir as matérias e apresentar sugestões.

#### Subseção VIII Trabalhos

Art. 83. Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - discussão da ata da sessão anterior;

II - leitura do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, observada a alternância entre seus membros;

IV - discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, para tratar de matéria urgente, ou com requerimento de preferência de qualquer dos seus membros.

§ 2º Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º As proposições em regime de urgência não podem sair da Comissão, sendo entregues diretamente em mãos ao relator.

§ 4º As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro documento que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua edição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, apresentar substituições, emendas e subemendas.

Art. 84. Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembleia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 85. Das reuniões das Comissões serão lavrados atas com o resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário Oficial, após aprovadas e assinadas pelo Presidente da Comissão e pelo respectivo secretário.

Art. 86. As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembleia Legislativa.

#### Subseção IX Assessoramento Legislativo

Art. 87. As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica especializada em sua área de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembleia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.



## Seção III

## VIII. Secretaria da Assembleia

Art. 88. Os serviços da Assembleia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

Parágrafo único. O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento e só poderá ser elaborado ou modificado através de projeto de resolução de competência da Comissão Executiva.

Art. 89. É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus membros e ao Diretor-Geral competência para a prática de atos administrativos.

## Seção IV

## Procuradoria Parlamentar

Art. 90. A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa judicial e extrajudicial da Assembleia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações de interesse da Instituição.

§ 1º A Procuradoria será constituída por procuradores efetivos da Assembleia.

§ 2º A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparedora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, no órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria-Geral do Estado, ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

## Seção V

## IX. Corregedoria Parlamentar

Art. 91. A Corregedoria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é constituída de um Corregedor e dois Corregedores Substitutos.

Parágrafo único. O processo de eleição dos cargos referidos no caput deste artigo é o mesmo para a escolha da Comissão Executiva.

Art. 92. Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

- I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;
- II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa;
- III - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 93. O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 94. Compete aos Corregedores substitutos exercerem as funções do Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 95. Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados no inquérito o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão funcionário estável da Assembleia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, e serão entregues os autos ao Presidente da Assembleia Legislativa a fim de que seja decidido em Plenário sobre a prisão e formação de culpa, nos termos do § 3º do art. 57 da Constituição Estadual.

## CAPÍTULO III

## MANDATO

## Seção I

## X. Subsídio e Ajuda de Custo

Art. 96. O subsídio dos Deputados será estabelecido, a cada legislatura, com observância do disposto no § 2º do art. 27 da Constituição Federal e na Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 97. O Deputado diplomado fará jus ao subsídio, incluída a 13ª (décima terceira) parcela, a partir do início da legislatura, contada da instalação da primeira sessão legislativa.

Parágrafo único. O Deputado suplente e o Deputado diplomado, após a instalação da primeira sessão legislativa, farão jus ao subsídio a partir da posse.

Art. 98. Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às sessões preparatórias e ordinárias.

Art. 99. Para efeito de pagamento dos subsídios, a presença do Deputado nas sessões a que se refere o art. 98 deste Regimento será apurada pelo painel eletrônico conforme o registro do voto verificado entre o primeiro item da Ordem do Dia e a votação da última proposição.

§ 1º O Deputado ausente deverá receber o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) por sessão se não apresentar requerimento com justificativa de ausência.

§ 2º O requerimento de justificativa de ausência a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser apresentado à Mesa, em Plenário, antes do início da Ordem do Dia.

§ 3º Serão consideradas justificadas as ausências:

- I - por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico;
- II - em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado;
- III - em decorrência de audiência ou evento com Ministro de Estado;
- IV - do Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia.

§ 4º Mediante requerimento subscrito pelo Parlamentar, o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência injustificada. -

Art. 100. Não sofrerá desconto o Deputado ausente que estiver no exercício de mandato da Comissão Executiva ou no desempenho de missão oficial.

Parágrafo único. As despesas feitas em razão de missão oficial a que se refere este artigo serão ressarcidas.

Art. 101. Considera-se ajuda de custo a compensação financeira

Imprescindível ao comparecimento à sessão legislativa ordinária.

Art. 102. Terá direito aos subsídios o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia.

Art. 103. Não terá direito aos subsídios o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 104. O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo e, durante a licença, seus assessores serão exonerados e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar serão suspensas.

Art. 105. O suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício.

§ 1º O subsídio será pago proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

## Seção II XL Licença

XII.

Art. 106. Os Deputados poderão solicitar licença em vista de:

I - tratamento de saúde;

II - interesse particular;

III - investidura nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário da Prefeitura da Capital;

IV - casamento;

V - falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

VI - falecimento de avós e netos.

§ 1º Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato.

§ 2º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde estará condicionada à apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício do mandato.

§ 3º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar.

§ 4º A licença para casamento será de oito dias consecutivos contados da data do casamento civil ou da data informada na certidão de união estável registrada em cartório.

§ 5º Será concedida licença de oito dias corridos em face de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, contados da data do óbito.

§ 6º No caso de falecimento de avós e netos será concedida licença de três dias corridos contados da data do óbito.

Art. 107. O retorno às atividades e ao cumprimento do mandato do Deputado licenciado acontecerá a qualquer momento e deverá ser comunicado ao Presidente.

Parágrafo único. A comunicação ao Presidente será feita através de documento protocolado no Plenário ou, em período de recesso, no Protocolo-Geral.

## Seção III

### XIII. Extinção e Perda do Mandato

Art. 108. Será declarado vago o cargo de Deputado em caso de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda de mandato.

IV - Constituição Estadual - Arts. 59 e 60

Art. 109. A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembleia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no expediente e publicada no Diário Oficial.

§ 1º No recesso, o pedido de renúncia deve ser apresentado no Protocolo-Geral e só terá efeito com a publicação no Diário Oficial.

§ 2º Na primeira sessão ordinária, após o protocolo do pedido, será dada ciência ao Plenário da renúncia do Deputado, da data da publicação no Diário Oficial, bem como da posse do suplente, caso a mesma tenha ocorrido perante o Presidente.

Art. 110. Considera-se renunciado:

I - o Deputado que requerer a renúncia, que não prestar o compromisso no prazo estabelecido ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 111. O comparecimento do Deputado à sessão será verificado com o registro da respectiva presença no painel eletrônico e nas votações da Ordem do Dia.

Art. 112. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

Art. 113. Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes no art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, em cada sessão legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e V do caput deste artigo, a perda de mandato será decidida pela Assembleia, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia, assegurada ampla defesa, após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.





Art. 114. Na hipótese do inciso IV do art. 113 deste Regimento, o Presidente da Assembleia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Art. 116. O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos estados e dos municípios, importando em renúncia a inobservância desta norma.

#### Seção IV

##### XIV. Convocação do Suplente

Art. 116. A Mesa convocará o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único. O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, com a assinatura do respectivo termo de posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar doença que o incapacite para cumprir a formalidade necessária.

#### CAPÍTULO IV TRABALHOS DA ASSEMBLEIA

##### Seção I

##### XV. Sessões da Assembleia

Art. 117. As sessões da Assembleia Legislativa são:

- I – preparatórias;
- II – ordinárias;
- III – extraordinárias.

§ 1º Preparatórias são as destinadas à posse e à eleição da Mesa, procedendo à instalação da primeira e da terceira sessões legislativas, bem como a sessão de eleição da Mesa na segunda sessão legislativa.

§ 2º Ordinárias são as realizadas em dias úteis no período legislativo, de segunda a quarta-feira.

§ 3º Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos previstos para as sessões ordinárias.

§ 4º A Assembleia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 118. As sessões da Assembleia serão públicas, a menos que decisão judicial determine o contrário.

Art. 119. As sessões ordinárias terão início às 14h30 e durarão no máximo quatro horas e trinta minutos.

§ 1º O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período noturno.

§ 2º O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado com requerimento de qualquer Deputado.

§ 3º O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será ocorrido, independente de discussão, decidindo-se por maioria de votos, desde que presente pelo menos 1/3 (um terço) dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitindo encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo desta prorrogação.

§ 4º Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine

explicação pessoal, a mesma não poderá exceder quinze minutos.

§ 5º Quando a prorrogação se destinar à votação, só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 6º O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa até trinta minutos antes do encerramento da sessão.

§ 7º Se tiver orador na tribuna no momento de findar a sessão e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente submeterá o requerimento à votação, devolvendo ao orador o tempo restante.

Art. 120. A juízo do Presidente, ou por deliberação do Colégio de Líderes poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão às grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, uma vez por mês, ou interrompê-la para recepção de elites personalidades.

Art. 121. Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembleia poderá realizar outras sessões, além das previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, através de requerimento de qualquer Deputado.

Parágrafo único. O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembleia.

Art. 122. As bancadas e os blocos partidários podem, através do requerimento do respectivo líder, apresentado em Plenário com uma semana de antecedência, destinar o grande expediente de três sessões ordinárias por ano, na segunda-feira, para uso da comunidade.

§ 1º O requerimento deve ser assinado pelo líder do partido ou do bloco partidário e deve indicar o nome do cidadão que usará a palavra e a justificativa do interesse público na exposição.

§ 2º Havendo discordância sobre a viabilidade da inscrição requerida nos termos do § 1º deste artigo ou no caso de a data solicitada, excepcionalmente, não ser na segunda-feira, o requerimento deve vir apoiado por dezesseis Deputados.

§ 3º A data reservada por uma liderança pode ser cedida a outra liderança, desde que os dois líderes apresentem a concordância.

Art. 123. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - é obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje pessoal completo;

II - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

III - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte o andamento dos trabalhos;

IV - ficando na bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

V - os Deputados poderão apertar sentados, em termos breves e corteses;

VI - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento da votação.

Art. 124. Na hora do início da sessão, achando-se presente em Plenário pelo menos 1/3 (um terço) do número total de Deputados, despretada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, usando a expressão "Sou a profeção de Deus iniciamos nossos trabalhos".

§ 1º Não verificado o quórum de que trata o caput deste artigo, o Presidente aguardará por quinze minutos, após o que, percebendo a falta do número necessário, deixará de abrir a sessão, fazendo constar em ata os nomes dos Deputados que não registraram presença e que não justificaram a ausência.

§ 2º Abertos os trabalhos, o 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que será colocada em discussão pelo Presidente, considerando-

se a mesma aprovada independentemente de votação.

Art. 126. Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante cinco minutos, para apresentar retificação, indicando os pontos questionados e sugerindo as modificações pretendidas ou apresentar o pedido de retificação por escrito.

§ 1º Acolhidas pelo Presidente as modificações requeridas, a ata será encaminhada para nova redação, com os fundamentos da alteração, ficando a apreciação do novo texto para a sessão subsequente.

§ 2º Cabe recurso ao Plenário da decisão do Presidente que indeferir a retificação da ata, no prazo de três dias, contado da publicação da ata impugnada.

§ 3º Aprovado o texto da retificação, a ata será republicada no Diário Oficial.

#### Subseção I Sessão Extraordinária

Art. 126. A sessão extraordinária será convocada:

I - pelo Presidente da Assembleia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1º Poderão ser convocadas duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º Observado o disposto no art. 126 deste Regimento, havendo requerimento assinado pela maioria absoluta dos líderes, o limite de que trata o § 1º deste artigo pode ser alterado, convocando-se outras sessões extraordinárias para a mesma data.

§ 3º A sessão extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversa dos pré-fixados para as ordinárias.

Art. 127. Sempre que for convocada sessão extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em sessão.

Parágrafo único. Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as medidas e providências que julgar necessárias.

Art. 128. A duração da sessão extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único. O tempo destinado à sessão extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 129. A Assembleia Legislativa realizará, no máximo, oito sessões extraordinárias por mês, não se computando nesse limite as sessões solenes e as especiais.

#### Subseção II Expediente

Art. 130. Após lida a ata da sessão anterior, o Presidente consultará o 1º Secretário quando à existência de expediente a ser lido.

Parágrafo único. Existindo expediente a ser lido, o Presidente imediatamente dará início ao pequeno expediente.

Art. 131. A duração do expediente será de duas horas e cinquenta minutos, distribuídos entre:

I - pequeno expediente;

II - grande expediente;

III - lideranças partidárias;

IV - lideranças do governo e da oposição.

§ 1º O pequeno expediente terá a duração de trinta minutos, podendo haver até seis oradores inscritos, segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para tratar de assuntos de livre escolha, no prazo máximo de cinco minutos para cada um, proibidos os apertes.

§ 2º O grande expediente terá duração de trinta minutos, divididos em dois períodos de quinze minutos, destinados a dois oradores, sendo um da base do governo e outro da oposição, com prévia inscrição.

§ 3º O horário das lideranças partidárias será de noventa minutos, distribuído equitativamente entre as lideranças de bancadas partidárias ou bloco parlamentar.

§ 4º O horário para as lideranças do governo e da oposição será de vinte minutos, divididos em dois períodos de dez minutos.

§ 5º Aos líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 6º Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 7º A competência de que tratam os parágrafos anteriores fica transferida ao mais idoso dos integrantes de cada bancada na falta dos líderes e vice-líderes.

Art. 132. As inscrições dos oradores para a hora do grande expediente serão feitas em ordem cronológica, respeitando o limite de dois oradores por sessão.

Parágrafo único. Quando o Deputado inscrito declinar do uso da palavra, o horário reservado poderá ser utilizado por outro parlamentar da mesma base, previamente inscrito em lista de espera elaborada pela assessoria da Mesa.

#### Subseção III Ordem do Dia

Art. 133. Finda a hora do expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 136 deste Regimento.

§ 2º Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria e ser discutida; mas, logo que houver quórum para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso e iniciará o processo de votação.

§ 3º As votações não serão interrompidas, salvo se verificada a falta de quórum, constatada no painel eletrônico, hipótese em que ficarão para a sessão seguinte, incluindo-se os itens no início da Ordem do Dia.

§ 4º Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na sessão e os adiados da sessão anterior.

§ 5º É permitido a dois Deputados fazerem uso da palavra para explicações pessoais por dez minutos cada um.

Art. 134. Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a sessão, proferindo a expressão: Levanta-se a sessão.

Art. 135. Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia serão encaminhadas à Diretoria competente que, sob a determinação do Presidente, organizará e envia.

§ 1º Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

§ 2º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite de parecer de outra Comissão, que esteja em desacordo com as exigências regimentais ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia, cabendo desse ato recurso ao plenário.

#### Subseção IV Elaboração da Ordem do Dia

Art. 136. A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da sessão anterior e será publicada no site oficial da Assembleia.

§ 1º A Ordem do Dia será elaborada por grupos, respeitando a sequência:

I - propostas de emenda à Constituição;

II - redação final;

III - 3ª discussão;

IV - 2ª discussão;

V - 1ª discussão;

VI - discussão única.

§ 2º Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º Dentro de cada grupo da Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, e saber:

I - projetos de lei complementar;

II - projetos de lei ordinária;

III - projetos de resolução;

IV - projetos de decreto legislativo.

§ 4º Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a de mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 137. A Ordem estabelecida no art. 136 deste Regimento poderá ser alterada ou interrompida em caso de:

I - preferência;

II - adiamento;

III - retirada da Ordem do Dia.

Art. 138. O e mentário da Ordem do Dia, acompanhado dos avisos das proposições, publicado no site oficial da Assembleia, assinará, obrigatoriamente:

I - a discussão a que está sujeito;

II - de quem é a iniciativa;

III - a respectiva ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou autemendas;

V - a existência de emendas, relacionadas por grupos, conforme os respectivos pareceres;

VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

#### Subseção V XVI. Questões de Ordem

Art. 139. Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º Todas as questões de ordem, dianamente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais questões de ordem.

§ 3º No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado para encaminhar a votação.

§ 4º Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

§ 5º Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

§ 6º As questões de ordem serão registradas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente, bem como publicadas na atividade parlamentar constante no site oficial da Assembleia Legislativa.

Art. 140. Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado solicitar pela ordem para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância da disposição expressa no Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só poderão falar o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

#### Subseção VI XVII. Atas

Art. 141. De cada sessão da Assembleia lavrar-se-á, além da ata destinada à publicação no Diário Oficial, outra, resumida, na qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão.

§ 1º Depois de lida, a ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º Ainda que não haja sessão por falta de quórum, a ata será lavrada e nela deverá constar o expediente despachado.

Art. 142. Os documentos lidos em sessão serão mencionados na ata em resumo e transcritos no Diário Oficial, de acordo com as disposições regimentais, ou digitalizados no site oficial da Assembleia, conforme for o caso.

§ 1º Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados na ata destinada ao Diário Oficial.

§ 2º As informações e os documentos oficiais lidos pelo 1º Secretário na hora do expediente serão somente publicados, em resumo, na ata destinada ao Diário Oficial com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º As informações enviadas à Assembleia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata da sessão em que forem lidas no expediente, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.



§ 5º Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembleia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos neste Regimento.

§ 6º Será lido a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, sem discussões pessoais de qualquer natureza, desde que não infringam disposições deste Regimento.

§ 7º Os pedidos de reificação da ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário no prazo de três dias.

Art. 143. A ata da última sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes de se levantar a sessão.

## Seção II

### Audiência dos Secretários de Estado

Art. 144. O Secretário de Estado comparecerá à Assembleia ou em suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembleia ou Comissão, por deliberação da maioria, presente a maioria absoluta dos Deputados, com requerimento de qualquer Deputado ou membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação do Secretário de Estado servirá comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa, na forma do inciso XXXIII do art. 54 da Constituição Estadual.

§ 3º Não atendida a convocação feita, de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembleia promoverá a instauração do procedimento legal cabível para a apuração da prática de crime de responsabilidade.

Art. 145. Na audiência em Plenário, o Secretário de Estado terá assento:

I - na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, quando em Plenário;

II - à direita do Presidente, quando perante Comissões.

§ 1º O Secretário de Estado, nos casos constantes dos incisos I e II deste artigo, estará subordinado às normas estabelecidas pelos Deputados para o uso da palavra.

§ 2º O comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Assembleia Legislativa não poderá ser marcado em um mesmo horário, salvo em caráter excepcional quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente.

§ 3º Não será admitida a convocação simultânea de Secretário de Estado por mais de uma Comissão.

§ 4º O Secretário de Estado somente poderá ser apertado ou interelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 5º Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Assembleia.

Art. 146. Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para

distribuição aos Deputados.

§ 1º O Secretário de Estado, no início do grande expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser apertado durante a promulgação.

§ 2º Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpeções pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento de convocação, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º Para responder a cada interpeção, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apertar.

## Seção III

### XVIII. Ordem Interna

Art. 147. O policiamento do edifício da Assembleia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembleia.

§ 1º Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º É proibido o porte de arma de qualquer espécie nos Edifícios da Assembleia e suas áreas comuns, salvo para os policiais integrantes do Gabinete Militar.

§ 3º O Gabinete Militar será regulamentado por Decreto Legislativo.

Art. 148. Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, desde que em silêncio e respeitando a solenidade do Plenário.

§ 1º Haverá lugares especiais para Secretários de Estado, autoridades federais, estaduais e municipais e de outros estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados e representantes do Ministério Público.

§ 2º O comitê de imprensa é reservado exclusivamente aos representantes da imprensa escrita, televisão, rádio e veículos de comunicação online - web, credenciados pela respectiva Diretoria, para o exercício de sua profissão junto à Assembleia.

§ 3º Durante as sessões, só serão admitidos no recinto do Plenário os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa credenciados nos termos do § 2º deste artigo.

§ 4º As Lideranças do Governo e da Oposição poderão ter, cada uma, dois assessores com acesso ao Plenário.

§ 5º Os gabinetes parlamentares e as Comissões Permanentes receberão, no início da legislatura, uma credencial de acesso ao Plenário, destinada ao serviço de assessoria aos Deputados.

§ 6º Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair imediatamente do edifício da Assembleia.

Art. 149. Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a sessão.

Art. 150. Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembleia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, expô-lo-á à Assembleia para esta determinar o que lhe parecer conveniente.

Art. 151. Os delitos cometidos nas dependências da Assembleia serão apurados mediante instauração de inquérito sob a responsabilidade do Gabinete Militar, com o acompanhamento de um membro da Mesa Indicado pelo Presidente.

§ 1<sup>º</sup> A Assembleia poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

§ 2<sup>º</sup> O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 3<sup>º</sup> Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, processo administrativo e regulamentos policiais do Estado.

§ 4<sup>º</sup> Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão e o agente será entregue com o auto respectivo à autoridade competente.

## CAPÍTULO V ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

### Seção I XIX. Proposições em Geral

Art. 152. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário Oficial e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.

§ 1<sup>º</sup> As proposições poderão ser de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, projetos de emenda à Constituição, emendas e requerimentos.

§ 2<sup>º</sup> Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembleia e redigidas de acordo com este Regulamento.

§ 3<sup>º</sup> Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos, nos termos da legislação sobre técnica legislativa.

§ 4<sup>º</sup> A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5<sup>º</sup> As proposições serão seguidas de justificativas sucintas e quando estiverem revogando ou alterando dispositivos legais estas deverão estar anexadas.

§ 6<sup>º</sup> Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7<sup>º</sup> Nenhuma proposição será objeto de discussão ou de votação sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8<sup>º</sup> Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo o data e o horário de protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

§ 9<sup>º</sup> O protocolo de plenário permanece aberto até o momento da verificação de quórum quando anunciado o último orador inscrito, não sendo permitida protocolização de nenhuma proposição após o seu fechamento, salvo mensagem governamental.

() Constituição Estadual - arts. 63 a 73.

Art. 153. As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo Presidente na mesma sessão em que forem protocoladas e, ao passar-se à Ordem do Dia, serão submetidas a apolamento, no sentido de se tomarem ou não objeto de deliberação.

§ 1<sup>º</sup> Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma

enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2<sup>º</sup> A Diretoria Legislativa terá o prazo de até cinco dias úteis para numerar, autuar e encaminhar a proposição à Comissão competente, salvo quando receber requerimento de regime de urgência, ocasião na qual deverá haver a imediata autuação e encaminhamento à Comissão competente.

§ 3<sup>º</sup> Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 4<sup>º</sup> Independentemente de apolamento, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário e as que vierem assinadas por cinco Deputados, pelo menos.

Art. 154. Caso entender necessário, a Diretoria Legislativa, no prazo do § 2<sup>º</sup> do art. 153 deste Regulamento, poderá emitir nota técnica às proposições visando à adequação à legislação sobre técnica legislativa.

§ 1<sup>º</sup> A nota técnica será encaminhada diretamente ao autor da proposição, não integrando os autos de processo legislativo, sendo arquivada junto à Diretoria Legislativa.

§ 2<sup>º</sup> O autor da proposição detém a prerrogativa de aceitar ou não os termos da nota técnica, podendo fazê-lo integral ou parcialmente.

§ 3<sup>º</sup> Caso o autor da proposição não se posicione quanto à nota técnica no prazo de cinco dias, esta será considerada rejeitada, devendo a proposição ser encaminhada à Comissão competente.

§ 4<sup>º</sup> Em caso de acolhimento integral ou parcial da nota técnica pelo autor da proposição, este apresentará o novo texto da proposição, o qual substituirá o original, sem configurar emenda, prosseguindo-se sua tramitação.

Art. 155. Das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição, caberá recurso ao Plenário, no prazo de três dias.

Art. 156. Verificada, em qualquer fase do processo legislativo, a semelhança de objeto entre duas ou mais proposições, o fato será comunicado ao Plenário e as proposições anexadas, abrindo-se o prazo de cinco dias para recurso.

§ 1<sup>º</sup> Anexadas as proposições, estas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para, através de parecer, unificar os textos sob a autoria dos Deputados subscritores.

§ 2<sup>º</sup> Rejeitada, pelo Plenário, a proposta de unificação das proposições semelhantes, prosseguirá em tramitação a de protocolo mais antigo, arquivando-se as demais.

### Seção II Projetos

Art. 157. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo, bem como de propostas de emenda à Constituição.

§ 1<sup>º</sup> Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2<sup>º</sup> Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual sobre as quais deva a Assembleia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda do mandato de Deputado;

II - suspensão temporária do exercício do mandato;

III - matéria de natureza regimental;

IV - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

V - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;

VI - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador do Estado e, quando houver convivência de seus Secretários de Estado;

VII - contas do Governador;

VIII - mudança temporária da sede da Assembleia;

IX - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

X - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

XI - delegação legislativa ao Governador;

XII - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XIII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva da Assembleia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I - fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados para a subsequente;

II - Constituição Estadual - inciso VI do art. 54 e Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007

III - fixação de remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;

IV - Constituição Estadual - inciso VII do art. 54 e Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007

V - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

VI - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado por mais de quinze dias;

VII - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos municípios;

VIII - aprovação da indicação dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas;

IX - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

X - sustação de processo criminal contra Deputados;

XI - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

XII - autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 155. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fará-o, em igual prazo.

Parágrafo único. Vencidos os prazos constantes no caput deste artigo sem o pronunciamento do Presidente e do 1º Vice-Presidente, o silêncio importará em promulgação.

Art. 156. Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores, adotando as normas de técnica legislativa, sendo concisos, claros e

precedidos de ementa.

§ 1º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito, observadas as disposições deste Regimento.

§ 2º Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituirá-o ao autor para adequá-lo às determinações regimentais.

§ 4º Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou antiregimental.

§ 5º Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembleia, entram na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 160. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais, ao Ministério Público e à população, podendo ser solicitado o seu arquivamento ou a sua restituição em qualquer fase de tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 161. O projeto de lei será tido como rejeitado quando receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído.

Art. 162. As proposições rejeitadas ou não sancionadas, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta de maioria absoluta dos Membros da Assembleia, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

### XX. Seção III

#### XXX. Iniciativa Popular

Art. 163. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1/100 (um centésimo) do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de 3/1000 (três milésimos) dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e distritos administrativos ou judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembleia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral, quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar e apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembleia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto,



podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminamente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça sanar os vícios formais para sua tramitação;

X - Nos projetos de lei de iniciativa popular a Mesa designará Deputado, previamente indicado pelo primeiro signatário do projeto, para exercer, mediante ausência, os poderes e atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição.

#### Seção IV Requerimentos

Art. 164. Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembleia, sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo único. Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembleia.

Art. 165. Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independentes de apolamento preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse do Deputado;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII - verificação de quórum.

Art. 166. Os requerimentos escritos dependerão de deliberação do Plenário.

§ 1º Não dependerão de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos:

I - de Comissão solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais;

II - de Deputado solicitando informações oficiais a Secretários de Estado e outras autoridades;

III - de licença para se ausentar do país;

IV - de licença por interesse particular;

§ 2º Não dependerão de apolamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário Oficial;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 3º Não dependerão de apolamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que solicitarem:

I - dispensa de interdição para a inclusão da determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa do membro de qualquer Comissão;

III - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

IV - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

V - remessa, à determinada Comissão, de documentos despachados a outas;

VI - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VII - adiamento da discussão ou votação;

VIII - encerramento de discussão;

IX - votação por determinado processo;

X - preferência;

XI - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XII - inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 4º Dependerão de apolamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que versarem sobre:

I - convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II - urgência;

III - inserção nos anais ou no Diário Oficial de documentos não oficiais;

IV - criação de Comissões Especiais;

V - sessões extraordinárias;

VI - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VII - quaisquer outros assuntos que não se refram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;



Art. 182. As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 183. O projeto com as emendas aprovadas em caráter definitivo será encaminhado à Comissão de Redação para as devidas adequações à técnica legislativa e elaboração do texto final.

Art. 184. Preparado o texto definitivo, o projeto será impresso, distribuído em avulso aos Deputados e incluído na Ordem do Dia para ser imediatamente discutida sua redação final.

Art. 185. Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originalmente designado relator.

§ 3º Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º deste artigo.

Art. 186. O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III - usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 187. Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 188. Se um Deputado pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou continuar com este gesto antiregimental, o Presidente advertir-lhe-á convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente cassará a palavra.

Art. 189. Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no art. 185 deste Regimento.

Parágrafo único Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 190. Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 191. Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito à discussão, será esta adida para depois da última da Ordem do Dia seguinte.

Art. 192. O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 193. É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria tenha sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 194. O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou para a Assembleia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descortezes.

Parágrafo único. Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

#### Subseção II Adiamento da Discussão

Art. 195. Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º Ao projeto em regime de urgência e à proposição de veto será admitido adiamento por uma única sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por líder que represente esse número de parlamentares.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

#### Seção VII XXIV. Votação

##### Subseção I Disposições Gerais

Art. 196. Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença do número legal de Deputados.

§ 1º O painel eletrônico de votação será usado na votação de qualquer proposição, salvo no processo simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.

§ 2º A verificação de quórum será feita pelo Presidente da Assembleia por meio do sistema eletrônico, caso em que, somente ao final do procedimento, o resultado constará no painel.

§ 3º Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado se dar por impedido, fazendo comunicação à Mesa e, para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão desde que não tenham recebido emendas, hipótese em que deverão retornar às Comissões para exarar parecer.

§ 5º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das sessões.

§ 6º Só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia, hipótese em que, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adida, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 197. É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer



comentário da tribuna.

votação isolada pelo Plenário.

Art. 190. Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 192. Os projetos de leis complementares somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembleia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

#### Subseção II Processos de Votação

Art. 200. São dois os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal.

Art. 201. Pelo processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Art. 202. Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação da votação.

§ 1º Requerida a verificação, o Presidente fará nova votação através do painel.

§ 2º É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

Art. 203. A votação nominal será processada através do painel.

Parágrafo único. Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, o Presidente procederá ao chamamento do Deputado que, ao anúncio de seu nome, responderá sim, não ou abstenção, conforme queira votar a favor, contra ou se abster.

#### Subseção III Método de Votação e Destaque

Art. 204. Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 205. As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º O Plenário poderá conceder, com requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente ou uma a uma.

§ 3º Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição, por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º Por requerimento de qualquer Deputado as emendas poderão ser divididas em blocos para facilitar o processo de votação.

§ 5º O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 6º O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 7º Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua

#### Subseção IV Encaminhamento da Votação

Art. 206. No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do art. 185 deste Regimento.

Parágrafo único. Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão da determinada proposição serem a favor ou contra ela, será dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º do art. 185 deste Regimento.

Art. 207. O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 208. Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os anteriores, só poderá falar uma vez.

#### Subseção V Intervalo

Art. 209. Denomina-se intervalo o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá intervalo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º A Assembleia poderá diminuir esse intervalo, com requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.

#### Seção VII XXV. Preferência

Art. 210. Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 211. Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

I - prorrogação da sessão legislativa;

II - emenda constitucional;

III - adiamento da sessão legislativa;

IV - matéria considerada urgente;

V - leis orçamentárias.

Art. 212. Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo único. Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 213. A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembleia.

§ 1º Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar a emenda.

§ 4º Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º Independentemente desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer membro da Mesa.

Art. 214. Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembleia admita modificação na Ordem do Dia.

§ 1º Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### Seção IX XXVI.Urgência

Art. 215. Urgência é a dispensa de exigências, interdições ou formalidades regimentais, salvo as referidas no § 2º deste artigo.

§ 1º O requerimento solicitando urgência para a tramitação de proposição deve ser fundamentado e apoiado por 1/3 (um terço) dos Deputados ou por líderes que representem esse número.

§ 2º Não se dispensam os seguintes requisitos:

I - publicação da proposição no site oficial da Assembleia, em pesquisa legislativa;

II - pareceres das Comissões;

III - quórum para deliberação.

§ 3º As proposições urgentes em virtude da natureza da matéria ou do requerimento aprovado pelo Plenário terão o mesmo tratamento e trâmite regimental.

Art. 216. Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência será a proposição encaminhada a todas as Comissões pertinentes simultaneamente.

§ 1º Será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas às Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que deverão proferir os seus respectivos pareceres.

§ 2º Ao projeto de lei em regime de urgência poderá ser concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.

Art. 217. Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sendo encaminhada a matéria diretamente à Comissão de Finanças, desde que lhe seja dado o regime de urgência.

Art. 218. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, acento poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos votados, além daqueles apresentados na forma do art. 215 deste Regimento desde que solicitados por Presidente da Comissão Permanente.

#### Seção X XXVII.Redação Final

Art. 219. Ultimeada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e emendas à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma da Constituição, respectivamente.

§ 2º A redação final será votada depois de publicada no site da Assembleia ou em anúncios.

§ 3º A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º Os projetos aprovados em dois turnos sem emendas poderão ter sua redação final dispensada de votação, salvo se houver defeito ou erro manifesto a corrigir.

Art. 220. Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção para a aplicabilidade da proposta.

§ 1º A votação das emendas de redação final terá preferência sobre a redação final.

§ 2º Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação, para que apresente nova redação final dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Quando for verificada inexistência de texto, o partir da aprovação da redação final até a expedição do autógrafo, o Presidente procederá à respectiva correção e dará conhecimento ao Plenário.

§ 4º Não havendo impugnação, a correção efetuada na redação final será considerada aceita.

§ 5º Em caso contrário ao disposto no § 4º deste artigo caberá ao Plenário decidir sobre a correção na redação final.

Art. 221. Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

#### Seção XI XXVIII.Autógrafo

Art. 222. Os autógrafos reproduzirão a redação final.

Parágrafo único. Dispensada a votação da redação final, havendo vício de linguagem evidente no texto original ou inadequação à técnica legislativa, poderão ser feitas as alterações necessárias, desde que não alterem o teor do dispositivo.

Art. 223. Os autógrafos serão enviados à sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas, no prazo máximo de dez dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo único. Após a assinatura dos autógrafos pelo Presidente da Assembleia, o 1º e 2º Secretários deverão assiná-los num prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, na falta ou impedimento destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelos 3º, 4º e 5º Secretários.

#### CAPÍTULO VI MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

##### Seção I XXXI.Proposta de Emenda à Constituição

Art. 224. As propostas de emenda à Constituição Estadual poderão ser apresentadas:

I - por iniciativa parlamentar, desde que com o apoio de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos parlamentares;

II - por iniciativa do Governador do Estado; e

III - por iniciativa subscrita por, pelo menos, 1/3 (um terço) dos Presidentes das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros.

§ 1º Recebida a proposta de emenda, esta será autuada e remetida à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões ordinárias.

§ 2º Caso o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja pela inadmissibilidade da proposta, o autor da proposição poderá, no prazo de dez dias, contado da data de publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, requerer a apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário.

§ 3º O requerimento do que trata o § 2º deste artigo deverá contar com o apoio de líderes que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Deputados ou com assinatura de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos parlamentares.

§ 4º Não havendo pedido de apreciação pelo Plenário do parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional, a proposição será arquivada.

Art. 225. Reconhecida a admissibilidade da proposta de emenda constitucional, o Presidente da Assembleia determinará sua imediata publicação.

§ 1º No prazo de 48 (quarenta e oito horas) da publicação da proposição, observado o quociente de representação, os líderes deverão indicar cinco representantes para compor Comissão Especial.

§ 2º Poderão ser apresentadas emendas à proposição no prazo de três sessões ordinárias contado da instauração da Comissão Especial.

§ 3º A Comissão Especial terá prazo de dez sessões ordinárias, contado do prazo constante no § 2º deste artigo, para emitir parecer sobre o mérito e as emendas apresentadas.

Art. 226. Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 227. A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 228. Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, 3/5 (três quintos) dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 229. Aplica-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 230. Propostas e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para a elaboração da redação final.

Art. 231. Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembleia, com o respectivo número de ordem.

#### Seção II

##### XXXI. Projetos de Iniciativa do Governador do Estado

##### XXXII. Com Solicitação de Urgência

Art. 232. A apreciação das proposições do Governador do Estado, para o qual se tenha solicitado urgência, nos termos dos § 1º, § 2º e § 3º do art. 65 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte:

I - findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de seu recebimento pela Assembleia Legislativa sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação;

II - a solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo;

III - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembleia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Parágrafo único. O regime de urgência solicitado pelo Governador do Estado independe da deliberação do Plenário.

#### Seção III

##### XXXIII. Projetos de Código ou

##### XXXIV. De Consolidação de Leis

Art. 233. Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de código ou de consolidação de leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Esgotado esse prazo, a Assembleia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco membros para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquela que julgar conveniente.

§ 3º Apresentado o parecer da Comissão Especial, o Presidente comunicará aos Deputados que o texto está à disposição no site oficial da Assembleia, juntamente com o projeto, abrindo-se o prazo de quinze dias para receber emendas.

§ 4º Encerrado o prazo constante no § 3º deste artigo, a Comissão Especial elaborará parecer sobre as emendas no prazo de quinze dias.

§ 5º Apresentado o parecer, o Presidente determinará a publicação do mesmo e incluírá o projeto e emendas na Ordem do Dia para discussão por grupos de artigos.

§ 6º Na discussão e na votação feitas por grupos de artigos, nenhum Deputado poderá falar mais de uma vez sobre cada grupo.

§ 7º Por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros a Assembleia poderá proceder à votação do texto em sua totalidade.

§ 8º A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10. Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção, no prazo improrrogável de cinco sessões.

Art. 234. Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de código ou de consolidação de leis.

Parágrafo único. A Mesa só receberá proposições para tramitação na forma deste capítulo quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de código ou de consolidação de leis.

#### Seção IV

##### XXXIV. Projeto Orçamentário



Art. 235. Recebida a mensagem contendo o anteprojeto da Lei Orçamentária, o Presidente determinará a leitura da mesma no expediente da sessão ordinária, despachando-o à autuação e, posteriormente, à Comissão de Orçamento, que disponibilizará o arquivo digital para consulta no site oficial da Assembleia.

§ 1º O Poder Executivo enviará as propostas orçamentárias através de documento impresso para protocolização no Plenário e em meio digital.

§ 2º Havendo emendas à proposta orçamentária, a Comissão de Orçamento solicitará à Secretaria de Estado da Fazenda arquivo do Quadro de Detalhamento de Despesa e Relatório de Obras por Município para análise das mesmas.

Art. 236. As proposições orçamentárias ficarão na Comissão de Orçamento até vinte dias, contados da data da publicação do arquivo digital no site oficial da Assembleia, para análise preliminar, processamento do sistema de emendas orçamentárias e elaboração do manual simplificado, que é a base da formulação de emendas.

Parágrafo único. O manual simplificado de que trata o caput deste artigo deverá estabelecer o programa do formulário para a elaboração das emendas, as quais deverão ser entregues por meio do mesmo sistema de controle de emendas orçamentárias.

Art. 237. Esgotada a fase preliminar, será aberto o prazo de vinte dias para a apresentação de emendas, podendo ser prorrogado por uma vez, a critério da Comissão de Orçamento.

Art. 238. O relator da proposição orçamentária terá vinte dias para analisar as emendas apresentadas, abordando aspectos técnicos, formais e de mérito das proposições.

Parágrafo único. Concluído o prazo de análise do relator, em conjunto com a assessoria técnica da Comissão de Orçamento, o parecer será apresentado aos demais membros da Comissão na forma de substitutivo geral para discussão.

Art. 239. Os Deputados integrantes da Comissão de Orçamento poderão, durante a votação do substitutivo geral aos projetos orçamentários na referida Comissão, apresentar emendas ao texto, à despesa e ao conteúdo programático, desde que visem à correção técnica, reificação ou restabelecimento do equilíbrio financeiro do Estado.

§ 1º Durante a discussão do parecer, qualquer membro da Comissão de Orçamento poderá usar a palavra por dez minutos, improrrogáveis, e aos demais Deputados o prazo concedido para uso da palavra será de cinco minutos.

§ 2º Após ouvidos todos os oradores, o relator poderá replicar no prazo improrrogável de quinze minutos.

§ 3º O parecer da Comissão de Orçamento será disponibilizado em arquivo digital para consulta no site oficial da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 240. O Poder Executivo poderá enviar modificações ao projeto de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da matéria na Comissão de Orçamento.

§ 5º do art. 134 da Constituição Estadual

Art. 241. Aprovado o parecer da Comissão de Orçamento, na forma de substitutivo geral, a mesma solicitará a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 242. A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 243. Aprovado o substitutivo geral em dois turnos, o mesmo retornará à Comissão de Orçamento para elaboração da redação final.

Art. 244. Aprovada a redação final, serão as proposições orçamentárias

enviadas à sanção governamental.

Art. 245. Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou esgotado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembleia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

## Seção V XXXV. Projetos Votados

Art. 246. Os projetos devolvidos à Assembleia com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º Transcorrido o prazo estipulado no caput deste artigo, o projeto votado será incluído na Ordem do Dia, tendo ou não parecer exarado pela Comissão competente.

§ 2º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados.

§ 3º O prazo estabelecido no § 2º deste artigo não foi durante o recesso parlamentar.

§ 4º Esgotado sem deliberação o prazo para apreciação, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Governador do Estado para promulgação.

§ 6º No caso do § 5º deste artigo, se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Governador, o Presidente da Assembleia a promulgará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

## Seção VI

XXXVI. Indicação de Autoridades, Conselho do Tribunal de Contas

XXXVII. do Procurador-Geral da Justiça do Estado

Art. 247. Recebida a indicação de Autoridades, Conselho do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da Justiça do Estado, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo único. A Comissão poderá ouvir o indicado em sessão reservada.

□ Constituição Estadual - incisos XXII e XIX do art. 54 e art. 77

Art. 248. Recebido o parecer, a Mesa convocará sessão especial, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 249. A Assembleia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

§ 1º As cédulas de votação e as sobrecartas não serão rubricadas ou receberão qualquer identificação.

§ 2º As cédulas com rasuras ou identificação anularão o voto.

□ Constituição Estadual - art. 77

Art. 250. Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento da votação, respectivamente.

Art. 251. Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 252. No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 253. Os apêntes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 254. A Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

#### Seção VII

##### XXXVIII. Modificações do Regimento Interno

Art. 255. O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de sessão, pelo menos.

§ 2º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, pronunciar-se-á.

§ 3º Autoriza a Comissão Executiva a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário relativas às modificações do Regimento Interno.

#### Seção VIII

##### XXXX. Leis Delegadas

Art. 256. A Assembleia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 257. Não poderão ser objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e os garantos de seus membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direitos individuais.

Art. 258. Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 259. A delegação do Governador terá forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 260. O projeto de resolução aprovado pela Comissão Especial será remetido à promulgação e publicação, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou 1/5 (um quinto) da Assembleia requerer sua votação pelo Plenário.

□ Constituição Estadual - § 2º do art. 72

§ 1º Se for determinada a votação pelo Plenário, esta será feita em única discussão, vedada qualquer emenda.

§ 2º Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 261. O projeto de resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 262. O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

#### Seção IX

XL. Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado se ausentarem do País ou do Estado

Art. 263. Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para se ausentarem do País ou do Estado por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º A Assembleia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º Os apêntes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º O Presidente da Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

#### Seção X

Autorização para instauração de Ação Penal por infração Penal Comum contra o Governador do Estado

Art. 264. A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de ação penal, nas infrações penais comuns, contra o Governador do Estado será instruída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

□ Constituição Estadual - art. 89

§ 1º Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado terá prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas, contados de sua intimação, podendo apresentá-la mediante defensor;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluído pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º Se, de aprovação do parecer por 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros da Mesa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo na forma do projeto de resolução proposto pela Comissão.

§ 3º A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro do prazo de duas sessões.

## Seção XI

Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado

Art. 255. Obedeço às disposições da legislação federal em vigor o processo nos crimes de responsabilidade das seguintes autoridades:

U STF - ADI nº 4.791

I - Governador do Estado;

II - Vice-Governador do Estado;

III - Secretários de Estado;

IV - Procurador-Geral de Justiça;

V - Procurador-Geral do Estado; e

VI - Defensor-Geral da Defensoria Pública.

CAPÍTULO VII  
DECORO PARLAMENTAR

## Seção I

## XLII Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 256. No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais, regimentais e as contidas na legislação infraconstitucional, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares previstos nos artigos seguintes e ao contido no art. 113 deste Regimento.

Art. 257. São deveres fundamentais do Deputado:

I - respeitar e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as leis e as normas internas da Casa;

II - promover a defesa do interesse público;

III - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

V - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões da Comissão de que seja membro;

VI - examinar as proposições submetidas e sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito o Independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício de atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

## Seção II

## XLIII Vedações Constitucionais

Art. 258. São incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a

perda de mandato:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea "a" deste inciso;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I deste artigo;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

## Seção III

## XLIII Ato Contrário à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 259. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissões;

II - praticar atos que infringam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou ofender servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

IV - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

V - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes;

VI - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão tenham resolvido que devem ficar secretos;

VII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

VIII - usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no caput do art. 37 da Constituição Federal;

IX - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;

X - perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortarias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

XI - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-o a uma prestação financeira ou à petição de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Deputados;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado das deliberações;



XIII - praticar crime ou contravenção penal.

#### Seção IV

#### XLIV. Medidas Disciplinares

Art. 270. As penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar são:

I - censura verbal;

II - censura escrita;

III - suspensão das prerrogativas regimentais;

IV - suspensão temporária do exercício do mandato;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Assembleia Legislativa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 271. A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Assembleia, em sessão, ou de Comissão, durante suas reuniões, ao Deputado que incidir nas condutas dos incisos I a III do art. 269 deste Regimento.

Parágrafo único. Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o Deputado recorrer ao Plenário.

Art. 272. A censura escrita será determinada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e cumprida pela Mesa, por provocação do ofendido, do Presidente da Assembleia ou por Presidente da Comissão Permanente, ao Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos IV e V do art. 269 deste Regimento, ou reincidir nas condutas previstas nos incisos I a III do mesmo artigo.

Art. 273. A suspensão das prerrogativas regimentais será aplicada de ofício pelo Plenário da Assembleia, por proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao Deputado que incidir nas vedações dos incisos VI a VIII do art. 269 deste Regimento, ou reincidir nas condutas dos incisos IV e V do mesmo artigo.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para representar junto à Mesa da Assembleia, especificando fatos e respectivas provas.

§ 2º Recebida a representação constante no § 1º deste artigo, verificada a existência dos fatos e respectivas provas, a Mesa encaminhará a representação ao Conselho de Ética, cujo Presidente instaurará o processo e designará relator.

§ 3º O Conselho de Ética terá o prazo de trinta dias para promover a apuração sumária dos fatos, efetuando as diligências que entender necessárias e assegurando ao representado ampla defesa.

§ 4º Ao final da apuração, o Conselho de Ética emitirá parecer conclusivo pela procedência ou improcedência da representação, determinando seu arquivamento ou propondo a aplicação de penalidade.

§ 5º No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente com a comunicação da suspensão das prerrogativas regimentais indicadas.

Art. 274. As prerrogativas regimentais que serão suspensas são:

I - usar a palavra, em sessão, no horário destinado ao pequeno ou ao grande expediente;

II - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente ou Vice-Presidente da Comissão;

III - ser designado relator de proposição.

§ 1º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos do caput deste artigo, ou apenas sobre algumas, a juízo do Plenário, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a situação parlamentar progressiva do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

§ 2º A suspensão constante no caput deste artigo não poderá estender-se por mais de sessenta dias.

Art. 275. Considera-se incurso na sanção de suspensão temporária do exercício do mandato o Deputado que reincidir qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido todas as sanções descritas nos incisos I a III do art. 270 deste Regimento.

Art. 276. A suspensão temporária do mandato, de no máximo trinta dias, será aplicada pelo Plenário da Assembleia, através do projeto de resolução, após processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que apurará os fatos e as responsabilidades.

§ 1º Apresentada representação contra Deputado por procedimento punível na forma deste artigo, a Comissão Executiva emitirá parecer fundamentado determinando seu arquivamento ou o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração do processo disciplinar, conforme o caso.

§ 2º Recebida a representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o seu Presidente determinará o envio de cópia ao Deputado denunciado que, no prazo de dez dias, deverá apresentar sua defesa escrita e indicar provas.

§ 3º Esgotado o prazo de defesa sem a apresentação da mesma, deve o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nomear defensor dativo para oferecê-la no prazo de dez dias.

§ 4º Apresentada a defesa, o relator designado pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, fides as quais proferirá parecer no prazo de dez dias, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, projeto de resolução destinado à declaração da suspensão do mandato.

§ 5º Da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional ou regimental, pode o denunciado recorrer no prazo de cinco dias à Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios constitucionais e regimentais.

§ 6º Concluída a tramitação do processo disciplinar, este será encaminhado ao Presidente para inclusão na Ordem do Dia, no prazo de cinco sessões.

§ 7º Quando a representação apresentada contra Deputado for considerada leve ou ofensiva à imagem da Assembleia, os autos do processo serão enviados à Procuradoria da Assembleia para providências de defesa do Poder Legislativo.

Art. 277. Serão punidas com a perda do mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no art. 268 deste Regimento e no art. 58 da Constituição Estadual;

II - a reincidência de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido a sanção constante no inciso IV do art. 270 deste Regimento;

III - a infração do disposto nos incisos II, IV, V e VI do art. 58 da Constituição Estadual.

- Constituição Estadual - inciso V do art. 54

#### Seção V XLV. Processo Disciplinar

Art. 278. A sanção de perda do mandato será decidida pelo Plenário, por maioria absoluta da Assembleia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, exceto a hipótese do parágrafo





Único deste artigo, e será efetuada através do projeto de resolução.

Parágrafo único. Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 53 da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício pelo Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

□ Constituição Estadual - § 3º do art. 59

Art. 279. Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de suspensão temporária do exercício do mandato, aplicável pelo Plenário da Assembleia, será ela inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 280. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não a Comissão referida no inciso I deste artigo, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas já existentes ou especificar as que pretende produzir;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais poderá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo na hipótese do art. 283 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma;

V - quando julgada procedente a representação, será apresentado projeto de resolução apropriado para aplicação da sanção cabível, inclusive de perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

VI - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VII - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário Oficial e incluído em Ordem do Dia;

Art. 281. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, sendo assegurado a este atuar em todas as fases do processo e dele tendo vista, sempre que solicitar.

Art. 282. É facultado ao Deputado, ao cidadão ou pessoa jurídica oferecer denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra qualquer Deputado que descumprir este Regimento Interno.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato arbitrário ou contrário ao ordenamento ou omissão atribuída a Deputado.

Art. 283. As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembleia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 284. O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis.

Art. 285. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de sessenta dias.

## Seção VI

### XLVI Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 286. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo, agindo independentemente de provocação.

Art. 287. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos no início da primeira e terceira sessões legislativas para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou bloco parlamentar.

§ 1º Os líderes partidários ou de bloco parlamentares submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que compõem o Conselho.

§ 2º As indicações referidas no § 1º deste artigo serão acompanhadas pelas declarações atualizadas de cada Deputado indicado, constando as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais.

§ 3º Cada indicação será acompanhada, ainda, de uma declaração assinada pelo Presidente do Conselho de Ética certificando a existência de registros, nos arquivos e anais da Assembleia Legislativa, referentes à prática de qualquer ato ou irregularidade capitulados no art. 269 e puníveis nos termos dos arts. 270 a 277, todos deste Regimento, independentemente da legislação ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

Art. 288. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato destituição e substituição, e ainda de outras consequências legais e regimentais, observar a disciplina e o sigilo inerente à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente destituído do Conselho o membro que injustificadamente não comparecer a três reuniões consecutivas ou, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões durante a sessão legislativa.

Art. 289. O Corregedor da Assembleia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito à voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

## CAPÍTULO VIII XLVII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 290. Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Assembleia efetivamente realizadas.

§ 1º Os prazos também poderão ser fixados em hora.

§ 2º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 3º Considera-se sessão inicial a do dia em que ocorrer o fato ou se praticar o ato.

§ 4º O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil se vencer em feriado.

ou em dia em que a Assembleia não tenha expediente;

§ 5º Os prazos, salvo disposições em contrário, serão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembleia Legislativa.

Art. 291. Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembleia ou das sessões ordinárias, conforme o caso.

Art. 292. É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembleia.

Art. 293. Serão arquivadas, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, bem como as proposições de autoria de Deputado que renunciar ao mandato.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de código, de consolidação de leis, de iniciativa do Governador, dos Tribunais, da Mesa Executiva e às proposições em trâmite dos Deputados eleitos para um novo mandato parlamentar.

§ 2º A proposição não arquivada no final da legislatura retornará sua tramitação na legislatura subsequente no estágio em que se encontrava, reiniciando-se o contagem dos prazos.

§ 3º A proposição que, no final da legislatura, estiver em fase de votação e não for arquivada voltará à fase de discussão na legislatura subsequente, no termo em que se encontrava.

§ 4º Caso a fase de votação da proposição não arquivada no final da legislatura já tenha sido iniciada e não tenha sido concluída, inclusive no que se refere a destaques e emendas, as votações serão consideradas sem efeito.

Art. 294. Durante as sessões, serão mantidas sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário exemplares da Bíblia, da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa para consulta dos Deputados.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12015

Instituição do Regulamento Específico do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Institui o Regulamento Específico do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Será apresentada à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa representação contra Deputado por ato sujeito às seguintes penalidades:

I - censura verbal;

II - censura escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais;

IV - suspensão temporária do exercício do mandato;

V - perda do mandato.

§ 1º Havendo condições mínimas de procedibilidade, o expediente será lido em sessão plenária e encaminhado pela Mesa à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, salvo quando o processo tiver origem na própria Comissão.

§ 2º A representação deverá conter os fatos de forma pormenorizada, o respectivo dispositivo regimental em que está baseada, bem como as respectivas provas, sob pena de inépcia ou ausência de justa causa e rejeição liminar.

Art. 3º São partes legítimas para propor a representação mencionada no art. 2º desta Resolução:

I - o cidadão;

II - qualquer Deputado;

III - a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;

IV - o Ministério Público;

V - a Defensoria Pública;

VI - a Associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social.

§ 1º A representação que acarretar em perda do mandato e versar sobre os incisos I, II e VI do art. 69 da Constituição Estadual só poderá ser apresentada pela Mesa ou por partido político representado na Assembleia.

§ 2º Nos casos dos incisos III, IV e V do art. 69 da Constituição Estadual, a perda do mandato será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante a provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

Art. 4º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá dar início ao processo disciplinar de ofício desde que haja requerimento solicitando a abertura, devidamente formulado por um de seus membros.

Parágrafo único. Tal prerrogativa não poderá ser utilizada pelo Presidente do Conselho, em razão da imparcialidade exigida para o exercício do cargo e condução do trabalho.

Art. 6º A representação será entregue à Mesa Executiva que, após os trâmites, encaminhará devidamente autuada ao Conselho, cujo presidente instaurará imediatamente o processo, na forma do art. 6º desta Resolução.

Art. 6º Provocado o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração de processo disciplinar visando à apuração de falta por parlamentar conforme previsto regimentalmente, deverá ser observado o seguinte procedimento:

I - caso entenda necessário, de acordo com a deliberação dos membros do Conselho, será solicitado ao Corregedor a instauração de inquérito destinado a promover as devidas apurações dos fatos e responsabilidades no prazo de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, após o que será encaminhado ao Conselho para instruir a representação;

II - não havendo necessidade da instauração do inquérito indicado no inciso I deste artigo, ou encerrado tal procedimento, deverá o Presidente do Conselho designar relator ao processo, dentre os membros do Conselho, preferencialmente que não integre o mesmo partido ou bloco parlamentar do representado;

III - o relator, assim que designado, terá o prazo inicial de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, para realizar o juízo de admissibilidade da representação, oportunidade em que serão convocados os integrantes do Conselho para se reunirem e deliberarem quanto ao recebimento da representação, ou se for o caso, a rejeição liminar em caso de inépcia ou carência de justa causa;

IV - em caso de rejeição liminar da representação, a decisão do Conselho será definitiva, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por 1/3 (um terço) de seus membros;

V - admitida a representação, será remetida cópia de seu inteiro teor ao Deputado acusado, que terá o prazo de seis sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas, em número máximo de oito;







VI - esgotado o prazo sem apresentação de defesa pelo acusado, o presidente nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

VII - apresentada a defesa, o Conselho procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo de doze sessões ordinárias, prorrogáveis por mais seis sessões, findas as quais será concedido o prazo preclusivo de seis sessões ordinárias para a apresentação de alegações finais pelo representado ou seu defensor;

VIII - após a apresentação de alegações finais, será concedido o prazo de vinte dias úteis para o relator proferir parecer, concluindo pela procedência total ou parcial, ou pela improcedência da representação, oferecendo, nas duas primeiras hipóteses, projeto de resolução destinado ao reconhecimento da conduta punível e da pena cabível;

IX - na sessão em que for apresentado o parecer do relator, será concedida a palavra ao representado ou seu defensor pelo prazo de quinze minutos, prorrogáveis por igual tempo, quando poderá expor os motivos para a rejeição da representação;

X - findo o prazo constante no inciso IX deste artigo, será dada a palavra ao relator para a leitura do parecer que será submetido à apreciação da Comissão, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos de seus membros;

XI - a rejeição do parecer originariamente apresentado obriga a designação de novo relator, preferencialmente dentre aqueles que durante a discussão da matéria tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro, o qual deverá apresentar parecer no prazo de três sessões ordinárias;

XII - a discussão e a votação do parecer, nos termos deste artigo, serão abertas, salvo se versarem sobre fatos que estejam protegidos por segredo de Justiça;

XIII - da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional ou regimental, poderá o acusado recorrer no prazo de cinco dias úteis à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados;

XIV - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou na Comissão de Constituição e Justiça, na hipótese de interposição de recurso nos termos do inciso XII deste artigo, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, será publicado e distribuído em envelopes para inclusão na Ordem do Dia.

Art. 7º É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa ou fazê-lo pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário da Assembleia.

Art. 8º Quando a representação apresentada contra Deputado for considerada caluniosa, leviana ou ofensiva à sua imagem, bem como à imagem da Assembleia, poderá o representado ou a Mesa Executiva tomar as providências cabíveis em face do representante.

Art. 9º Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias úteis para sua deliberação pelo Plenário.

§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, previstos no Regimento Interno da Assembleia, não poderá exceder noventa dias.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a Mesa terá o prazo improrrogável de dois dias para incluir o processo na pauta da Ordem do

Dia, sobrestando todas as demais matérias, exceto as previstas nos §§ 1º e 2º do art. 66 da Constituição Estadual.

Art. 10. Em caso de omissões neste Regulamento, caberá ao Presidente da Assembleia analisá-las e saná-las, nos termos do Regimento Interno.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER

2º Secretário

JUSTIFICATIVA

O art. 260 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 – Regimento Interno desta Assembleia determina que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões enquanto não houver norma específica.

Portanto, a fim de coordenar a ação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, possibilitando uma tramitação mais célere, justa e eficaz de seus processos, bem como respeitando ao princípio da transparência, é que se propõe a instituição deste Regulamento.

67634/2016

## Edifícios e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: MOLDURAS FESTINA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de molduras para a Assembleia Legislativa do Paraná.

VALOR Anual: R\$ 5.920,00 (cinco mil novecentos e vinte e oito reais)

PRAZO: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO: 001.001.4000.4490.5242;

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 013/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: TELETIX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Hardware (servidor, rack e switch) bem como garantia, assistência e suporte técnico dos produtos para a Assembleia Legislativa do Paraná.

VALOR: R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)

PRAZO: 36 (trinta e seis) meses

DOTAÇÃO: 001.001.4000.4490.5242;

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 017/2015

67614/2015